

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

POPULAÇÃO DE RUA EM JUIZ DE FORA:
uma reflexão a partir da questão social

VIVIANE SOUZA PEREIRA

Outubro de 2007

**POPULAÇÃO DE RUA EM JUIZ DE FORA:
uma reflexão a partir da questão social**

VIVIANE SOUZA PEREIRA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Orientação: Prof^a. Dr^a Elizete Maria Menegat

**Juiz de Fora
Outubro de 2007**

**POPULAÇÃO DE RUA EM JUIZ DE FORA:
uma reflexão a partir da questão social**

VIVIANE SOUZA PEREIRA

ORIENTADORA: PROF^a Dr^a ELIZETE MARIA MENEGAT

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 01 de outubro de 2007:

Orientadora, Prof^a. Dr^a Elizete Maria Menegat

Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Tardin Cassab

Prof^a Dr^a Maria Antonieta da Costa Vieira

Meus pais, não me lembro de ter ficado sem o suporte e amor de vocês em nenhum momento de minha vida...essa vitória é nossa...amo vocês profundamente!

Flávio, você é tudo. Sem você, nada feito. Amo, apaixonada, deliberada e eternamente...

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Mestrado em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), pelo apoio financeiro durante parte de realização desse trabalho.

À Faculdade de Serviço Social da UFJF que soube compreender o momento angustiante de finalização desse estudo e permitiu o rearranjo momentâneo das disciplinas que ministro, facilitando o término dessa jornada. Agradeço especialmente à Direção da Faculdade, à Coordenação da Graduação, às Chefias dos Departamentos e, essencialmente, aos professores que puderam me ajudar na troca de horários. Aos meus alunos que sempre me estimularam e souberam compreender esse momento. Obrigada, sem essa ajuda seria muito mais complicada essa finalização!

À minha querida orientadora, Elizete Menegat, pela amizade, confiança, carinho, interlocução sempre estimulante, incentivo às minhas perguntas e respostas, e, sobretudo, pela orientação, no melhor sentido da palavra. Além do amparo e do apoio, não posso deixar de mencionar a capacidade analítica e crítica demonstrada por ela. Tal capacidade trouxe direcionamentos e embasamentos para as reflexões e os entendimentos aqui apresentados. É difícil agradecê-la por tudo que representou (e representa) nesse processo de aprendizagem e por ser ela a co-responsável direta por essa pesquisa!

À Maria Antonieta da Costa Vieira, por sua inestimável contribuição no exame de qualificação, por sua participação na banca de defesa dessa dissertação, pela atenção que sempre me dispensou e pelo trabalho realizado acerca da população de rua que muito contribuiu para essa pesquisa.

À Maria Aparecida Tardin Cassab (“Cida”) pela valiosa contribuição na qualificação e nessa banca de dissertação, pelos constantes estímulos durante todo o curso, em sala de aula e fora dela, pelo carinho que sempre teve comigo e pelas preciosas “lembranças” em relação aos prazos!

À querida Mestre e, sobretudo, amiga, Rosângela Batistoni, pela contribuição nos estudos individuais que forneceram elementos essenciais para essa pesquisa, pela disponibilidade, carinho e amizade. Você está em meu coração!

Aos professores do Programa de Mestrado dessa Faculdade. Certamente tem um pouco de cada um nessa pesquisa!

À toda minha turma de Mestrado e às outras que frequentei, pelos debates realizados e pela força nos momentos de tensão! Em especial à Paula, da outra turma, que revela-se, a cada dia, mais que uma colega de Mestrado, uma grande amiga!!!

À Beth, secretária do Programa de Mestrado, por sua amizade, paciência e

disponibilidade sempre presentes. Valeu!!!

À Clarice, agradecimentos do fundo do coração pelo suporte nos debates, pela leitura dos textos preliminares e, principalmente, por sua amizade verdadeira!

Aos amigos que souberam entender minhas ausências e tornaram essa fase mais prazerosa...em especial à Janice, Ana Alves e Silvana que, por muitas vezes, aturam minhas crises e respondem a elas com o carinho essencial de sua amizade!!!

Aos amigos do Núcleo do Cidadão de Rua pelo aprendizado cotidiano nos tempos em que trabalhei por lá...e pela amizade verdadeira que construímos. Em especial agradeço às amigas Meirijane e Maria Cláudia, pelo compromisso profissional com a população de rua e pela amizade sempre presente; à amiga Regina Caeli com quem convivi por pouco tempo mas em quem pude identificar uma profissional comprometida e séria; e aos amigos “abordadores”, Flávio Lúcio, José Ronaldo, João Guiducci, Sheila, Leila, Edmilson, Walter, Jésio, Manoel, Josimar, Ocimar, Elisângela, e Saulo. Aprendi muito com vocês e esse conhecimento se materializa em grande parte desse trabalho, obrigada!!!

À Ana Maria que, mais que uma colega de mestrado, é uma verdadeira amiga!

Ao meu irmão, mais que irmão, amigo, base de sustentação e companheiro de toda uma vida! À minha família: tio Oscar, tia Ivete, Bruna minha afilhada linda, Letícia e Lucas. Vocês sempre me estimularam a seguir em frente...amo vocês!

Ao meu “Voi” que embora não tenha acompanhado materialmente essa fase da minha vida, não tenho dúvidas de que me guarda e fortalece sempre!

Ao Flávio, por tudo que somos, pelo incentivo constante, por acreditar em mim às vezes mais do que eu, por debater comigo incansavelmente, por me estimular quando estava em dúvida em tentar o Mestrado, em suma ... por mais essa nossa vitória! “(...) estranho seria se eu não me apaixonasse por você (...)”. A conquista do mundo continua...

Aos meus pais, por tudo que representam em minha vida, pelo esforço que sempre fizeram para que meus sonhos fossem possíveis e por todo amor que sempre me dedicaram!

Aos moradores de rua de Juiz de Fora pela forma atenciosa com que me receberam na realização das entrevistas e pela troca que realizamos nesse processo.

“ Não desejo a ninguém o que estou passando, pois na minha situação, você é menosprezado, rejeitado, pior, nem visto é. É como não estar aqui, como não ser, não existir, invisibilidade pública. O desaparecimento de um ser humano no meio de outros seres humanos seria uma espécie de cegueira psicossocial que o elimina do campo de visão da maioria da população. Aqueles que são condenados a morte, desqualificados, desumanizados. É degradante. O dia inteiro, a vida inteira, até a morte, na exclusão.”

Marcelo Costa. Morador de rua de Juiz de Fora

RESUMO

Quem são essas pessoas que vivem nas ruas das cidades expressando uma situação de pobreza extrema? Em que lugar e em que momento do processo histórico, é possível situar a origem deste fenômeno? Como relacionar a gênese da questão social à formação deste fenômeno? A caracterização da população de rua, nas grandes cidades, do mundo e do Brasil, guardam semelhanças relevantes com aquela encontrada em cidades médias como Juiz de Fora? Investigar esses questionamentos constituiu o propósito central deste estudo. Essa dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro apresenta o debate acerca da gênese da questão social e de categorias fundamentais para o entendimento da população de rua. O segundo, apresenta terminologias e conceitos utilizados e desenvolve uma reflexão, em termos gerais, acerca da população de rua no Brasil. O terceiro capítulo aponta as dificuldades de pesquisa com a população de rua e apresenta, aos leitores, o município de Juiz de Fora e os moradores de rua dessa cidade, buscando estabelecer elos com o aporte teórico e a caracterização nacional do fenômeno utilizados. Por último, chegamos às considerações finais confirmando algumas hipóteses levantadas e elaborando novos questionamentos a serem aprofundados em estudos futuros.

Palavras-chave: População de rua, questão social, pobreza urbana, exclusão social, Juiz de Fora.

ABSTRACT

Who are those who live on the cities' streets expressing a huge poverty? At which place and which historic process moment it's possible situated this phenomena origin? How to relate the social question genesis to the formation of this phenomena? The street population characterization, in the big cities, in the world and in Brazil, keep relevant similiarities with those found in mediun cities like Juiz de Fora? To investigate these questionings, constituted this study central purpose. This dissertation is organized into three charpters. The first one presents the debate about the social question genesis and fundamental categories for the street population understanding. The second presents concepts and thermologies used and develop a reflection, in general terms, about the street population in Brazil. The third chapter points the research difficulties with the street population and presents, to the readers, the Juiz de Fora municipality and the living street population of this city, looking for to stabilish links with the theoric content and the national characterization of the used phenomena. At last, we got to the final considerations confirming some hypotesis and elaborating news questioning to be better detailed on the future studies.

Key-Words: street population, social question, urban poverty, social exclusion, Juiz de Fora.

INTRODUÇÃO

A presença da população de rua torna-se cada vez mais marcante não somente nos grandes centros urbanos do país, mas, também, nas chamadas cidades médias, como é o caso de Juiz de Fora. Lutando diariamente pela sobrevivência, indivíduos e famílias marcam fortemente as ruas das cidades.

Nas últimas décadas, em todo o mundo, tornou-se expressiva a preocupação com o aumento da pobreza e com o número crescente de pessoas vivendo em condições de grande privação nas ruas das cidades. Concomitantemente, verificamos o crescimento, em vários países, do número de estudos sobre a população de rua.

Nos Estados Unidos, a partir da década de 80, começaram a ser publicados artigos sobre o tema. Rossi assinala que, no decorrer dessa década, houve um grande aumento do número desses artigos. Nos países europeus, a realidade não é diferente. (apud Dias, 1999). De acordo com Schanbel, a consciência sobre o problema cresceu rapidamente, nas grandes cidades. No Brasil, o interesse pela população de rua não pode ser considerado menor (apud Dias, 1999).

No caso da literatura nacional¹, principalmente aquela de cunho sociológico e antropológico, identificamos algumas diretrizes comuns no interesse pelo tema e nas pesquisas que dele derivam. Entre estas, podemos destacar: a busca de causas, ou como preferimos demarcar, dos fatos imediatos que levam à vida nas ruas tais como: desemprego, instabilidade de vínculos familiares e comunitários, dependência química e transtornos mentais. Outros olhares específicos sobre esse fenômeno também se apresentam, como: o estabelecimento da magnitude do problema em termos quantitativos, a organização ou reorganização de políticas públicas direcionadas à população de rua, a configuração de perfis dessa população, a descrição de seu modo de vida e de sua visão de mundo, o mapeamento de suas estratégias de sobrevivência e as relações existentes entre a vida na rua e o corpo.

Esse contexto fortaleceu e atribuiu relevância às indagações centrais que orientam este estudo: quem são essas pessoas que vivem nas ruas das cidades expressando uma situação de pobreza extrema? Em que momento do processo histórico, é possível situar a origem deste fenômeno? Como podemos vincular a questão social à

¹ Rosa (2005), Vieira (2004), Silva (2006) e outros autores que constam na bibliografia deste estudo. De modo geral os trabalhos mencionados expõem pesquisas realizadas nas ruas.

formação deste fenômeno? A caracterização da população de rua, nas grandes cidades, do mundo e do Brasil, guardam semelhanças relevantes com aquela encontrada em cidades médias como Juiz de Fora? Investigá-las constituiu o propósito central desta pesquisa.

Partimos da hipótese de que o fenômeno da população de rua tem múltiplas determinações, dentre as quais destaca-se a situação limite de pobreza.

Desigualdade social e pobreza não são privilégios da sociedade contemporânea, mas um produto histórico que se modifica no espaço e no tempo. Vieira, pontua que a pobreza não se resume a um aspecto meramente econômico, constituindo-se, também, em parâmetro de avaliação social. Assim, é possível afirmar que “socialmente esse grupo é gerado no âmago do processo econômico-social” (Vieira, 2004, p. 22).

Neste sentido, o surgimento da população de rua é concebido como expressão de uma ampla processualidade social e histórica que determina as condições de sua existência. Assim, o percurso realizado para elucidar os questionamentos iniciais, tem seu ponto de partida no estudo da gênese da questão social. Acreditamos que os determinantes históricos de conformação da população de rua, independente de suas transformações no decorrer do tempo, estão diretamente associados à tal gênese. Destacamos que nosso foco de reflexão reside na identificação da gênese da questão social e de sua articulação com o fenômeno da população de rua. Desta forma, não abordamos com centralidade as “novas expressões da questão social”², como chamadas por alguns autores, ou ainda a “nova questão social”³ como categorizada por outros. Não nos aprofundamos neste debate embora tenhamos nos remetido a ele em alguns momentos.

Buscando apresentar o debate acerca da gênese da questão social e sua articulação com o fenômeno da população de rua, iniciamos um diálogo com autores de grande expressividade no Serviço Social e que, embora apresentem abordagens diferenciadas, demonstram posição de concordância quanto à gênese da questão social: Cerqueira Filho (1982), Netto, (1992; 2001), Iamamoto (1998; 2000; 2001) e Pereira (2001).

Sob a perspectiva analítica desses autores, a questão social “é apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades sociais da sociedade capitalista

² Iamamoto (2000; 2001)

³ Castel (1998)

madura” (Iamamoto, 2000, p. 27). Os autores situam sua gênese no momento em que o termo foi utilizado pela primeira vez, por volta de 1830, para referir-se ao pauperismo como fenômeno generalizado, no início do capitalismo industrial. Destacam que “seu reconhecimento enquanto questão social relaciona-se com seus desdobramentos sócio-políticos” (Netto, 2001, p. 43), “ao conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista” (Cerqueira Filho, 1982, p.21). Afirmam, ainda, que esta “não existiu antes da Revolução Industrial, porque foi a partir dessa Revolução que as relações sociais de produção foram modificadas a ponto de dividir toda a sociedade em duas grandes classes diretamente contrapostas: a burguesia e o proletariado” (Pereira, 2001, p. 59).

Na tentativa de articular essa perspectiva de análise ao fenômeno da população de rua, percebemos que este, se relacionado diretamente a gênese da questão social, seria também uma expressão das desigualdades sociais resultantes das relações capitalistas maduras, que se desenvolveram a partir do capitalismo industrial, no momento de acentuação do pauperismo. Com esse entendimento algumas questões não puderam ser respondidas: na acumulação primitiva não havia moradores de rua? Esses não conformavam a questão social? Como podemos entender os moradores de rua que antecederam a fase madura do capital? Como podemos compreender os “vagabundos, mendigos e andarilhos”, que constituem parte da história da humanidade desde os primórdios das cidades? Como relacioná-los à questão social? Se a questão social não é reconhecida antes do pauperismo de 1830, como classificar, ou mesmo entender, a relação existente entre as situações de extrema miséria e as leis sanguinárias que coíbiam a “vagabundagem” no século XVI?

Tais indagações suscitaram a seqüência deste estudo. O esforço para identificar a gênese da questão social e sua relação com a população de rua, remeteu-nos às condições histórico-estruturais que deram origem ao capitalismo industrial. Nessa busca encontramos em Castel (1998) importantes contribuições. O autor realizou um denso estudo sobre a condição do trabalho ao longo da história e teve, como delimitação de pesquisa, a realidade da Europa, especificamente da França. Seu caminhar teórico objetivou justificar a questão social e, no percurso realizado, foi desvendando a conformação do fenômeno da população de rua e sua relação com a questão social, apresentando-as como realidades articuladas e relacionadas à relação capital x trabalho. Entretanto, para ele, ambas remontam às origens do capitalismo.

Diante da análise apresentada por Castel (1998) e na perspectiva de

dialogar com ela, buscamos em Marx (1982) as origens do capital. Para tanto nos remetemos a chamada acumulação primitiva, perpassando, também, o pauperismo no capitalismo industrial e monopolista.

O desafio de precisar a identificação da população de rua nesse debate nos remeteu à aproximação com algumas categorias teóricas imprescindíveis. Assim, adentramos a discussão sobre exclusão social. Para tanto apresentamos parte do intenso e profícuo debate, que vem sendo realizado, acerca das inúmeras perspectivas que marcam a busca do entendimento do fenômeno da população de rua. Dentre elas, destacamos pobreza e marginalidade.

De certa forma, podemos afirmar que esse é um esboço do referencial teórico- metodológico que perpassa essa dissertação e fundamenta, tanto o trato do objeto, quanto o caminho realizado para elucidá-lo e as reflexões realizadas nesse processo.

Como o objetivo dessa dissertação é refletir sobre a população de rua em Juiz de fora à luz de sua articulação com a gênese da questão social, buscamos uma aproximação com o objeto que nos despertou os questionamentos iniciais. Partimos de estudos já realizados e da reunião de dados e informações já existentes sobre a população de rua, no mundo, no Brasil e em Juiz de Fora. Os estudos possibilitaram a demarcação de alguns aspectos que acabaram direcionando a seqüência da reflexão.

Cabe ressaltar que identificamos a compreensão da heterogeneidade desta população como um dos raros consensos nesse debate. Merece destaque, também, a grande diversidade de terminologias e conceitos que dizem respeito ao fenômeno, fato que se relaciona com as formas com as quais a sociedade o entende e enfrenta.

Ao revisar a literatura, percebemos o uso de vários conceitos e, a partir de uma diferenciação e reflexão sobre esses, optamos por utilizar, nessa pesquisa, a expressão população de rua. Assim como Rosa, entendemos que:

(...) a retomada da expressão população de rua na década de 1990 não foi casual porque significou a tentativa de englobar a multiplicidade e a heterogeneidade de situações encontradas na rua (...). Quando se considera que a categoria população de rua envolve ficar, estar e ser da rua, é possível problematizar a situação (...). Nessas circunstâncias, a expressão população de rua pode ser mais apropriada para explicar o ser da rua, pois capta uma das dimensões da vida na rua (...) Rosa (2005, p. 66).

Adotamos como fontes de dados e informações alguns trabalhos tais como os de Castel (1998), Escorel (1999), Geremek (1995), Magni (1994), Neves (1983), Rosa (2005), Snow e Anderson (1998), Varanda e Adorno (2004), Vieira (2004) e outros⁴. O referencial teórico, as indagações centrais e a caracterização da população de rua em relação a terminologia e conceitos empregados no mundo e no Brasil, serviram de parâmetros para a organização dos dados e informações.

Para a caracterização da população de rua no Brasil, utilizamos dados das pesquisas censitárias e qualitativas sobre a população de rua, realizadas em Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e São Paulo, apresentados e analisados por Silva (2006). Além dessa fonte, priorizada nesse estudo, utilizamos, também, como fontes de dados e informações, estudos de mestrado e doutorado pertinentes ao objeto.

O estudo da população de rua em Juiz de Fora impôs um esforço adicional uma vez que o município não dispõe de dados suficientes para a reflexão proposta nessa pesquisa. Sobre esse aspecto é preciso destacar que, o município realizou, de abril a outubro de 2006, um diagnóstico da população de rua em Juiz de Fora⁵. Entretanto, o resultado desta pesquisa foi utilizado, com restrições e, portanto, sem centralidade, nesse estudo.

Assim, problematizamos a dificuldade de realização de pesquisas com moradores de rua em geral e, especificamente, no local estudado, com o auxílio essencial de Dias (1999) e outros autores que trabalham a questão⁶. Buscamos levantar o quadro das condições de vida da população de rua de Juiz de Fora articulando-o ao quadro desenhado por pesquisadores nas grandes cidades do país, a fim de identificarmos as semelhanças entre as situações de precariedade. Partimos da hipótese de que a população de rua é a mesma população que está precarizada no conjunto das condições sociais de existência, ou ainda, que esse fenômeno é decorrente da superposição de questões de diferentes naturezas, que se manifestam tanto em metrópoles e grandes cidades, quanto em cidades médias como Juiz de Fora, guardadas as especificidades. Para tanto procedemos, também, uma breve caracterização do município de Juiz de Fora.

Como elemento fundamental desse estudo citamos as entrevistas realizadas

⁴ Conforme bibliografia.

⁵ A pesquisa foi realizada através de uma parceria entre Prefeitura de Juiz de Fora (PJF), Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INTECOOP) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Fórum Municipal de População de Rua (FMPPR). As dificuldades relacionadas ao trabalho de pesquisa em questão estão detalhadas no capítulo III.

⁶ Conforme bibliografia.

com moradores de rua na cidade de Juiz de Fora. Foram realizadas cinco entrevistas, através de um roteiro elaborado previamente. As questões foram abordadas no sentido de atribuir significação na construção de respostas às indagações perseguidas. Como critério de escolha dos entrevistados optamos pelo tempo de vida na rua. Tomando Vieira (2004, p. 95) como referência, entrevistamos aqueles para quem “a rua tornou-se espaço de moradia de forma praticamente definitiva”, pessoas que vivenciam as ruas de Juiz de Fora há mais de seis anos. As entrevistas foram realizadas, pela pesquisadora, no período noturno, nas ruas da cidade.

A análise e interpretação qualitativa dos conteúdos foi dividida em dois eixos, a saber: perda dos laços de pertencimento familiar e comunitário e perda de vínculos com o mercado formal e informal de trabalho. Cada um dos eixos desdobrou-se em uma reflexão que objetivou uma aproximação com as características centrais do fenômeno, o perfil contemporâneo e as características da população de rua no país, apontando, também, para uma relação com os questionamentos apresentados no debate da gênese da questão social. Dialogamos, também, com o diagnóstico elaborado pelo município.

O interesse pelo tema é oriundo da aproximação profissional e teórica com a população de rua em decorrência da atuação, enquanto assistente social, no “Núcleo do Cidadão de Rua”, equipamento público de atendimento aos moradores de rua na cidade de Juiz de Fora. Na oportunidade deu-se a aproximação inicial com aquele que constituiria o objeto central desse estudo, através da realização de atendimentos individuais e grupais a moradores de rua, capacitação de outros trabalhadores da área, realização de abordagens⁷ nas ruas da cidade e, fundamentalmente, do estudo da temática e da militância no Fórum Municipal de População de Rua de Juiz de Fora.

Esse histórico facilitou o acesso aos moradores de rua e sujeitos envolvidos com a questão. Entretanto, é preciso assinalar que os desafios de uma pesquisa desse tipo são inquestionáveis e, representam uma barreira para maior aproximação com o objeto. A ausência de diagnósticos oficiais nacionais⁸ e locais, por si só, constituem um grande dificultador; questões políticas, religiosas e culturais, também estão entre os

⁷ Abordagem de rua nesse trabalho refere-se ao convite realizado, pelos trabalhadores da área, aos moradores de rua, para utilização dos serviços disponíveis.

⁸ Segundo divulgação em sua mídia eletrônica, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), iniciará em outubro deste ano, uma pesquisa nacional sobre moradores de rua nas maiores cidades brasileiras. Consideramos uma iniciativa de extrema relevância. (www.mds.gov.br acesso em 29 de agosto de 2007). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não contabiliza a população de rua em seus censos uma vez que o mesmo tem como referência as residências e seus habitantes.

aspectos que tornam a pesquisa mais trabalhosa, assim como dificuldades de categorização e outras. Consideramos população de rua, nesse estudo, aqueles que, de fato, sem moradia vivem nas ruas de Juiz de Fora, sem acesso aos serviços públicos de forma sistemática, sem vínculos familiares e/ou comunitários e em situação de extrema pobreza.

A realização deste trabalho busca cumprir uma das exigências do Programa de Pós Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social (FSS) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) para a obtenção do título de Mestre, vincula-se à linha de pesquisa Serviço Social e Sujeitos Sociais do Mestrado em Serviço Social, Gestão Pública e Sujeitos Sociais. Esperamos que o conteúdo abordado possa contribuir com outros estudos acerca das questões desenvolvidas e, sobretudo, possa agregar informações e dados sobre a população de rua como forma de potencializar a elaboração de políticas públicas.

É preciso destacar que a realização deste estudo nos trouxe um grande exercício de reflexão acerca das categorias teóricas abordadas, o que, sem dúvida, aprimorou nosso rigor, crítica e compreensão teórico-metodológicos, qualificando nossa intervenção profissional. Destacamos ainda, que, de forma alguma, essa pesquisa pretendeu esgotar a questão, fato que se comprova diante dos grandes questionamentos que se formaram em razão deste estudo e que o trabalho em si não objetivou responder. Nosso propósito residiu, tão somente, na tentativa de agregar novas dimensões e parâmetros de análise do fenômeno de vida nas ruas, buscando apreender, fundamentalmente, as indagações que suscitaram o interesse inicial.

Essa dissertação está organizada em três capítulos, conforme a ordem da reflexão que apresentamos nessa introdução. O primeiro traz um debate acerca da gênese da questão social e de categorias fundamentais para o entendimento da população de rua. O segundo capítulo faz uma reflexão acerca do morador de rua, apresentando terminologias e conceitos utilizados para caracterizar, em termos gerais, a população de rua no Brasil. O terceiro capítulo aponta as dificuldades de pesquisa com a população de rua e apresenta, aos leitores, o município de Juiz de Fora e os moradores de rua dessa cidade, buscando estabelecer elos com o aporte teórico e a caracterização nacional do fenômeno. Por último, chegamos às considerações finais onde apontamos mais dúvidas e questionamentos do que certezas, o que retrata o quão desafiadora, estimulante e profícua foi a realização deste estudo. Temos aí a confirmação do quanto enfrentar esse desafio valeu a pena!

CAPÍTULO I

1. Sobre a questão social

Essa pesquisa tem seu ponto de partida no estudo da gênese da questão social. Acreditamos que os determinantes históricos de conformação da população de rua, independente de suas transformações no decorrer do tempo, estão diretamente associados a tal gênese.

Assim, apresentamos parte do debate acerca da gênese da questão social. Iniciamos com um diálogo com autores de grande expressividade no Serviço Social e que, embora apresentem abordagens diferenciadas, demonstram posição de concordância quanto à gênese da questão social: Cerqueira Filho (1982), Netto, (1992; 2001), Iamamoto (1998; 2000; 2001) e Pereira (2001).

Sob a perspectiva analítica desses autores, a questão social “é apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades sociais da sociedade capitalista madura” (Iamamoto, 2000, p. 27). Os autores situam sua gênese no momento em que o termo foi utilizado pela primeira vez, por volta de 1830, para referir-se ao pauperismo como fenômeno generalizado, no início do capitalismo industrial. Destacam que “seu reconhecimento enquanto questão social relaciona-se com seus desdobramentos sócio-políticos” (Netto, 2001, p. 43), “ao conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista” (Cerqueira Filho, 1982, p.21). Afirmam, ainda, que esta “não existiu antes da Revolução Industrial, porque foi a partir dessa Revolução que as relações sociais de produção foram modificadas a ponto de dividir toda a sociedade em duas grandes classes diretamente contrapostas: a burguesia e o proletariado” (Pereira, 2001, p. 59).

O esforço para identificar a gênese da questão social e sua relação com a população de rua, remeteu-nos às condições histórico-estruturais que deram origem ao capitalismo industrial. Nessa busca encontramos em Castel (1998) importantes contribuições. Diante da análise apresentada por Castel (1998) e na perspectiva de dialogar com ela, buscamos em Marx (1982) as origens do capital. Para tanto nos remetemos a chamada acumulação primitiva, perpassando, também, o pauperismo no capitalismo industrial e monopolista.

O desafio de precisar a identificação da população de rua nesse debate nos remeteu à aproximação com algumas categorias teóricas imprescindíveis. Assim,

adentramos a discussão sobre exclusão social. Para tanto apresentamos parte do intenso e profícuo debate, que vem sendo realizado, acerca das inúmeras perspectivas que marcam a busca do entendimento do fenômeno da população de rua. Dentre elas, destacamos pobreza e marginalidade.

1.1. O debate que identifica a gênese da questão social na sociedade capitalista madura

O século XIX constitui um importante marco na história do desenvolvimento do capitalismo industrial⁹. O regime capitalista alterou tudo o que estava a sua volta, impondo uma nova rede de relações sociais e um novo ritmo de vida e de trabalho, revelando que sua influência não se restringe apenas às relações comerciais ou ao processo industrial.

O desenvolvimento da industrialização frustrou as expectativas otimistas quanto à resolução do problema da pobreza. A miséria, longe de diminuir, aumentou. À pobreza clássica, residual e composta dos “desfiliados”¹⁰ da ordem tradicional, sucedeu-se uma miséria maciça, rapidamente percebida como consequência direta do funcionamento do novo sistema econômico. Ao lado do pobre desprovido de trabalho, apareceu o trabalhador miserável, cujo salário, baixo demais, não possibilitava uma existência digna. O pauperismo¹¹ resultante da nova ordem econômica e social era tamanho que passou a ameaçar a ordem do capitalismo.

Assim, a intensificação dos processos de urbanização e de industrialização determinou o empobrecimento agudo da classe trabalhadora e, indissociavelmente, a consciência de sua condição de exploração e da necessidade de lutar contra seus opressores. Nesse sentido, a pobreza passou a constituir-se como um problema¹² pois, a organização dos pobres representava uma ameaça real às instituições existentes.

⁹“A fase industrial teve início em 1750, com o aparecimento das máquinas movidas por energia não humana e é conhecida como Revolução Industrial.” (Bottomore, 1988, p. 53).

¹⁰ Castel fala de desfiliação para referir-se a um percurso realizado por aquelas a que o autor chama de “populações ameaçadas de invalidação social”. Segundo ele, “falar de desfiliação não é ratificar uma ruptura, mas reconstituir um percurso.” (Castel, 1998, p. 26).

¹¹ “Pauperismo é asilo dos inválidos do exército trabalhador ativo e peso morto do exército industrial de reserva.” (Marx, 1982, p. 282). Essa categoria será melhor explicitada adiante.

¹²Segundo Pereira, antes desse período, predominava o senso comum de que a pobreza era útil ao enriquecimento dos estados-nações e por isso deveria ser cultivada. “Os pobres, portanto, eram ‘homens comuns’, toscos, brutos, colocados utilitariamente a serviço dos ‘homens de qualidade’.” (Pereira, 2004, p. 113).

Segundo Netto, a expressão questão social surgiu na Europa Ocidental, na primeira metade do século XIX, por volta de 1830, para designar o fenômeno do pauperismo. O autor afirma que, pela primeira vez, a pobreza crescia na proporção em que aumentava a capacidade produtiva do capitalismo. Netto não faz uma análise na contemporaneidade, mas, busca delimitar o que entende como questão social, ressaltando que a designação desse pauperismo por questão social relaciona-se diretamente com seus desdobramentos sócio-políticos.

Essa expressão, questão social, surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no final do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. (...) Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como questão social (Netto, 2001, p.43).

O autor prossegue destacando que somente com a ordem capitalista este pauperismo recobriu-se de novos contornos, tendo em vista que sua novidade revelou-se exatamente na escassez das condições mínimas de sobrevivência humana em meio à incessante capacidade de geração da abundância. Dito de outra forma: o desenvolvimento das chamadas forças produtivas¹³ não acompanhou a elevação nos níveis e condições de reprodução social. Para este autor, o pauperismo do século XIX passou a fazer parte da agenda de debates quando “lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a sua situação (...), configurando uma ameaça real às instituições sociais vigentes” (Netto, 2001, p.43).

Para Netto, a questão social só passou a ser objeto de enfrentamento pela sociedade burguesa quando foi publicizada, como ato de resistência pela classe trabalhadora. Desta forma, o autor vincula o surgimento da questão social ao surgimento da classe trabalhadora:

Nas sociedades anteriores à ordem burguesa, as desigualdades, as privações etc decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podia suprimir (e a que era correlato um componente ideal que legitimava as desigualdades, as privações etc.); na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta

¹³ O conceito de forças produtivas de Marx abrange os meios de produção e a força de trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas compreende, portanto, fenômenos históricos, como o desenvolvimento da maquinaria e outras modificações do processo de trabalho, a descoberta e exploração de novas fontes de energia e a educação do proletariado. (Bottomore, 1988, p. 157)

necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação). A “questão social”, nesta perspectiva teórico-analítica, não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital. (Netto, 2001, p. 46).

Assim, segundo Netto, o último quartel do século XIX correspondeu ao início do período histórico reconhecido como capitalismo monopolista¹⁴ – que obedeceu à urgência de viabilizar, como objetivo primário, o acréscimo dos lucros capitalistas por meio do controle dos mercados – que recolocou em patamar mais alto as contradições que apontaram à burguesia novos traços de exploração. Nesse contexto, o autor considera que a sociedade burguesa ascendeu à sua maturidade histórica, realizando as possibilidades de desenvolvimento que tornaram mais amplo e enredado o processo de acumulação e desenvolvimento da sociedade capitalista. (Netto, 1992).

Para este autor, somente com o advento do capitalismo monopolista a questão social tornou-se objeto de respostas institucionais por meio de políticas sociais como um mecanismo básico para reprodução social da força de trabalho e de legitimidade das elites, além da reprodução do capital como pressuposto constitutivo da sociedade capitalista. (ibidem).

Também apontando o embate político entre as classes como elemento essencial para que a questão social seja reconhecida e se diferencie do “simples” pauperismo, Pereira assinala que a questão social:

indica, (...), a existência de relações conflituosas entre portadores de interesses opostos e antagônicos (...), na qual os atores denominados conseguem impor-se com forças políticas estratégicas e problematizar efetivamente necessidades e demandas, obtendo ganhos sociais relativos. Foi com essa caracterização que a questão social surgiu na Europa no século XIX. (...) Por isso, a questão social é, de fato, particular e histórica. Não existiu antes da Revolução Industrial, porque foi a partir dessa Revolução que as relações sociais de produção foram modificadas a ponto de dividir toda a sociedade em duas grandes classes diretamente contrapostas: a burguesia e o proletariado (Pereira, 2001, p. 59).

¹⁴ “A fase do capitalismo dos monopólios (capitalismo financeiro) dataria mais ou menos da passagem do século, quando os processos industriais de grande escala se tornaram possíveis com o advento da Segunda Revolução Industrial”. (Bottomore, 1988, p. 53).

Em concordância com Netto (2001) e Pereira (2001), Cerqueira filho afirma que:

Por 'questão social', no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a 'questão social' está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho (Cerqueira Filho, 1982, p.21)

Iamamoto, também compartilha a perspectiva analítica de Netto (2001), Pereira (2001) e Cerqueira Filho (1982), afirmando que:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (Iamamoto, in Iamamoto e Carvalho, 1998, p.77)

Sobre a gênese da questão social, a mesma autora destaca que:

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como seus frutos. É indissociável da emergência do "trabalhador livre", que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais (Iamamoto, 2001, pp.16 e 17).

Em essência Iamamoto (1998; 2000; 2001) não diverge dos demais autores relacionados acima¹⁵, entretanto, sua análise acerca da questão social é mais abrangente. Iamamoto destaca, ainda, que "ao mesmo tempo em que a questão social é desigualdade, é também rebeldia, pois envolve sujeitos que vivenciam estas desigualdades e a ela resistem e se opõem". Devido a estas características de resistência e rebeldia, a autora afirma ser necessário, também, para apreender a questão social,

¹⁵ Netto (2001), Pereira (2001) e Cerqueira Filho (1982).

captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de re-invenção da vida, construídas no cotidiano (Iamamoto, 2000, p. 28).

Para ela, a questão social não pode ser pensada de forma separada das conformações assumidas pelo trabalho e localiza-se no campo das disputas de projetos societários, apoiados em distintos interesses de classes, no que se refere às concepções e propostas de políticas econômicas e sociais. Verifica-se que a questão social, segundo Iamamoto, gesta a necessidade de forjar respostas para o enfrentamento do capitalismo em suas diversas facetas. É, pois, para Iamamoto, inerente ao capitalismo. Esse a cada nova fase de desenvolvimento gera expressões da questão social consoantes à conformação assumida.

Iamamoto assinala que, a não absorção integral dos trabalhadores expropriados, pela indústria nascente, constitui parte do processo constante de acumulação de capital que faz surgir, uma população excedente de trabalhadores à sua disposição. A autora observa que:

Esse descenso relativo do capital variável expressa-se como um crescimento absoluto da população trabalhadora, mais rápido que os meios de ocupação que o capital oferece, dando origem a uma superpopulação relativa diante das necessidades médias do capital ou “exército industrial de reserva”. Essa população sobrança faz com que a produção capitalista possa desenvolver-se livre de limites que se lhe possam opor o crescimento natural da população (Iamamoto, 1998, p. 58).

De acordo com Marx (1982) é assim que o capitalismo cria um excedente de população trabalhadora, que forma um número superior ao necessário para a acumulação de capital. Dentro deste sistema, esta característica acompanha sempre os trabalhadores que, ao produzir a acumulação de capital, tornam-se, cada vez mais, uma massa de população supérflua. Essa lei, própria do modo capitalista, transforma esse exército industrial de reserva¹⁶ em parte concreta do capital.

Iamamoto pontua que:

O exército industrial de reserva, sendo um produto da acumulação, é, também, uma das condições para que esta se efetive. A existência de

¹⁶ O exército industrial de reserva, tal como concebido por Marx, consiste em uma “população trabalhadora excedente”, “produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo” e que se constitui em “alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista”, oferecendo força de trabalho ao capital quando necessário e, pela concorrência, forçando os trabalhadores empregados a sujeitarem-se às exigências do capital. (Marx, 1982, p.191)

uma superpopulação trabalhadora disponível, independente dos limites reais de crescimento da população, é condição fundamental para a vida do próprio regime do capital. Isto porque, à medida que cresce a força expansiva do capital em face da produção em grande escala, aumenta o ritmo da acumulação, a transformação acelerada do produto excedente em novos meios de produção (Iamamoto, 1998, p.59).

Cabe destacar que a expansão crescente do capital é também o motivo de sua própria retração. A produtividade, dentro do ciclo, aumenta de forma a superar a demanda do mercado. A economia entra em recessão e esta é superada através de investimentos em novos produtos, criando novas necessidades aos consumidores e, conseqüentemente, concorrência entre os capitalistas. Isso provoca um novo ciclo de crescimento que só é possível com a existência de trabalhadores disponíveis para trabalhar, mesmo que não aconteça um aumento da população empregada e sim a utilização de técnicas capazes de aumentar a produtividade e manter uma massa de trabalhadores na “reserva”. Sob esse aspecto, Iamamoto adverte que:

O desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho permite ao capitalista, com o mesmo desembolso de capital variável, colocar em ação maior quantidade de trabalho, mediante maior exploração intensiva e extensiva de forças de trabalho individuais. Esse excesso de trabalho de trabalhadores ativos tem como contrapartida o engrossamento das filas dos trabalhadores em reserva, ao mesmo tempo em que a pressão destes sobre aqueles obriga-os a trabalharem mais e a se submeterem às pressões do capital. (Iamamoto, 1998, pp. 59 e 60).

Assim, temos que os capitalistas necessitam cada vez mais de uma redução no número de trabalhadores, mas que esses produzam em grande escala intensificando a quantidade de trabalho. Exigindo uma produtividade cada vez maior, com valor do trabalho igual ou até menor, há um aumento do capital global se comparado a uma produção com mais empregados, ou seja, mais capital variável com mais trabalho, porém com um número reduzido de trabalhadores. Ou seja, quando ocorre um aumento de produção, cresce a acumulação de capital e, também, os gastos com a produção, porém, com um número reduzido de trabalhadores, esses gastos aumentam com menos intensidade.

O desenvolvimento do capitalismo acarreta uma maior exploração dos trabalhadores pelos capitalistas que, por sua vez, podem reduzir seus quadros, diminuindo seus custos. Com base em Marx (1982) podemos aferir que a acumulação do

capital cresce assim como cresce o exército industrial de reserva. Marx mostra que as oportunidades variam de acordo com os ciclos, ou seja, quando está em expansão, o capitalismo absorve uma parte desse exército de reserva e quando se contrai, libera-a. Como existem vários setores de produção, essa população trabalhadora migra para aquele que está em aquecimento, com boas margens de lucro e oferecendo melhores salários e, quando este ramo específico satura, então os salários voltam a cair e os trabalhadores acabam voltando para a reserva.

Iamamoto (1998) assinala que esta “população sobranete” se apresenta sob diversas modalidades, existindo em um estado flutuante¹⁷. Entretanto, a autora prossegue pontuando que a expansão da acumulação do capital não é linear, ou seja, abarca progressivamente diversos ramos da produção e quando atinge a agricultura reduzindo a demanda da população trabalhadora rural, sem absorvê-la completamente, coloca como alternativa a migração para os centros urbanos, fluxo que supõe a existência, no campo, de uma superpopulação latente constante.¹⁸

Segundo Marx, existe ainda uma superpopulação intermitente¹⁹, composta pelas camadas da classe trabalhadora do exército ativo que vivem de trabalho irregular, situadas em um nível de vida abaixo da média da classe trabalhadora. Prosseguindo em sua análise, existe ainda a camada social dos trabalhadores que, excluindo o lumpen proletariado²⁰, vivenciam uma situação de pauperismo.

Pauperismo é asilo dos inválidos do exército trabalhador ativo e peso morto do exército industrial de reserva. Sua existência leva implícita a

¹⁷ A autora esclarece que: “com o avanço de divisão técnica do trabalho dentro do processo produtivo, o capital tende a absorver parcelas da classe trabalhadora até então não integradas na produção; jovens e mulheres especialmente.” (Ibidem, pp. 60 e 61). Para Silva, “a forma *flutuante* reflete o movimento dos trabalhadores, nos grades centros industriais, ora repelidos, ora atraídos pelo mercado de trabalho” (Silva, 2006, p. 76).

¹⁸ A forma *latente* se expressa nos fluxos migratórios dos trabalhadores rurais para as cidades, em face de sua expulsão do meio rural sem que haja um movimento de atração em contrapartida. Esse segmento populacional que a constitui está constantemente na iminência desses movimentos migratórios e por isso mesmo “está sempre com um pé no pântano do pauperismo” (Marx, 1988, apud Silva, 2006, p. 79).

¹⁹ (...) ou forma *estagnada*, que representa a parte da classe trabalhadora em atividade, mas em ocupações irregulares, (...). Geralmente cumpre uma extensa jornada de trabalho, recebe pequenos salários e não tem garantias de proteção vinculadas ao desenvolvimento de suas atividades laborais. (Silva, 2006, p. 78).

²⁰ “(...) Marx refere-se ao *lumpemproletariado*, termo que traduz o alemão *lumpenproletariat*, como 'o lixo de todas as classes', 'uma massa desintegrada', que reunia 'indivíduos arruinados e aventureiros egressos da burguesia, vagabundos, soldados desmobilizados, malfeitores recém saídos da cadeia (...) batedores de carteira, rufiões, mendigos, etc., (...) o principal significado da expressão *lumpemproletariado* não está tanto na referência a qualquer grupo social específico que tenha papel social e político importante, mas antes no fato dela chamar a atenção para o fato de que, em condições extremas de crise e de desintegração social em uma sociedade capitalista, grande número de pessoas podem separar-se de sua classe e vir a formar uma 'massa desgovernada', particularmente vulnerável às ideologias e aos movimentos reacionários.” (Bottomore, 1988, p. 223).

existência de uma superpopulação relativa, sua necessidade a necessidade desta e com ela constitui uma das condições de vida da produção capitalista e da produção de riqueza. Figura entre as “faux frais de produção capitalista. (Marx, 1982, p. 282)

Ressaltamos que na situação de pauperismo, existem tanto pessoas capacitadas para o trabalho como aqueles que são envolvidos no exército ativo nos períodos de grande crescimento econômico e ainda os velhos e pessoas vitimadas pela indústria.

Ainda, nesta perspectiva, temos que, quanto maior o crescimento econômico ou a acumulação, maior é o proletariado absoluto e maior é o exército industrial de reserva, que cresce na medida em que cresce também a riqueza social. (Iamamoto, 1998).

Iamamoto assinala ainda, que a superpopulação relativa é, sempre, mantida pelo capital proporcionalmente às suas necessidades de acumulação:

a reprodução ampliada do capital é acompanhada não só de uma reprodução ampliada das relações de classes, à proporção que o proletariado absorvido pelo capital se expande; mas esta reprodução da relação social é também uma reprodução dos antagonismos de classe que tendem a se aprofundar. A acumulação da miséria é proporcional à acumulação do capital. (ibidem, p.62)

Assim, segundo Marx (1982), a busca pelo acúmulo de capital, resulta em acúmulo de miséria e mantém o exército industrial de reserva totalmente preso ao capital. O capitalista, por explorar o trabalho assalariado, torna-se cada vez mais rico ao passo que os operários continuam a viver no nível da subsistência. Assim, amplia-se o abismo que separa suas condições sociais, fazendo com que sejam mantidas as tradicionais, conservadoras e distintas condições de acesso ao Estado, às leis, à vida digna etc, recriando-se os privilégios sociais típicos e reproduzindo cada vez mais a desigualdade.

Importa ressaltar que para o conjunto de autores abordado neste item, não existe uma “nova questão social”, na cena contemporânea, mas, sim, novas expressões da questão social que assume novas roupagens. Iamamoto assinala que a exigência de lucros cada vez maiores, a redução de custos, a concorrência entre os grandes capitais, o desenvolvimento técnico científico e a reestruturação produtiva, afetam radicalmente a produção de bens e serviços, a organização e gestão do trabalho, as condições e

relações de trabalho, assim como o conteúdo do próprio trabalho. Com as radicais mudanças nas relações Estado/sociedade civil, a proposta é a redução de gastos sociais, a restrição de meios financeiros, materiais e humanos.

(...) presencia-se hoje uma renovação da velha questão social, inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, sob outras roupagens e novas condições sócio-históricas de sua produção/reprodução na sociedade contemporânea, aprofundando suas contradições. Alteram-se as bases históricas que mediatizam sua produção/reprodução na periferia dos centros mundiais, em um contexto de globalização da produção e dos mercados, da política e da cultura, sob a égide do capital financeiro, acompanhadas de lutas surdas e abertas, nitidamente desiguais, que demarcam esse processo na cena contemporânea. (Iamamoto, 2001, p.18).

1.2. O debate que identifica a gênese da questão social na acumulação primitiva

Para Castel a questão social já se apresentava nas sociedades pré-industriais da Europa Ocidental, antes de sua formulação explícita no século XIX, sendo, portanto, anterior a 1830 e anterior à Revolução Industrial. O autor afirma que:

(...) modos sistemáticos de intervenção em relação a algumas populações: repressão da vagabundagem, obrigação do trabalho, controle da circulação da mão-de-obra. Havia pois, então, não só o que chamarei de “sócio-assistencial”, mas também intervenções públicas através das quais o Estado desempenhava o papel de fiador da manutenção da organização do trabalho e de regulador da mobilidade dos trabalhadores. Por quê? Porque uma “questão social” já se apresentava nas sociedades pré-industriais da Europa Ocidental. A interdependência cuidadosamente encaixada dos estatutos numa sociedade ordenada é ameaçada pela pressão que exercem todos que nela não encontram seu lugar a partir da organização tradicional do trabalho. A questão da vagabundagem, como se verá, expressa e dissimula, ao mesmo tempo, a reivindicação fundamental do livre acesso ao trabalho, a partir do que as relações de produção vão se definir em nova base (Castel, 1998, p. 31).

Assim, para o autor, a questão social se apresenta antes, durante e depois da Revolução Industrial, até a contemporaneidade, agora de forma mais intensa e diferenciada. Castel salienta que a existência da questão social através do tempo impõe o

retorno a suas origens para conhecer o presente e agir sobre ele, de acordo com suas manifestações atuais. Para ele:

A questão social é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que em termos políticos se chama uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência (ibidem, p. 30).

Castel aponta a necessidade de identificar e buscar desvendar as metamorfoses da questão social, esclarecendo que

a palavra metamorfose não é, pois, uma metáfora empregada para sugerir que a perenidade da substância permanece sob a mudança de seus atributos. Ao contrário: uma metamorfose faz as certezas tremerem e recompõe toda a paisagem social (ibidem, p.28).

Importa destacar que segundo o autor, ainda que fundamentais, as mudanças não representam inovações absolutas quando se inscrevem num quadro de mesma problematização. É sumariamente importante definir as características comuns desse feixe unificado de questões, é preciso delimitar o momento em que emergiram, é necessário periodizar as transformações pelas quais as questões passaram e passam no processo histórico para que seja possível uma aproximação com o entendimento da questão da vida nas ruas, especificamente.

Em concordância com Castel (1998), e sem a intenção de questionar a sociedade capitalista madura enquanto um ponto culminante e determinante no processo histórico de constituição das formas da sociedade dividida em classes arriscamos a identificar nas sociedades ocidentais européias, a sucessão de duas problematizações, ou expressões, de uma mesma questão social.

A primeira problematização se inscreve do século XIV ao fim do século XVIII, onde a questão social se expressava na pobreza das sociedades pré-industriais, embora neste período ainda não fosse denominada enquanto tal.²¹ A segunda, que domina o século XIX, é a do pauperismo associado à industrialização, desenvolvida anteriormente de forma mais detalhada e que será retomada adiante.

Entendemos que a questão social não se reduz à existência da pobreza, e seu

²¹ A expressão aparece pela primeira vez por volta de 1830, conforme desenvolvemos no debate apresentado anteriormente e retomaremos mais adiante. Sob esse aspecto existe concordância entre Castel (1998) e Netto (2001).

surgimento está relacionado ao momento em que os problemas sociais são remetidos à sociedade em seu conjunto, porque são causados pelo sistema social e/ou porque colocam em perigo esse sistema. Compreendemos que as formulações da questão social aludem, portanto, de maneira indissociável, às relações sociais estabelecidas em modos de produção específicos. Tal compreensão nos remete diretamente a relação que se estabelece em momentos históricos distintos e determinados, entre o que é produzido coletivamente e apropriado de forma privada por uma classe determinada. Em conformidade com Marx, acreditamos que:

A história de todas as sociedades que já existiram é a história da luta de classes. Homem livre e escravos, patrício e plebeu, senhor e servo, chefe de corporação e assalariado; resumindo, opressor e oprimido estiveram em constante oposição um ao outro, mantiveram sem interrupção uma luta por vezes velada, por vezes aberta – uma luta que todas as vezes terminou com uma transformação revolucionária ou com a ruína das classes em disputa (Marx e Engels, 1998, p.9).

Assim, a fim de buscarmos a gênese da questão social, nos remetemos, aos momentos precedentes à questão social na forma entendida por Castel. Na sociedade fundada sobre os laços da vassalagem, nos idos do século VII, Castel aponta que a precariedade fazia parte da vida de todos, não rompendo com o pertencimento comunitário e embora recusando a mobilidade e o novo, sendo eficaz com relação à desfiliação. Segundo Castel:

Semelhante estabilidade permite compreender que, nessas sociedades, a pobreza possa ser imensa e generalizada, sem criar uma “questão social”. (...) É claro que já existem andarilhos e pessoas isoladas. Representam, mesmo desde antes do ano mil, uma constante da paisagem. Mas estão fora da comunidade e das áreas de vida “domesticadas” (organizadas como *domus*, como casas) (Castel, 1998, p.55)

Para Castel, a figura central do pobre na sociedade feudal é o vagabundo, o “desfiliado”²² por excelência, já que não se inscreve, em profissão alguma e não tem nenhum vínculo geográfico estável. Para ele a representação do “vagabundo” chegou a

²² “A desfiliação, tal como a entendo, é, num primeiro sentido, uma ruptura desse tipo em relação às redes de integração primária; um primeiro desatrelamento com respeito às regulações dadas a partir do encaixe na família, na linhagem, no sistema de interdependências fundadas sobre o pertencimento comunitário.” (Castel, 1998, p.50).

ser “sobredeterminada pela reminiscência ameaçadora” dos andarilhos e pessoas isoladas descritos acima. Entretanto, Castel destaca que o “vagabundo” representa um “outro tipo”, desfilado de uma ordem à qual pertenceu anteriormente, ou seja, ele só aparece em um mundo do qual se desatrelou. O “vagabundo” pertence à massa dos pobres que somente dispõem de sua força de trabalho e que somente pode viver dela. Nesse aspecto Castel (ibidem, p.56) assinala que estes estão submetidos a uma dupla coerção, afinal têm que trabalhar ao mesmo tempo em que não o podem fazer.

A “vagabundagem”, de maneira residual, se fez presente em diversos momentos, mas, depois das transformações advindas da grande Peste Negra do início do século XIV, ela ganhou uma amplitude até então sem igual, e começou a ser percebida como uma ameaça à ordem social tradicional. Castel chama atenção para o fato de que somente a partir da “desconversão” da sociedade feudal é que podemos demarcar o surgimento da problematização do social. A partir de então podemos falar da emergência de uma questão social no sentido aqui definido.

1.2.1. A identificação da questão social a partir das políticas direcionadas aos pobres

Para Castel (1998) identificar a gênese da questão social no período anterior a Revolução Industrial encontra fundamento e justificativa através de uma análise das políticas preconizadas a respeito dos pobres. Assim como o autor, consideramos exagero não reconhecer nenhuma mudança nessas “políticas”²³ entre o início do século XIV e o fim do século XVIII. Ademais, salientamos, sem temer uma simplificação exacerbada, que tais ações constituíram, e de certa forma ainda constituem, variações sucessivas em torno de três aspectos recorrentes e que, por vezes, se apresentam isolados ou simultaneamente: a atitude diante dos pobres se deu, durante esse período, em uma dialética entre assistência e repressão; sobre um fundo produtivista claramente marcado a partir do século XVII; e sobre a busca incessante de tornar os pobres rentáveis.

A assistência, segundo Castel, remete à caridade cristã, que tinha uma tripla função na sociedade tradicional. A esmola permitia ganhar a salvação pessoal, mas ela

²³ “Políticas” da forma que nos referimos aqui, não necessariamente tem a ver com a concepção de uma política estruturada a partir do Estado, mas, guarda relação direta com a forma como a sociedade entendia e articulava-se para responder as demandas advindas da pobreza e, posteriormente, da questão social, tal qual a entendemos.

era também concebida como fundamento do vínculo social. A dimensão local da caridade era um aspecto primordial e o próximo era, antes de tudo, o próximo geograficamente. Ao mesmo tempo, a caridade era impulsionada pela preocupação de dar ao “bom pobre”, donde se constituiu numa atividade discriminatória que está no fundamento da representação e das respostas dadas à pobreza desde então. A figura do pobre merecedor remetia ao inválido, à criança e ao velho que eram incapazes de trabalhar, enquanto o pobre válido e, portanto, o “vagabundo em primeira linha”, constituía, ao contrário, a figura infame que deveria depender, não mais da assistência e, sim, da repressão. Esta constituiu, portanto, o complemento da assistência a partir do momento em que estigmatizaram-se os “maus pobres” em uma sociedade onde dominava o imperativo do trabalho. Verificamos aí, os aportes da relação assistência/repressão que está no fundamento de todas as políticas sociais até nossos dias. (ibidem)

Como para o autor a questão social se caracteriza por uma dúvida quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade, o risco de ruptura é demonstrado por grupos cuja existência ameaça a coesão do todo. Castel afirma que a população que dependia de “intervenções sociais” diferenciava-se pelo fato de ser ou não capaz de trabalhar, e este critério representava também uma distinção em relação ao tipo de resposta que encontrava. (ibidem, p.41).

O autor assinala que bem diferente da situação dos assistidos era a dos que podiam trabalhar, mas, não trabalhavam. Estes, segundo ele, aparecem inicialmente sob a figura do “indigente válido” que, mesmo economicamente desfavorecido e, por isso, alvo da assistência, não podia se beneficiar da mesma condição daqueles que estavam isentos da obrigação de serem auto-suficientes.

Em falta em relação ao imperativo do trabalho, também é, amiúde, rechaçado para fora da área da assistência. Vai igualmente ser colocado, e por muito tempo, numa situação contraditória. Se, ademais, for um estrangeiro, 'um forasteiro' sem vínculos não poderá se beneficiar das redes de proteção próxima, que, bem ou mal, asseguram aos autóctones um atendimento mínimo de suas necessidades elementares. Sua situação será, então, literalmente inviável. Será a situação do vagabundo, do desfilado por excelência (ibidem, pp.42 e 43).

Assim, Castel demonstra, com base em configurações históricas concretas, que o social-assistencial já contava com algumas características formais. A essencial delas, segundo o autor é representada pelo fato de que dentre as populações sem

recursos, algumas eram rejeitadas e outras atendidas. Desenharam-se dois critérios:

o do pertencimento comunitário – a assistência se vincula, de preferência, aos membros do grupo e rejeita os estrangeiros (evidentemente será preciso elaborar o que significa ser membro do grupo e ser estrangeiro); o da inaptidão para o trabalho – a assistência acolhe preferencialmente os que são carentes, porque, como o órfão sozinho ou o idoso impotente, são incapazes de suprir suas necessidades através do trabalho (mas, também aqui, deve-se precisar o critério através da análise das práticas e das regulamentações que o definem). Essa distinção (...) circunscreve o campo do social-assistencial em sua diferença quanto às outras formas de intervenção social, voltadas para as populações capazes de trabalhar (ibidem, p.59).

Prosseguindo em sua análise Castel destaca que o social-assistencial também possuía um recorte territorial claro, fazendo com que a assistência dependesse diretamente do domicílio de atendimento. Grande parte das regulamentações assistenciais exigia, senão uma residência fixa, a comprovação de moradia em um período mínimo na aldeia ou no município, sem o qual o atendimento não se realiza. “A assistência era primeiramente uma proteção próxima” que se destinava fundamentalmente àquele que estava ameaçado de afastamento social por não conseguir suprir suas necessidades através de seus próprios meios, o que constituía uma situação de “risco social”. (ibidem, p.60).

Nesse ponto, o autor alerta que as questões da especialização, da profissionalização e da discriminação da população atendida, representam a estruturação do social-assistencial até a atualidade. Segundo ele não era apenas a incapacidade física que proporcionava o atendimento assistencial, mas, também, o pertencimento comunitário era considerado um critério de extrema relevância. (ibidem, p.60)

Conforme informa Castel, a organização da assistência com base nos domicílios sistematizou-se com o desenvolvimento das cidades e acarretou uma especialização e transferência de instituições e profissionais que, até então, estavam basicamente concentrados na esfera religiosa de “atendimento”. Paralelamente, por volta de 1180 a 1350, ainda de acordo com Castel, deu-se uma multiplicação de hospitais, confrarias, além de “ordens mendicantes” espalhadas exclusivamente pelas cidades em toda cristandade européia. (ibidem, p.70).

Na França, e em particular na região parisiense, a maior parte das grandes instituições religiosas de assistência são fundadas entre 1180 e 1350. Mesmo que nessa época, tenha sido possível falar de uma renovação cristã, tais fundações correspondem igualmente a uma profunda transformação sociológica, o desenvolvimento e a diversificação do espaço urbano, que não foram assumidas exclusivamente pelas autoridades religiosas. (...) As autoridades municipais também assumem sua parte nessa questão que se transforma num problema de gestão da indigência urbana. A assistência organiza-se em base local e impõe uma seleção mais rigorosa dos assistidos. (...) o hospital de Dinant é municipalizado desde 1290, a cidade de Mons mantém uma esmolaria que ajuda, além dos assistidos ocasionais, indigentes inscritos numa lista revisada anualmente e que se beneficiam, assim, de uma espécie de assinatura para receber auxílios. Também as cidades de Gand e Florença mantêm regularmente, cada uma delas, mais de mil indigentes 'domiciliados'. Desde o século XIV, começa-se a impor aos indigentes o uso de distintivos, dando início à uma espécie de 'direito' de participar das distribuições regulares de esmolas ou frequentar instituições hospitalares. (...) Viver de assistência pode virar uma quase-profissão. Aliás em Augsburg, em 1475, os mendigos aparecem nos registros fiscais como um grupo profissional (ibidem, pp. 71 e 72).

O autor afirma que, na medida da complexificação dessas sociedades e na diminuição dos laços de solidariedade, o atendimento aos “carentes” começou a adquirir um caráter de práticas especializadas e algumas instituições (hospitais, orfanatos e outras) realizavam um “tratamento” particular de problemas que em sociedades menos diferenciadas eram assumidos sem a mediação da comunidade. Segundo ele:

(...) é muito antes do século XVI que a assistência se organiza a partir de uma base territorial e que sua gestão deixa de ser monopólio clerical (...) A partir do fim do século XIII, o exercício da caridade tornou-se uma espécie de serviço social local que recebe a colaboração de todas as instâncias que dividem a responsabilidade pelo “bom governo da cidade”. Tal responsabilização dos poderes locais acentua-se no decorrer dos séculos XIV e XV. Essa forma da assistência que corresponde nitidamente a uma preocupação racional com a gestão racional da indigência não esperou, pois, o século XVI para se manifestar. Tampouco esperou a “laicização” da sociedade. Tanto antes, quanto depois do século XVI, a Igreja desempenha seu papel no concerto das instâncias que concorrem para o atendimento assistencial (ibidem, p. 72).

Para o autor, o que se convencionou como o surgimento de uma “nova política social” no início do século XVI representa a sistematização de todo esse movimento

anterior. Segundo ele esta sistematização advém de uma conjuntura econômica e social de crise, com dificuldades de subsistência, aumento do preço de produtos alimentares, uma situação explosiva de subemprego resultante da vigorosa expansão demográfica ocorrida após a peste, das inúmeras reestruturações agrárias e do crescimento desmedido e desordenado das cidades. Esse momento assinala Castel (ibidem), demarca uma acentuação dos fatores de “desagregação social” presentes há mais de dois séculos.

A pobreza passou a ser debatida publicamente. O autor aponta que, entre 1522 e a metade do século XVI, em torno de sessenta cidades européias adotaram um conjunto de medidas coerentes:

Essas políticas municipais baseiam-se em alguns princípios simples: exclusão dos estrangeiros, proibição estrita da mendicância, recenseamento e classificação dos necessitados, desdobramentos de auxílios diferenciados em correspondência com as diversas categorias de beneficiários. A exclusão dos estrangeiros, dos andarilhos, dos forasteiros, associada à interdição da mendicância, permite tentar um atendimento sistemática da indigência domiciliada: cuidados e ajuda aos doentes e inválidos, mas também ensino de um ofício às crianças pobres e distribuição de auxílios a famílias sem emprego ou que não ganham o suficiente para sobrevivência (ibidem, p.73)

Para Castel, a preocupação em sistematizar a assistência a partir de uma base local garantiu uma inovação ao proporcionar auxílio para categorias de indigentes mesmo entre os que eram capazes de trabalhar e, até então, ficavam de fora de qualquer atendimento. Essas medidas adotadas municipalmente foram retomadas nas legislações nacionais: “decreto de Carlos V, de 7 de outubro de 1531, para Flandres e Países Baixos; Ordem de Moulin, de fevereiro de 1556, para a França; *Poor Laws* inglesas, da segunda metade do século XVI, que vão resultar na grande lei elisabetiana de 1601.” (Ibidem, p.74).

O aspecto geral de tais leis encontra-se no artigo 73 do decreto de Moulin que estabeleceu o dever do povo de cada cidade ou aldeia de alimentar e sustentar os pobres que eram nativos ou moradores da localidade para evitar que esses esmolassem ou vagassem em outros locais. Castel assinala que a “grande reclusão” dos mendigos que vigorou na Europa, no século XVII, embora pareça, não desmente o princípio da assistência a quem está próximo, representando uma continuidade da política que vigorou até o século XVI. (ibidem, p.74).

Os mendigos, em número crescente e com “seus costumes desordenados”

representavam o risco de constituírem um “povo independente”, sem lei, religião, autoridade, polícia, como uma nação sem regras, uma ameaça materializada. Tolerar a mendicância seria o mesmo que permitir a construção de um grupo que teria por base a “desfiliação” em relação à vida em comunidade. (ibidem, p.75).

Assim, a reclusão foi imaginada como uma medida capaz de garantir a restauração do pertencimento comunitário, afinal os albergados de hospitais estavam ainda integrados à sociedade. Do ponto de vista institucional, a reclusão representou um prolongamento das formas anteriores de intervenção assistencial:

Em Lyon, por exemplo, a esmolaria geral - uma das criações mais completas das políticas municipais da Renascença – fecha, desde o fim do século XVI, 'mendigos incorrigíveis' numa torre. A cidade funda, em 1614, o hospital Saint – Laurent, cujo regulamento combina trabalho e orações para a regeneração de mendigos. Mesma evolução na Inglaterra, onde o Bridewel de Londres, modelo das workhouses, foi fundado em 1547. Em Amsterdam, o Rasphaus obedece, na mesma época, a princípios iguais (ibidem, p.76).

Sobre os hospitais gerais²⁴ Castel afirma que, mesmo tendo a sua fundação comandada pelo Poder Real, estes não marcaram uma ruptura com as políticas anteriores, uma vez que ainda se manteve a realização das medidas sob a responsabilidade das cidades e “grandes burgos”. Castel destaca que a reclusão abarcava somente os mendigos domiciliados, deixando de fora os “vagabundos” e os estrangeiros, que deveriam sair da cidade. Assim, é possível constatar que a reclusão e sua vocação reeducativa eram condizentes com o princípio de domiciliação da assistência. Tanto que, após o fracasso deste modelo de intervenção, o princípio da domiciliação prevaleceu novamente, o que evidencia que a exigência de territorialização para se tornar beneficiário, ao invés de atenuar-se, tornou-se maior à medida que aproximava-se o fim do “Antigo Regime”. (ibidem, p.78).

O autor pontua que, a despeito de todas as modificações superficiais ou não, o conjunto das práticas sócio-assistenciais continua dominado tanto pela relação de proximidade que deve existir entre o beneficiário do auxílio e a instituição que o distribui,

²⁴ Quanto às técnicas desenvolvidas nos hospitais gerais, estas se baseiam em estratégias de inclusão por meio do trabalho forçado entremeado de incessantes orações, aprendizagem da ordem e da regularidade, a fim de reeducar o indivíduo para que esse possa ser “um membro útil para o Estado”. (p.77).

quanto pelo critério da inaptidão para o trabalho.

Sob esse aspecto, destaca o autor, a pobreza e até mesmo a completa indigência, por si só, não justificavam a obtenção dos benefícios assistenciais. O atendimento era direcionado àqueles que não conseguiam suprir suas necessidades por serem incapazes de trabalhar. Parte da população que não se enquadrava nos critérios estabelecidos desenvolvia estratégias para ter acesso ao atendimento.

A simulação da invalidez decorre de uma primeira estratégia para adequar-se o melhor possível ao modelo ideal do atendimento assistencial. (...) Mas a obstinação em simular a inaptidão para o trabalho, quando não é efetiva, prova a importância decisiva dessa categorização para se ter acesso aos auxílios. Fingindo uma tara que o torna inválido, o simulador chega a penetrar na esfera da assistência, onde não teria lugar se fosse são de corpo e espírito. Homenagem do vício à virtude: devem ter dó de mim porque estou visivelmente incapacitado para realizar qualquer trabalho. (ibidem, p.88).

Assim, Castel apresenta, também, “os pobres envergonhados”²⁵ que podiam ser assistidos mesmo serem incapazes de trabalhar. Decorriam de famílias de boa educação e que já tinham ocupado lugar de prestígio na sociedade, mas caíram em ruína e não possuíam mais condições de manutenção de sua sobrevivência. Estes, segundo o autor, exprimem a “desclassificação social” e seu surgimento está ligado ao desenvolvimento da sociedade urbana que com sua maior estratificação social acarretou uma mobilidade descendente. Eram, muitas vezes, atendidos prioritariamente uma vez que as paróquias ou cidades se sentiam especialmente responsáveis por eles. O tratamento especial reflete, sobretudo a força e qualidade do vínculo comunitário que estes criaram, sendo conhecidos e reconhecidos por terem ocupado uma posição de prestígio, adquirido respeito comunitário e se tornado, portanto, merecedores de auxílio.

É clara a diferenciação dispensada na intervenção social-assistencial entre o “mendigo válido” e o “pobre envergonhado”. A questão do “mendigo válido” carrega consigo uma ambigüidade reveladora. Não por acaso, aparece como categoria pejorativa no início do século XIV, juntamente com o “pobre envergonhado”. A partir do crescimento das cidades, da expansão demográfica e da acentuação da estratificação social os “mendigos válidos” tornaram-se bem mais visíveis. Passaram a ser identificados enquanto

²⁵ O pobre envergonhado é envergonhado por mostrar que está pobre, porque conservou sua dignidade e porque a pobreza é indigna para um homem de qualidade. (Ibidem, p.89)

tal e a representar um problema para as autoridades. Desde então, a tônica da legislação assistencial passou a ser a proibição das esmolas bem como a distinção destes dos inválidos, que podiam ser atendidos pela assistência e dos “vagabundos”, estes últimos da esfera de competência da polícia. (ibidem, pp. 90 e 91).

Castel prossegue ressaltando que essa distinção na legislação nunca pode ser aplicada em sua totalidade, seja pela permanência de atitudes de caridade para com esses cidadãos, seja porque, a despeito da condenação moral e religiosa dos “ociosos”, surgiu a suspeita de que nem todos seriam culpados por não trabalhar e de que, também, poderiam ser atendidos desde que pertencessem à paróquia.

O questionamento sobre o que aconteceria com aqueles que não podiam trabalhar, não por incapacidade, mas, por falta de trabalho, representou o problema fundamental suscitado inicialmente pelo “mendigo válido”. A grande questão que se colocou foi “como transformar um mendicante de auxílios em um produtor de sua própria existência?” (ibidem, p.93).

Assim, buscando a origem no “mendigo válido”, chegamos ao âmago da dramatização da questão social: a problematização daqueles que, embora capazes para o trabalho, não possuem lugar no mundo produtivo.

De acordo com Castel, a partir dos séculos XII e XIII, o social-assistencial já incorporava, no Ocidente cristão, traços de uma política de assistência moderna, tais como a classificação e a seleção dos beneficiários, a busca de uma organização racional com base territorial e a diversidade de esferas responsáveis, sendo laicas, eclesiais, privadas, públicas, centrais e/ou locais. Para o autor, a presença dos pobres envergonhados e dos mendigos válidos indicava, já nessas sociedades, os fenômenos da “desclassificação”, ou mobilidade descendente bem como o subemprego, visível através de trabalhadores válidos entregues à mendicância. Para ele, contudo, foi a partir da segunda metade do século XIV, com o aparecimento de um novo perfil de indigentes, caracterizados pela impossibilidade de uma relação de trabalho, que a questão da mendicância válida ganhou visibilidade e uma nova dimensão. Isso se deu através do crescimento e reconhecimento da vagabundagem. (ibidem, pp. 95 e 96).

Para Castel, embora a existência de necessitados, mendigos e vagabundos datasse de muito tempo, foi a partir daí que ganhou expressão e constituiu a base da questão social. São os “supranumerários”, ou aqueles que:

não têm nenhum lugar determinado na estrutura social nem em seu sistema de distribuição das posições reconhecidas, nem sequer o que faz dos indigentes assistidos uma clientela integrada. São os ancestrais dos supranumerários de hoje. Não por uma identidade de condição, é claro, mas por uma homologia de posição (ibidem, p. 96).

Esse novo perfil de indigentes emergiu na metade do século XIV, no seio do processo que, segundo Castel, buscava propensão à mobilidade numa formação social que não se dispunha a aceitá-la. Sob esse aspecto, o autor pontua que o que se apresentou foi uma articulação sistemática de alguns elementos de uma nova problemática do trabalho no começo da modernidade.

O autor destaca o imperativo categórico do trabalho para aqueles que somente dispunham de sua força de trabalho para viver: a obrigação de que o trabalho estivesse o mais adequado possível às tradicionais e costumeiras formas de divisão das tarefas; o caráter de dificuldade de negociação, ou mesmo a inexistência dela, no que dizia respeito à retribuição pelo trabalho realizado; e, por fim, a interdição de alternativas que pudessem escapar à esse imperativo do trabalho.(ibidem, pp.98 e 99).

Tais determinações representam o reconhecimento de que a população que não se encontrava nas estruturas da divisão do trabalho, constituía um problema e um problema que exigia solução. De acordo com os elementos enunciados percebe-se que a solução encontrada residiu na tentativa de erradicar a mobilidade e buscar reinserir, mesmo que forçosamente, todos os que se desatrelassem. De acordo com o autor, nesse período, o Código do Trabalho foi formulado em oposição explícita ao Código da Assistência, uma vez que proibia a assistência a todos que tivessem capacidade para trabalhar. (ibidem, p.99). Assim, podemos afirmar, que foi o novo tipo de mobilidade dos trabalhadores juntamente com a vontade política de impedi-la, que caracterizaram essa situação.

Importa destacar que a mobilidade emergente a partir da metade do século XIV, não foi aquela causada por pessoas que ficaram fora dos quadros da sociedade organizada ou que a ela se integraram profissionalmente, ou, ainda, que circularam em suas fronteiras. Castel fala de uma mobilidade que nasceu de uma “comoção” interna no seio da sociedade constituída, tratando-se da busca de uma organização interna capaz da manutenção de cada um em seu lugar previamente estabelecido na divisão do trabalho. Isto porque a grande problemática passou a ser a dificuldade de “enquadramento desse novo perfil de indivíduos na organização tradicional do trabalho.

Para Castel, inaugurou-se, assim, uma questão operária inédita já no enfraquecimento da sociedade feudal, uma vez que essa massa que somente dispunha da venda de sua força de trabalho, eram literalmente proletários. O autor destaca, entretanto, que como estes permaneciam integrados e territorializados, eram “simplesmente” pobres, pois estando em seu “lugar” e fazendo parte da “ordem do mundo” ainda não constituíam a questão social. (ibidem, p.104).

Na segunda metade do século XIV, a questão assume outra configuração, impulsionada pela desregulamentação da organização do trabalho. O autor evoca as circunstâncias do início do século XIX quando, pela primeira vez, a questão social apareceu explicitada sob a forma do pauperismo. Entretanto, pontua que, o que será chamado de pauperismo, será fruto de uma “liberalização selvagem” de um mercado de trabalho, enquanto que no século XIV, o que se verificou como problema foi a ausência deste mesmo mercado. A grande dificuldade, então, residiu em identificar uma forma de bloquear a mobilidade de trabalhadores que não encontravam lugar na organização tradicional do trabalho. As medidas que foram tomadas à época objetivaram oferecer uma resposta para essa problemática. Podemos identificar, com base em Castel, que se um proletariado integrado não representava um problema na sociedade pré-industrial, o mesmo não ocorria com os indivíduos em busca de emprego. Estes constituíam, segundo o autor, uma mão-de-obra flutuante que, realmente, não tinha lugar na organização do trabalho e não podia ser aceita como tal.

Castel ao se referir a 'população residual' assinala ainda que esta não é somente uma reserva de força de trabalho:

A residual population não é, pois, uma simples reserva de força de trabalho, um “exército de reserva”. É formada, ao menos em parte, por indivíduos desterritorializados, com grande mobilidade, que não encontram lugar na organização tradicional do trabalho, mas aos quais o código do trabalho, que se torna explícito através das injunções que se multiplicam a partir do século XIV, quer proibir que se empreguem de outro modo que não o prescrito pelas formas tradicionais. Tal contradição atua até a revolução industrial. (...) qual é o lugar de quem, em relação a esta organização do trabalho, é 'livre' mas carente de tudo? Num primeiro momento e por muito tempo: nenhum lugar (ibidem, pp. 117 e 118).

Na busca de contextualizar a emergência desta problemática, Castel aponta que a convergência das medidas promulgadas na metade do século XIV remete de início

as conseqüências trágicas da Peste Negra que dizimou quase um terço da população europeia antes do fim do século. Com a tragédia, muitos trabalhadores, das mais diversas especialidades²⁶, por constituírem parte vulnerável e empobrecida da população, foram frontalmente atingidos, propiciando uma redução expressiva de mão-de-obra disponível. Desta forma, houve uma grande procura por estes trabalhadores, fato que forçou a subida dos valores pagos pelos serviços prestados. Assim, segundo o autor, nos vinte anos que se seguiram, a situação permaneceu favorável aos melhores rendimentos dos trabalhadores, decaindo somente no início do século XVI. (ibidem, p.107).

O autor assinala que apesar de a metade do século XIV não inaugurar uma situação nova, demarcou um abalo nas relações sociais. Esse período demarcou transformações que modificaram radical e irreversivelmente a sociedade. A saber:

(...) a partir da metade do século a propriedade da terra se fragmenta e também muda frequentemente de mãos, acentuando a bipolarização do mundo rural. (...) os camponeses despossuídos se pauperizam. Alugam-se aos mais ricos: semi-assalariados, quando conservam um pequeno pedaço de terra para cultivar; assalariados integrais, isto é, verdadeiros proletários agrícolas, quando são sem terra. (...) as transformações decisivas, no sentido da pauperização dos arrendatários, realmente se deram na metade do século XIV. Avaliações mais gerais estimam em cerca de um terço a proporção desses camponeses que não podem mais viver da exploração da terra (...) massas de coitados fazem a experiência negativa da liberdade de escapar às inscrições tradicionais. Uma parte desses desfiliaados emigra para a cidade. Mas esta perdeu a relativa capacidade de acolher que tinha em seu período de maior expansão, quando o desenvolvimento do artesanato e do comércio criava, diríamos hoje, empregos (...) inscreveu-se também uma longa transformação das relações familiares e de sociabilidade, e que se é mais difícil de ser evidenciada, aparentemente acarretou efeitos decisivos (ibidem, pp. 112 e 113).

Em conformidade com Castel, identificamos já na segunda metade do século XIV, as bases de produção da questão social que, tal como a compreendemos, pode ter sua emergência datada do início do século XVI. Acreditamos que, pensar a questão social sem perder de vista sua processualidade significa entendermos como fundamental a emergência política de uma questão, adentrar nos processos e mecanismos que

²⁶Castel (Idem, p. 145) esclarece que, nesse período, em relação a condição de trabalhadores e da relação salarial é ambígua, “ a constituição da relação salarial moderna supõe que se reúna um certo número de condições (...) será necessário esperar a virada deste século-o século XX-para que ela se imponha sem ambigüidade. (...) o que se tem, então, são apenas embriões ou vestígios dessa relação salarial moderna.

permitiram que essa problemática tomasse força pública e se inserisse na cena política.²⁷ Portanto, não podemos perder de vista na análise um outro elemento, os sujeitos envolvidos nesse processo, que de fato, são aqueles que colocam a questão na cena política. Não considerar esses sujeitos é tratar a questão social de forma deslocada historicamente, anulando as relações estabelecidas. Assim, avaliamos que a questão social de fato emerge enquanto questão neste momento histórico e acreditamos que a negação deste fato anula a história dos sujeitos envolvidos nesse processo.

Em consonância com essa concepção processual podemos afirmar, por exemplo, que a questão social na primeira metade do século XIX na Europa dizia respeito ao pauperismo da classe trabalhadora: “populações flutuantes, miseráveis, não socializadas, cortadas de seus vínculos rurais e que ameaçam a ordem social, seja pela violência revolucionária, seja como uma gangrena” (Castel, 2000, p. 239). Essa situação se prolongou na Europa até quase o início do século XX onde, após um processo de conflitos e lutas, o proletariado passou a ser uma classe trabalhadora relativamente integrada.

Buscando continuar apontando a constituição da sociedade capitalista, na qual vivenciamos a consolidação do pauperismo, nos referenciamos em Marx (1982), para entendermos que a superação das relações sociais estabelecidas no feudalismo²⁸, durante o processo de acumulação primitiva garantiu o domínio da produção agrícola voltada para o mercado. Assim, também os trabalhadores foram “obrigados” a adquirir bens de subsistência no mercado capitalista.

Para Marx, a chamada acumulação primitiva de capital foi a fase de constituição das bases do modo capitalista de produção. Foi o período da história onde ocorreu a separação do produtor direto dos meios de produção, o processo denominado como a pré-história do capitalismo. Assinala Marx que:

A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o

²⁷ Reconhecemos que a questão política que se configura com o pauperismo, a partir do século XIX, representa a questão social em uma amplitude e estruturação até então nunca existente. Entretanto, compreendemos que já partir da segunda metade do século XIV, e, mais enfaticamente, no início do século XVI, ocorreram transformações importantes que não podem ser desconsideradas, sob pena de negação da história e dos sujeitos que a fazem. Salientamos, entretanto, que certamente, tais transformações, não tiveram a mesma coerência e hegemonia sobre as relações de trabalho, quanto aquelas gestadas posteriormente, já nas sociedades sob a luz da Revolução Industrial.

²⁸ Para Feudalismo, ver: sociedade feudal em Bottomore (1988, pp. 352; 353; 354; 355 e 356).

processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela (ibidem, p.262).

Os principais sujeitos do processo de produção capitalista surgiram a partir da acumulação primitiva de capital. De um lado o chamado capitalista, proprietário do dinheiro, dos meios de produção e dos meios de subsistência. Do outro lado, o trabalhador que dispunha apenas de sua força de trabalho e que, para sobreviver, teve de vendê-la. O processo de separação entre essas duas classes encontra-se na gênese do modo capitalista de produção. Assim, a acumulação primitiva de capital é também a história da constituição destas duas classes sociais, o capitalista e o proletário, que surgiu das fileiras dos camponeses expropriados da base fundiária, que constituirão a base social e econômica do modo capitalista de produção.

Desta forma, é somente após o processo de acumulação primitiva, em que o dono do dinheiro e dos meios de produção passa a comprar a mercadoria força de trabalho, que o modo capitalista de produção pode reproduzir-se como modo de produção dominante. Os meios de produção, incluindo as terras e a força de trabalho, são convertidos em mercadorias controladas pelo capital. Essa dinâmica criada pela acumulação primitiva permite ao modo de produção capitalista reproduzir-se garantindo a continuidade e a regularidade da produção de mercadorias e, assim, da acumulação do capital.

Importa destacar que, somente a partir da expropriação dos trabalhadores dos meios de produção e de subsistência é que estes foram levados a vender sua força de trabalho, ou seja, a transformarem seu trabalho em mercadoria comprada pelo dinheiro. Com o dinheiro da venda de sua força de trabalho, ele passou a comprar, no mercado, os meios para sua sobrevivência e de sua família. A formação de um mercado de trabalho regular foi condição indispensável para a existência do modo capitalista de produção.

Ao retratar a formação do mercado de trabalho na Inglaterra, Marx (1982), assim como Castel (1998), aponta que o processo iniciou-se com a vasta expropriação de terras dos camponeses, ocorrida entre os séculos XV e XVI, sob várias formas (cercamentos de terras, dissolução das terras comuns, roubo das terras da Igreja, fim da servidão), esse é o processo histórico que dissociou o camponês (o produtor direto) de seus meios de subsistência e meios de trabalho. Mas, esse processo, por si só, não garantiu a formação de um mercado de trabalho regular para a indústria nascente, com a

oferta permanente e abundante de mão de obra, necessária ao modo capitalista de produção. Foi a partir de um Estado, capaz de representar os interesses da acumulação capitalista que foi garantida a disciplina para o trabalho regular através da coerção, violência física e moral sobre os pobres e camponeses expropriados, disponibilizando ao capital, a mão de obra necessária, com salários rebaixados. Segundo Marx:

A revolução que ia lançar os primeiros fundamentos do regime capitalista teve seu prelúdio no último terço do século XV e no começo do século XVI. Nessa época o licenciamento da numerosa criadagem senhorial (...) lançou de improviso, no mercado de trabalho, uma massa de proletários sem lar nem pão. Se bem que o poder real, saído ele próprio do desenvolvimento burguês, fosse, em sua tendência para soberania absoluta, levado a ativar esse licenciamento por medidas violentas, não foi, todavia, a única causa. Em guerra aberta com a realeza e o Parlamento, os grandes senhores criaram um proletariado muito mais considerável, usurpando os bens comunais dos camponeses e expulsando-os do solo que estes possuíam com o mesmo direito que seus senhores (Marx, 1977, pp. 21 e 22).

Conforme Marx, os camponeses expropriados não podiam ser absorvidos pela manufatura na mesma velocidade e rapidez com que se tornavam disponíveis. Este fato provocou uma grave crise social, visível no aumento do número de mendigos, ladrões e “vagabundos”. Em conformidade com Castel (1998), Marx assinala que, as chamadas leis sanguinárias do século XVI coibiram de forma violenta a mendicância e a vadiagem, obrigando aqueles que não tinham trabalho à procurá-lo, obrigando o antigo camponês a se sujeitar ao trabalho na manufatura, ou em outro lugar qualquer. Ressalta Marx:

Os pais da atual classe operária foram duramente castigados por terem sido reduzidos ao estado de vagabundos e pobres. A legislação os tratou como criminosos voluntários, supondo que dependia de seu livre arbítrio o continuar trabalhando como no passado e como se não tivesse sobrevindo nenhuma mudança em sua condição de existência (Marx, 1977, p. 57).

Na Inglaterra no reinado de Henrique VIII, 1530. Os mendigos velhos e incapacitados para o trabalho obtinham permissão para implorar a caridade. Os vagabundos robustos eram condenados ao látigo e encarcerados. Atados à parte traseira de um carro deviam ser fustigados até que o sangue jorrasse de seu corpo; depois deviam comprometer-se, mediante juramento, a voltar para o lugar de seu nascimento ou para o sítio onde tinham vivido durante os últimos três anos e pôr-se novamente a trabalhar (ibidem, p. 58).

(...) James I. Todos os indivíduos que percorrem o país mendigando são declarados vagabundos (...) os vagabundos reacionários e perigosos devem ser marcados com um R no ombro esquerdo e, se detidos novamente mendigando, executados sem compaixão e privados da assistência do sacerdote (ibidem, p.63).

Todo esse processo teve à frente o Estado, que além de garantir a oferta de força de trabalho regular, via coerção e opressão violenta e moral, ainda “regulou” os salários de forma a beneficiar a acumulação de capital. (Marx, 1982, p.275).

Marx destaca que:

Assim, o povo do campo, tendo sua base fundiária expropriada à força e dela sendo expulso e transformados em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura. (ibidem, p.277).

Os trabalhadores, submetidos a esta nova ordem, acabavam vendendo sua força de trabalho em troca da subsistência, com péssimas condições de trabalho, em jornadas extremamente longas, trabalhando até o limite das forças e, não raro, tidos por negligentes e insubordinados. Dessa forma, a miséria e a fome não tardaram a aparecer, assim como doenças, devido às péssimas condições de higiene, escassez do fornecimento de água e pelo fato de não terem como se proteger do frio. Tal quadro levou à morte inúmeros trabalhadores pobres.

A realidade da classe trabalhadora não se restringiu à população urbana. Entretanto, a cidade se expandia e, com ela, contraditoriamente, o empobrecimento dos trabalhadores e o avanço da burguesia que se mantinha indiferente à situação de crescente miséria. Engels ao descrever a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, especificamente em Manchester onde observou durante vinte meses, pontua que as condições eram as piores possíveis:

Para resumir o resultado das nossas perambulações através dessas localidades, diremos que a quase totalidade dos 350 mil operários de Manchester e dos seus arredores habita em casas de mau estado, úmidas e sujas; que as ruas por onde têm de passar estão na maior parte das vezes num estado deplorável e extremamente sujas e que foram construídas sem o menor cuidado de ventilação, com a única preocupação do maior lucro possível para o construtor. Nas habitações operárias de Manchester não há limpeza, nem conforto, e, portanto não há vida familiar possível; só uma raça desumanizada, degradada, rebaixada a um nível bestial, tanto do ponto de vista intelectual como moral, fisicamente mórbida, poderia sentir-se à vontade e sentir-se em casa (Engels, 1985, p.77).

Uma parte do operariado se adaptava à ordem burguesa. Porém, muitos outros, desiludidos e desmoralizados pela extrema exploração e o constante empobrecimento, caíam no alcoolismo, demência, suicídio e as mulheres, na prostituição. No entanto, parte desse contingente de miseráveis via a saída na rebelião, na revolta, na revolução. Fizeram greves, revoltas armadas ou não, rebeliões e – muito importante – formaram os sindicatos - as *trade unions*, visando a sua segurança, melhoria das condições de trabalho e o fortalecimento da luta operária. Indispensável ressaltar que, quando tomaram consciência do seu papel na sociedade, reconheceram-se como agentes sociais e transformadores.

Marx (1982) demonstra como o processo constante de acumulação de capital faz surgir, uma população excedente de trabalhadores à sua disposição, chamada por ele de exército industrial de reserva.

Verifica-se que a progressão da força de trabalho empregada na produção é proporcionalmente menor se comparada à progressão do capital global resultante. Com o aumento da produção, seria possível julgar que também ocorreria o aumento do número de trabalhadores, porém a demanda de mão-de-obra não acompanha o aumento do capital global.

O capital aumenta em uma proporção maior que a necessidade de força de trabalho. Podemos destacar que o capital global aumenta devido, sobretudo, a mais-valia produzida, gerando um excedente de capital. Este aumento de capital é transformado em capital constante, ou seja, é revertido para o aumento da produção em investimentos na própria indústria, na aquisição de maquinaria ou espaço físico.

Assim, assinalamos que o desenvolvimento tecnológico, ao mesmo tempo em que aumenta substancialmente a produtividade da empresa, diminui o número de trabalhadores envolvidos no processo produtivo. Mas esse aumento da produção

aumenta também a mais-valia. O salário do trabalhador continua o mesmo, ou tem um pequeno aumento, porém nada comparável ao lucro do capitalista. Podemos constatar que o capital variável diminui na proporção que o capital constante cresce.

De acordo com Marx (ibidem) é assim que o capitalismo cria e recria, permanentemente, um excedente de população trabalhadora, que forma um número maior que o necessário para a acumulação de capital. Dentro deste sistema esta característica acompanha sempre os trabalhadores que ao produzir a acumulação de capital, tornam-se, cada vez mais, uma massa de população supérflua. Essa lei, própria do modo capitalista²⁹, transforma esse exército industrial de reserva em parte concreta do capital.

Assim, com o desenvolvimento da industrialização e, neste momento, o consequente e imprescindível crescimento do “exército industrial de reserva” e da pauperização da classe trabalhadora, Marx (ibidem) demarca a existência do pauperismo, que passou a constituir o cerne da questão social.

O século XIX, que viu o nascimento da economia política e da sociologia modernas, foi o período no qual as esferas econômica, social e política se diferenciaram. Essa diferenciação foi marcada, na verdade, por conflitos. Nos arriscamos a assinalar, de modo bem simplificado que, durante esse período, a economia “trabalhava” contra a sociedade, afinal, o desenvolvimento industrial acarretava uma miséria maciça que, na medida em que crescia a organização dos trabalhadores pauperizados, ameaçava a ordem social; e a esfera política, por sua vez, via-se às voltas com o desafio de resolver essa contradição fundamental, seja via revolução social, pelas mãos dos trabalhadores, entendimento que nos remete às diferentes formas de socialismo, seja de modo mais pragmático, pelas mãos dos governantes. Assim, percebemos que a questão social estava no cerne das preocupações tanto dos reformadores quanto dos conservadores.

Segundo Castel foi justamente nessa época, especificamente em 1830, que a questão social foi, pela primeira vez, explicitamente nomeada como tal. Para ele, neste momento, ela foi suscitada pela tomada de consciência daqueles que eram, ao mesmo tempo, agentes e vítimas da Revolução Industrial.

²⁹ Para Castel, o fenômeno da população flutuante, destacado por Marx como constituinte do “Exército Industrial de Reserva” aparece na metade do século XIV.

É a questão do pauperismo. Momento essencial aquele em que pareceu ser quase total o divórcio entre uma ordem jurídico-política, fundada sobre o reconhecimento dos direitos dos cidadãos, e uma ordem econômica que acarreta uma miséria e uma desmoralização de massa. Difunde-se então a convicção de que aí, há, de fato, 'uma ampla ameaça à ordem política e moral', ou mais energicamente ainda: 'É preciso encontrar um remédio eficaz para a chaga do pauperismo ou preparar-se para a desordem do mundo.' Entenda-se isso como o fato de que a sociedade liberal corre o risco de explodir devido às novas tensões sociais que são a consequência de uma industrialização selvagem (Castel, 1998, p.30).

Nesse período, para Castel (ibidem, p.31), a lacuna entre a organização política e o sistema econômico, demarcam, pioneiramente “o lugar do social” que buscava entre o político e o econômico, restaurar ou estabelecer laços que não se dão de forma separada entre um e outro. “O 'social' verifica-se em sistemas de regulações não mercantis, instituídas para tentar preencher esse espaço”. Assinala o autor:

Em tal contexto, a questão social torna-se a questão do lugar que as franjas mais dessocializadas dos trabalhadores podem ocupar na sociedade industrial. A resposta para ela será o conjunto dos dispositivos montados para promover sua integração. Entretanto, antes desta “invenção do social” já havia social. A afirmação se justifica na existência das formas institucionalizadas de relações não mercantis dirigidas a categorias distintas de indigentes; na repressão aos 'vagabundos'; na obrigação do trabalho; no controle da mão-de-obra e em outras situações. (ibidem, p.31).

Em tais ocasiões, segundo Castel, o Estado desempenhava, fundamentalmente, o papel de fiador da manutenção da organização do trabalho e de regulador da mobilidade dos trabalhadores. Tudo isso porque, já nas sociedades pré-industriais da Europa Ocidental, se apresentava uma questão social. Assinala Castel:

A interdependência cuidadosamente encaixada dos estatutos numa sociedade ordenada é ameaçada pela pressão que exercem todos os que nela não encontram seu lugar a partir da organização tradicional do trabalho. A questão da vagabundagem, como se verá, expressa e dissimula, ao mesmo tempo, a reivindicação fundamental do livre acesso ao trabalho, a partir do que as relações de produção irão se redefinir em nova base. (ibidem, p.31).

Nessa perspectiva, segundo Castel (2000), o setor assalariado chegou a

“estruturar nossa formação social quase totalmente”, mediante o desenvolvimento de um “processo de transformação do trabalho em emprego” , ou seja, o trabalho passou a ser objeto de um sistema de proteção, de garantias e de direitos. Isso não significa assinalar, em absoluto, que a sociedade salarial tenha se constituído no “melhor dos mundos”. Ela, por um lado, não eliminou a desigualdade e a exploração e, por outro, estimulou o individualismo em decorrência da cristalização da gestão tecnocrática do social. Não obstante isso, direitos e garantias com relação ao trabalho assalariado foram instituídos. A propósito disso escreve Castel: “Os despedidos eram, então, pouco numerosos, e o contrato de trabalho por tempo indeterminado chegava quase sempre até o limite, permitindo ao assalariado fazer sua carreira completa na empresa”. (ibidem, p. 240).

Nesse sentido, para este autor, a condição salarial passou a ser uma situação almejada, por conta dessas garantias, mesmo pelas pessoas situadas no topo da hierarquia social. Segundo Castel, no caso da sociedade francesa, nos anos 70, aproximadamente 82% da população ativa era constituída de assalariados. Para ele, neste período, tratava-se de uma situação, portanto, em que a centralidade assumida pelo trabalho assalariado fez com que ele assumisse uma dimensão de categoria organizadora do social e fornecedora de identidade. Uma sociedade salarial, por conseguinte para Castel, consiste nisto: “uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais têm a sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salariado” (ibidem, p. 243). O autor assinala que, entretanto, esta sociedade não é de igualdade, ao contrário, nela permanecem as desigualdades, as injustiças, a exploração.

Buscando apontar a possível unidade existente na multiplicidade dessas desigualdades, Castel, assinala que a noção de exclusão social não parece dar conta desta complexidade, uma vez que sua indiferenciação abarca uma infinidade de situações específicas e sem origem comum:

Realmente, que coisa partilham um homem que há muito está desempregado, recolhido à esfera familiar, com mulher, apartamento e televisão (SCHWARTZ, *apud* CASTEL, 1998, p. 32), e o jovem cuja ocupação penosa é feita de andanças sempre recomeçadas e de explosões de raiva sempre abortadas (DUBET *apud* Castel, 1998, p. 32)? Eles não têm nem o mesmo passado, nem o mesmo futuro, nem a mesma vivência, nem os mesmos valores. Não podem alimentar um projeto comum e não parecem ser suscetíveis de superar sua angústia por meio de formas de organização coletiva (ibidem, p.32).

Castel afirma que o que os aproxima nesse caso é a unidade de uma posição em relação às reestruturações econômicas e sociais atuais. Para o autor eles se

encontram mais abandonados do que excluídos, uma vez que as transformações ocorridas não passaram impunemente por eles. Segundo Castel, a fase de desenvolvimento econômico e o quase pleno emprego carregado de proteção social acarretaram a ilusão de que os “supranumerários”, “os inúteis para o mundo”, aqueles que não encontram lugar diante das atualizações de competências econômicas e sociais, haviam desaparecido por completo das sociedades.

Para Castel os “supranumerários” nem sequer são explorados, uma vez que, para tanto, deveriam possuir competências traduzidas em valores sociais. “São supérfluos”. Não representam um potencial de luta, uma força de pressão por não atuarem diretamente em nenhum setor estratégico da vida social. Segundo o autor estes inauguram uma problemática teórica e prática nova.

Se, no sentido do próprio termo, não são mais atores porque não fazem nada de socialmente útil, como poderiam existir socialmente? No sentido, é claro, de que existir socialmente equivaleria a ter, efetivamente, um lugar na sociedade. Porque ao mesmo tempo eles estão bem presentes – e isso é o problema, pois são numerosos demais.(ibidem, p.33).

Castel avalia que, a partir desse ponto, há uma “metamorfose” em relação à questão anterior que se reduzia a identificar como um ator social subordinado e dependente poderia tornar-se um sujeito social pleno. A questão agora, segundo ele, é amenizar a presença desses “supranumerários” a ponto de quase apagá-la, fato que pode ser facilmente identificado nas políticas de inserção que são propostas pelo Estado. No entanto, o autor destaca que a problemática é nova, mas não a problematização, o que significa dizer que não se pode automatizar a situação dessas populações e que a questão social embora se ponha explicitamente “às margens da vida social” questiona o conjunto da sociedade. (ibidem, pp.33 e 34).

Dentro da lógica de esfacelamento da sociedade salarial, ainda na perspectiva de Castel, “a nova questão social³⁰ hoje parece ser o questionamento desta função integradora do trabalho na sociedade”. Uma “desmontagem desse sistema de proteção e garantias que foram vinculadas ao emprego e uma desestabilização, primordialmente na

³⁰ Assinalamos que em nosso entendimento não estamos diante de uma “nova questão social” mas, sim, de novas expressões, ou de uma nova inflexão, da mesma questão, que se apresenta, segundo nossa concepção, a partir do século XVI, embora tenha sido gestada desde a segunda metade do século XIV.

ordem do trabalho, que repercute como uma espécie de choque em diferentes setores da vida social para além do mundo do trabalho propriamente dito” e que vem atuando como agente desagregador do tecido social. (ibidem, pp. 239 e 240).

A palavra-chave desse processo, para o autor é a flexibilização. Ela decorre das exigências da concorrência e da competitividade em um modelo mundializado no qual o trabalho passa a ser o alvo principal da redução de custos. Trata-se de reduzir o preço da força de trabalho, e, ao mesmo tempo, maximizar a sua eficácia produtiva. Desemprego massivo, vulnerabilidade e insegurança em decorrência dos ataques desferidos às garantias e direitos sociais, sinalizam para o desaparecimento do emprego, isto é, do trabalho com proteção e estabilidade. Essa situação é tanto mais grave em contextos como os da América Latina ou em países como o Brasil que, por não terem erguido sistemas fortes de proteção ao trabalho e, portanto, um sistema salarial maduro, tendem a desagregar-se de forma mais rápida e devastadora.

Para Castel (ibidem), a “erosão do tecido social” provocado por essas mudanças tem gerado um quadro de insegurança, tendo como consequência a “desestabilização dos estáveis”, a “instalação da precariedade” e a existência dos “sobrantes”. Segundo o autor, a “desestabilização dos estáveis” engloba aqueles “trabalhadores que ocupavam uma posição sólida na divisão do trabalho clássico e que se encontram ejetados dos circuitos produtivos”.

A “instalação da precariedade” atinge freqüentemente “os jovens, com alternâncias de períodos de atividades, de desemprego, de trabalho temporário, de ajuda social” e que acaba por configurar o que se “poderia chamar de cultura do aleatório, as pessoas vivem o dia-a-dia” de forma vulnerável e instável.

Os “sobrantes”, por sua vez, correspondem aquelas “pessoas que não têm lugar na sociedade, que não são integradas, e talvez não sejam integráveis”.(ibidem, pp. 252; 253; 254). Estar integrado, afirma Castel, “é estar inserido em relações de utilidade social, relações de interdependência” como é o caso de um operário que, embora explorado, era ao mesmo tempo indispensável e por essa razão, podia reivindicar, organizar-se, participar de lutas por conta do seu pertencimento a um dos grupos importantes da sociedade, e obter ganhos como as proteções e garantias aqui referidas. Nessa perspectiva, os “sobrantes” não são sequer explorados:

Estão lá como inúteis, inúteis ao mundo como se costumava falar dos vagabundos nas sociedades pré-industriais, no sentido de que não encontram um lugar na sociedade, com um mínimo de estabilidade. São pessoas poder-se-ia dizer, que foram invalidadas pela nova conjuntura econômica e social dos últimos 20 anos. Porque há 20 anos atrás essas pessoas teriam sido integradas nos circuitos produtivos, e hoje elas estão quase como fracassadas. (ibidem, p. 255).

O autor reflete sobre a possibilidade de constituição e manutenção de um mundo onde integrados, desfiliados e vulneráveis pertencem a um mesmo conjunto.

Se a redefinição da eficácia econômica e da competência social deve ser paga ao preço de se pôr fora 10, 20, 30% ou mais da população será possível falar ainda de pertencimento a um conjunto social? Qual é o limiar de tolerância de uma sociedade democrática para o que chamarei, ao invés de exclusão, de invalidação social? Tal é, a meu ver a nova questão social. (ibidem, p.34).

Para Castel, estamos sem dúvida, diante de um dilema, ou aceitamos uma sociedade inteiramente submetida às exigências da economia ou construímos uma figura do Estado Social à altura dos novos desafios. Para ele a aceitação da primeira alternativa promoverá o desmoronamento da sociedade salarial, isto é, da idéia de trabalho e de proteções que se montou com tanta dificuldade. (ibidem, p. 35).

1.3. Pobreza e exclusão social: o debate em torno de categorias que expressam a questão social

A noção de exclusão tem sido objeto de controvérsias e críticas. Neste trabalho, buscamos a articulação entre a noção de exclusão e a questão social. Consideramos que esse debate acerca das concepções sobre exclusão social é relevante, atentando para o fato de que políticas públicas vêm sendo formuladas a partir do que se entende por esse termo. Além disso, uma série de mobilizações políticas e sociais estão em curso ao redor do que o termo evoca. Por mais problemático que seja, o esforço de conceitualização não deve, portanto, ser abandonado.

Assim, a complexidade teórica da temática ganha consistência na medida em que não é apenas uma nova forma de se referir à “velha pobreza”, mas sugere mudanças no fenômeno da pobreza urbana e está ligado, em vários autores, à discussão sobre a

crise de um modelo de sociedade.

O termo exclusão social tem suas raízes na França e dialoga com outras noções, tais como a de marginalidade e de *underclass*. De acordo com Paugam (1999), na década de 60, estudos remetiam a noção de exclusão à idéia da sobrevivência de uma população à margem do progresso econômico e da partilha dos benefícios da sociedade industrial.

O tratamento da questão começou a mudar na década de 70, junto com o avanço do desemprego nos países centrais. Ganhou destaque a noção de uma “nova pobreza”, que atinge setores anteriormente adaptados, mas, que se tornam vítimas de uma conjuntura recessiva.

Na década de 90, concomitantemente ao avanço do desemprego, a noção de exclusão social adquiriu força e difundiu-se. Segundo Paugam (*ibidem*), isto deve-se ao susto dos franceses com a crise, mas, também, à evolução das representações e categorias de análise amadurecidas pelo acúmulo de conhecimentos sobre o tema.

Nesta mesma época, a noção de exclusão social adquiriu destaque e novos contornos no Brasil. Entre as décadas de 50 e 70, a noção predominante para se referir ao fenômeno da pobreza, no Brasil como em outros países da América Latina, era a marginalidade.

Objetivando promover um balanço entre essas correntes analíticas, Fassin (1996, apud Leal, 2004), distingue duas grandes orientações em seu tratamento: a culturalista e a estruturalista.

Para este autor, a orientação culturalista estaria mais voltada para os traços psicossociais dos indivíduos. Destacamos que, em muitos de seus elementos, essa vertente de análise identifica-se com a noção norte-americana de *underclass*.

Esta noção, segundo Leal, difundiu-se através de Myrdal, que a usava para caracterizar uma camada populacional miserável e economicamente supérflua. Na década de 70, *underclass* tornou-se sinônimo de pobreza persistente e associou-se à idéia de uma “cultura da pobreza”, marcada pela indolência, imprevidência e imoralidade, segundo os padrões de valores da burguesia norte-americana, compreendendo usuais manifestações de alcoolismo, toxicomania, maternidade dissociada do casamento, desemprego e dependência de políticas sociais. Esta idéia deu suporte à divisão dos pobres em dois subgrupos: de um lado, aqueles que mereceriam ajuda e, de outro, os indivíduos e famílias cuja pobreza era atribuída ao seu próprio comportamento (Myrdal, Apud Leal, 2004, p. 3).

A orientação culturalista da marginalidade mais próxima desta perspectiva não foi comum no Brasil. As demais orientações teóricas sobre a marginalidade, mais difundidas e aceitas no Brasil, caracterizavam-na como realidade estrutural ligada às contradições do modo de produção capitalista (Fassin, 1996, apud Leal, 2004).

Leal (2004) destaca que, na maioria das formulações ditas estruturalistas difundidas no Brasil, percebe-se uma relação de funcionalidade dos grupos marginais em relação ao capitalismo. Com isto, tais formulações contrapõem-se, por exemplo, a Nun, para quem a “massa marginal” – uma população excedente em relação ao próprio exército industrial de reserva – não é funcional nem está integrada ao processo de acumulação do capital. (Nun, 1978, apud Leal, 2004, p. 4)

Na década de 90, como parte de um processo alavancado ainda nos anos 80, a noção de marginalidade é deixada de lado pela maioria dos autores em favor da expressão exclusão social. A noção de exclusão social ganha relevo nas reportagens, nas Organizações Não Governamentais (ONGs) com ação voltada para esta questão, nos partidos políticos e governos.

Dentro da diversidade de concepções e da dificuldade em conceitualizar exclusão, apresentaremos os eixos fundamentais de interpretação desta questão, por entendermos que, de alguma forma, expressam idéias que influenciam as demais correntes.

Inicialmente temos uma abordagem eminentemente influenciada pelos pesquisadores franceses que vai além da explicação da desigualdade social das décadas anteriores, tratando do problema como um fenômeno novo em seu significado, relacionado à ruptura de laços sociais e fator de uma crise nos fundamentos da sociedade, já presente ou em vias de acontecer. Os autores franceses enfatizam as desvinculações com o trabalho, multiplicadas pelo crescente desemprego que marca a contemporaneidade. Como expoente desta vertente podemos citar Castel (1998).

Inserida nessa perspectiva, marcada, entretanto por especificidades advindas de análises da realidade brasileira, identificamos Escorel (1999) que, na tentativa de associar a discussão teórica da questão a uma pesquisa etnográfica sobre adultos moradores de rua, confere maior importância à dimensão da sociabilidade primária em função do tipo de relações que historicamente foram mais importantes para a garantia de proteção social nas sociedades. Assim, esta autora destaca que, na França, durante a vigência do Estado de bem-estar social, concomitante a situação de pleno emprego, o trabalho era o elemento central ao qual se ancoravam as garantias de plena cidadania

enquanto que, no Brasil, onde a cidadania se constrói de modo lento e precário, já antes da década de 80 o emprego formal não se estendia à grande maioria da população e a família ocupou sempre papel central na definição do lugar dos indivíduos na sociedade, de forma que a desvinculação sociofamiliar ganha premência na garantia de proteção aos indivíduos. Assim, sua desagregação torna-se o fator central no processo de exclusão social.

A autora aponta que a desvinculação dos indivíduos excluídos traduz-se no não pertencimento a grupos sociais e na não participação nas dimensões sociais da vida humana. Assim, a condição de exclusão é definida “como a daquele que está ‘sem lugar no mundo’, totalmente desvinculado ou com vínculos tão frágeis e efêmeros que não constituem uma unidade social de pertencimento” (ibidem, p.18).

Segundo Lavinias (2003), considerar o fenômeno da exclusão implica considerar, também, aspectos subjetivos que mobilizam sentimentos de rejeição, perda de identidade, falência dos laços comunitários e sociais, resultando numa retração das redes de sociabilidade, com quebra dos mecanismos de solidariedade e reciprocidade. A tônica da exclusão é dada pelo empobrecimento das relações sociais e redes de solidariedade. Assim, a noção de exclusão também remete ao fracasso.

Leal (2004) assinala que, sob a abordagem que dá ênfase à sociedade, as idéias sobre a ruptura do tecido social envolvem uma retomada contemporânea das teorias de Durkheim sobre a integração social. A exclusão social seria, um efeito secundário da ruptura da solidariedade orgânica, na medida em que cada vez mais indivíduos deixam de ser elos necessários de uma interdependência social conferida pela divisão do trabalho. A autora destaca que, nesses casos, seria justamente a ameaça de esgarçamento do tecido social o fator específico que diferenciaria a exclusão social moderna de exclusões ocorridas, no passado, em outras sociedades.

Seguindo essa linha de análise, podemos avaliar que fenômenos como o ostracismo na Grécia antiga e o banimento na Roma Antiga são formas inequívocas de exclusão, que não caracterizam ameaça alguma ao funcionamento daquelas sociedades, posto que estas se estruturavam como sociedades fechadas a todos aqueles que não fossem homens livres. As sociedades modernas, pelo contrário, têm como suas idéias fundadoras fundamentais a universalidade e a igualdade jurídico-política. Justamente contra estes elementos fundantes do ideário da modernidade atenta a exclusão social.

Leal (ibidem) destaca que os grupos excluídos tornam-se desnecessários do ponto de vista do funcionamento da economia capitalista e representam objeto de

desprezo ou “não-forças políticas” (Castel, 1998). Tais grupos constituem potencial fonte de ameaças de violência contra os incluídos, objetos de uma discriminação cada vez mais acentuada (Buarque, 1993; Nascimento, 1994, apud Leal, 2004).

De acordo com as perspectivas dos autores citados acima, os indivíduos excluídos passam a ser vistos pelos demais como não-semelhantes, ou seja, neles não é reconhecida qualquer fração de humanidade que faça com que os incluídos (ou grande parte deles) se reconheçam nos excluídos. Em função dessa condição, estes tornam-se, potencialmente, vítimas de ações de eliminação física, como de fato presenciamos nas ocorrências de ateamento de fogo a mendigos e moradores de rua, chacinas de presos, extermínios de grupos de pobres e outros.

Considerando uma segunda abordagem acerca da temática da exclusão, identificamos autores que, contrapondo-se à visão do problema como um fenômeno novo em seu significado, a entendem como consequência do funcionamento da organização social. Nesse sentido, Leal aponta a análise de Sawaia que enfatiza o fato de a exclusão fazer parte de um processo contraditório, uma vez que ela nega a inclusão, ao mesmo tempo em que só existe e ganha sentido se relacionada a ela. Para Sawaia, a exclusão representa um processo complexo e multifacetado, composto de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. Só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela, não sendo uma coisa ou um estado e, sim, um processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Destaca que a exclusão não tem uma única forma e nem é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, mas, ao contrário, ela é produto do funcionamento do sistema. (Sawaia, 2001, apud Leal, 2004).

Nesse sentido, para esse grupo de autores, a noção de exclusão não está relacionada à ruptura de laços sociais. Nessa abordagem a idéia de exclusão como forma subordinada de integração também está presente em autores que criticam a emergência da "exclusão social" como conceito. Demo (1998) mostra que, se os excluídos ameaçam a ordem social, eles não são, de fato, excluídos, pois fazem parte do sistema. Na mesma linha, Martins (1997) sustenta a tese de que não existe exclusão, mas, contradição, pois “no interior do que parece forte e dominante” cria-se “o nicho de ação eficaz dos frágeis” e as reações fazem parte do sistema econômico e de poder, mesmo que os negue.

Embora críticos da utilização da exclusão social como conceito, Demo (1998) e Martins (1997) apresentam diferenciais na ênfase sobre as mudanças em relação a um contexto anterior expressas pela idéia de exclusão social.

Comparando o contexto atual e o de algumas décadas atrás, Martins, observa uma “nova desigualdade”, resultante da retração das possibilidades de ascensão social pelo estudo e pela poupança. Destaca, nesse sentido, que a nova desigualdade restringe-se ao acesso material. O autor avalia que a desigualdade, na contemporaneidade, depara-se com uma uniformidade ideológica, na medida em que diferentes classes sociais compartilham os mesmos valores de consumo, competição e individualismo. (Martins, 1997).

Demo (1998), por outro lado, analisa considerando a permanência da desigualdade social. Este autor ressalta que o fenômeno da exclusão não é novo porque a pobreza ainda é mais ou menos a mesma que era em décadas anteriores e que o fundamento do exército industrial de reserva e do lumpemproletariado, próxima da noção atual de excluídos em função de seu não aproveitamento produtivo, dão conta de explicá-la. Assim, para este autor, mesmo quando desvinculados do mercado de trabalho (formal ou informal), os excluídos permanecem funcionais ao sistema capitalista.

Sob esse aspecto, observamos que tais análises da exclusão social aproximam-se daquelas, sobre a marginalidade, apresentando igualmente a idéia de um papel funcional do exército de reserva, assim como fazia boa parte dos teóricos da marginalidade, para designar uma parcela da população que não se integrava aos setores modernos da economia ou integrava-se de maneira subordinada ao sistema capitalista. Neste sentido, podemos aferir que as teorias da exclusão que dão ênfase a seu aspecto contraditório denotam uma funcionalidade do fenômeno que se opõe à idéia de sobra que fundamenta às noções de exclusão de tipo integracionista.

Para Martins (1997) a exclusão representa uma etapa entre uma forma e outra de exclusão, onde a sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir de outro modo, com as suas próprias regras, segundo a sua própria lógica, ou seja, uma inclusão estritamente em termos daquilo que é mais conveniente e necessário à mais eficiente (e barata) reprodução do capital. E também, ao funcionamento da ordem política, em favor daqueles que dominam.

Martins (ibidem) destaca que, se antes, os indivíduos ficavam excluídos por pouco tempo, hoje esse período deixou de ser transitório e tornou-se um modo de vida, na medida em que há amplas parcelas da população (crianças prostituídas, moradores de rua, de favelas, cortiços, ocupações etc.) com poucas chances de “re-inserção”.

Retomando as diferentes abordagens acerca da exclusão social apontamos como terceira, e última a ser destacada neste trabalho, aquela que relaciona este

fenômeno à ausência de cidadania. Ressaltamos que esta visão pode ser interpretada como um complemento de cada uma das perspectivas anteriores, não necessariamente concorrendo com elas.

Podemos dizer que essa abordagem tem seus fundamentos em Marshall (1967). Este constrói a idéia de que os direitos devem assegurar ao indivíduo um mínimo de participação na vida social bem como nas benesses, materiais ou não, criadas pela sociedade, incluindo os aspectos civis, políticos e sociais.

Na tentativa de construir um índice de exclusão social, alguns autores brasileiros, tais como Sposati (s/d), propõem a idéia de que as novas formas de exclusão “dizem respeito à forma de distribuição de acessos” a bens materiais, culturais, oportunidades de trabalho e de participação política. Referindo-se à inclusão aos mínimos sociais de cidadania, esta autora considera quatro indicadores: autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e equidade. Sposati participou da elaboração do “Mapa da exclusão social na Cidade de São Paulo”.

Dentro da mesma perspectiva, identificando a exclusão social segundo espaços geográficos, mas, tendo como universo o Brasil e como unidades de observação as cidades, encontramos Pochmann que aponta a velha e a nova exclusão social. Ele define “velha exclusão social” como a “forma de marginalização dos frutos do crescimento econômico e da cidadania”. (Pochmann, 2003, p.43). A definição da “nova exclusão social” é menos explicativa. É definida, pelo autor, como “um fenômeno de ampliação de parcelas significativas da população em situação de vulnerabilidade social, e também as formas de manifestação de exclusão, abarcando as esferas cultural, econômica e política” (ibidem, p.49). O autor apresenta indicadores que valorizam a concepção de exclusão vinculada às idéias de cidadania como direito a um mínimo de bem-estar material e participação na herança social de que fala Marshall (1967).

O conceito de exclusão remete, de imediato, ao de inclusão social. Após essa breve incursão ao debate sobre a exclusão, podemos sugerir que, ambos, exclusão e inclusão, tratam dos múltiplos fenômenos relacionados com a questão da pobreza. O conceito de exclusão social pretende ser mais abrangente que o conceito de pobreza, ainda que o inclua. Trata-se de conceitos esvaziados de historicidade e, em contrapartida, carregados de motivações políticas, no intuito de encobrir a centralidade do debate sobre a pobreza.

A discussão a respeito da inclusão social, pouco fala sobre o aumento da desigualdade, bem como oculta o fato de que enfrentar a questão da pobreza requer que

uma parcela da sociedade deixe de se apropriar do produto social como o faz hoje. Conforme esta concepção, a pobreza deixa de ser reconhecida como fenômeno histórico e socialmente construído. Conseqüentemente, as propostas de políticas públicas, operam como um ponto de chegada na contramão dos processos sociais concretos. As políticas compensatórias buscam legitimar, não só, mas, acima de tudo, o discurso baseado no mito da inclusão social, que oculta a natureza do processo societário que gera a pobreza e aprofunda a desigualdade social e sujeita a população empobrecida a buscar a solução dos seus problemas pela via individual.

Tanto o debate sobre exclusão social como sobre inclusão social estão centrados nos indivíduos. Trata-se de buscar a inclusão de indivíduos. Dissociadas das políticas macro-econômicas, estas estratégias focalizam o indivíduo e propõem soluções individuais como caminho da superação da pobreza. A dimensão do coletivo, da sociedade, das políticas públicas, dos distintos interesses de classes sociais, o espaço público, a política, tudo isso é suprimido deste discurso.

Identificamos no debate em torno da problemática exclusão/inclusão social um caráter de naturalização da pobreza, que busca torná-la uma fatalidade contra a qual só existe a possibilidade de minimizar seu impacto. Trabalhando sob uma perspectiva que avança para além da naturalização, Telles, considera a privação de direitos como o grande desafio a ser considerado:

Se a pobreza é sinal de privação de direitos, o significado desta não se esgota nas evidências da destituição material. A destituição material é a contrapartida de uma destituição simbólica que homogeneiza todas na categoria genérica e desidentificadora de pobre. Por essa via, as situações concretas que criam a destituição material - salários baixos, desemprego e subemprego, bem como a doença, a velhice, a orfandade ou a invalidez, submergem, indiferenciados, sob as imagens de carência e de impotência que criam a figura de uma pobreza transformada em natureza e evocam a exigência de um estado tutelar que deve proteção aos deserdados da sorte (Telles, 1992, p.135).

A autora observa que, uma vez que a pobreza é naturalizada perdem-se de vista as possibilidades de superar sua situação (que é natural e não histórica), somente um Estado Tutelar pode proteger os pobres, assisti-los paternalmente. Como deserdados da sorte, devem ser protegidos deles mesmos, de sua ignorância e incivilidade. (Telles, 1992).

Telles apresenta outras possibilidades de entendimento desta questão. Para

ela a pobreza deve ser entendida a partir da ótica da privação dos direitos e não meramente a partir da destituição material e da carência. É possível, segundo ela, considerar que as alternativas para o enfrentamento desta questão passem pela via do exercício de direitos, em substituição às ações assistencialistas, paternalistas ou de tutela. (ibidem). Percebemos, nessa abordagem, uma relação direta com a dimensão explicitada anteriormente e que relaciona a exclusão social à não cidadania.

Desta forma, ao buscarmos compreender as distintas abordagens analíticas da problemática da exclusão social deparamo-nos com outras questões polêmicas como a própria definição de pobreza. O caminho para discuti-la não é simples, surgem dificuldades tanto para conceituá-la quanto para delimitá-la.

Vieira (2004) procurou compreender esta realidade, considerando várias dimensões do problema. Analisando o contexto que engendra a situação de desemprego, as dificuldades de acesso à moradia, à saúde e à educação a que está sujeita a população de rua, a autora afirma:

Na verdade a desigualdade social e a pobreza não são privilégios da sociedade moderna, mas um produto histórico que se modifica no espaço e no tempo. A própria forma como a pobreza é vista socialmente se modifica. O significado mítico de pobreza no período medieval, associada ao despojamento, pouco tem a ver com a noção de pobreza como falta (Vieira, 2004, p.18).

Os significados atribuídos à pobreza sofreram alterações através da história: vão desde o entendimento religioso da pobreza como um privilégio dos bem-aventurados e como tal uma bênção divina, uma qualidade almejada, até o conceito atual pelo qual a pobreza é associada à falta, à carência. No primeiro caso havia uma positividade relacionada a essa situação.

No entanto, pobreza não se reduz a uma questão somente econômica, tampouco reduz-se à sua manifestação mais imediata – a fome ; da mesma forma, a cidadania não pode ser reduzida a direitos sociais, ela configura-se numa relação com direitos políticos e jurídicos.

Retomando a discussão acerca da historicidade da pobreza, Souza, assinala que a Idade Média é um período especialmente elucidativo para quem estuda a pobreza, “pois foi em seu seio que se verificaram as grandes transformações que marcaram a concepção moderna da pobreza” (Souza, 1982, p. 99, apud Ezequiel, s/d). Primeiramente,

o pobre era visto como pobre de Cristo, que vivia nas vilas e merecia ajuda dos mosteiros. No século XII, com as mudanças estruturais, trazidas pela urbanização e pelas transformações na economia monetária e na propriedade rural, que solapavam o sistema feudal, a presença da pobreza passava a ser associada à cidade, cabendo ao poder público dar-lhes as esmolas. No século XIV, já eram em número demasiado elevado, tornando-se encargo oneroso ao Estado e à Igreja. O pobre laborioso dos séculos XIII e XIV era o camponês expropriado que, livre dos laços servis, almejava viver de seu trabalho, embora muitas vezes não o conseguisse (ibidem, p.100).

Mollat procura identificar o ponto de ruptura, a partir do qual a precariedade se transforma em miséria, distinguindo os limites biológico, econômico e sociológico. Para este autor, o limite biológico é ultrapassado quando não se possui condições mínimas de saúde e de sobrevivência. Nesse caso, fatores como idade, vestuário, habitação e alimentação são determinantes. O limite econômico, assentado nas possibilidades de abastecimento, está por sua vez relacionado com a troca, com a compra e com o valor real da moeda. Tal limite é comprimido pela demanda fiscal que não poupa nem os mais precários recursos dos pobres como os tributos senhoriais e clericais, dízimos, taxas urbanas, e outros. Está ligado a situações conjunturais como a guerra, a fome e as crises econômicas em geral. Já a transposição do limite sociológico cria, conforme o autor, a desclassificação. O camponês e o artesão medieval, sem suas ferramentas, eram destituídos de seu ofício, assim como o nobre sem cavalo e armas não tinha meios de existência social. (Mollat, 198, apud Ezequiel s/d, p.100).

Analisando o período feudal, Souza destaca que só há desclassificado em função da existência do classificado e, por conseguinte, da própria classificação social, infra-estrutural, de que a pobreza é o principal agente desclassificatório. Souza justifica sua posição exatamente pelo fato de a sociedade colonial apresentar-se em termos estamentais, em que o status e a honra são elementos de classificação. “O desclassificado social é um homem livre e pobre – freqüentemente miserável -, o que, numa sociedade escravista, não chega a apresentar grandes vantagens com relação ao escravo”.(Souza, 1982, apud Ezequiel, s/d, p. 101).

Já nos liames da sociedade capitalista, a pobreza, enquanto uma das expressões da questão social, segundo Lavinias (2003), institui-se enquanto tal tanto na Europa quanto na América latina, ao mesmo tempo em que o surgimento das grandes cidades. “Assim sendo, a pobreza, enquanto questão, nasce com o selo urbano”.

Segundo a autora, “pobreza significa falta ou pouca renda”, mas uma definição

mais criteriosa a definiria “como um estado de carência, de privação, que pode colocar em risco a própria condição humana”. Assim, ser pobre é ter sua humanidade ameaçada, seja pela impossibilidade de satisfação de necessidades básicas, seja pela incapacidade de mobilizar esforços e meios para satisfação de tais necessidades.

Lavinias (ibidem) pontua que o caráter urbano da pobreza torna-se ainda mais visível na medida em que esta vem desafiar a governabilidade urbana, exigindo dos governos locais soluções rápidas e efetivas, inscrevendo no território da cidade marcas das contradições sociais que a reconfiguram e recontextualizam a cada momento.

A pobreza é um fato eminentemente urbano,

(...) não apenas porque a maioria dos pobres vive, hoje nas cidades e zonas metropolitanas, mas porque a reprodução da pobreza é mediada pela reprodução do modo urbano das condições de vida, através da dinâmica do mercado de trabalho, da natureza do sistema de proteção social e do pacto de coesão social que é, na verdade, o que estrutura o conjunto de relações e interações entre a sociedade civil, o Estado e o mercado (ibidem, p.30).

De acordo com os destaques da autora, na Europa do século XX, o sistema de combate à pobreza adotado era de exclusiva responsabilidade do Estado. O Estado de Bem-Estar oferecia proteção nos momentos de crise e instabilidade que de alguma forma ameaçavam ocasionalmente a segurança, integridade e o bem-estar dos indivíduos. Hoje, as estratégias de combate à pobreza são, cada vez mais, de responsabilidade dos governos locais, o que acarreta a criação de regimes locais de regulação da pobreza, levando à implementação de programas diversificados, focalizados, específicos para cada situação particular.

Na América Latina, a trajetória desse enfrentamento se distingue, pois o Estado de Bem-Estar não existiu de forma plena. Segundo Lavinias (ibidem), a pobreza era regulada na esfera privada e as estratégias para combatê-la, muitas vezes estratégias de sobrevivência, uma criação dos trabalhadores pobres, excluídos e marginalizados sem direito à cidadania regulada³¹.

Zaluar, ao analisar as alterações culturais ocorridas no país, especificamente

³¹ Na cidadania regulada são considerados cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. Santos (1987, p.68).

com relação às noções de pobreza nas últimas décadas, afirma que “a pobreza perde seu sinal positivo de valor espiritual, para adquirir um sentido negativo de carência, de falta de bens, que implica perda de status, de poder e sucesso social” (Zaluar, 1994, p.18).

Neste sentido, a autora afirma: “a idéia básica de pobreza no pensamento erudito que marcou todo o período autoritário é da carência material, quando a política social se caracterizava como assistencialista, paternalista e clientelista” (ibidem, p.40). Desta forma, a desigualdade foi interpretada no plano social apenas como resultado de “carências materiais”, sem vinculá-la às desigualdades políticas e jurídicas.

Esta concepção vai de encontro à caracterização de pobreza vigente desde a primeira metade do século XIX na Inglaterra, que elencava as prioridades, começando pelo direito à subsistência. Para essa vertente nutricionista,

(...) pobre é todo aquele que não se beneficia de um padrão de subsistência mínimo, baseado na ingestão diária de um requerimento calórico dado. Portanto, inicialmente, pobreza e fome são quase sinônimos e se confundem na identificação de quem é pobre. Nesse enfoque, as necessidades humanas aparecem limitadas às necessidades da sobrevivência física – comer, vestir-se – desconsiderando o social. Esse é ainda hoje o enfoque que prevalece na definição da pobreza absoluta ou da indigência: um padrão de vida aquém do que é exigido para assegurar a mera subsistência ou sobrevivência (Lavinias, 2003, p. 31).

A discussão sobre as estratégias para o enfrentamento da pobreza exige o enfrentamento do debate acerca das necessidades do ser humano: tanto as necessidades existenciais, que se referem ao ser, ao ter, ao fazer e ao interagir, quanto às necessidades que tratam da subsistência, da proteção, do afeto, da participação, da identidade, da liberdade. Enquanto necessidades humanas, não podem ser hierarquizadas entre si, pois são essenciais e devem ser garantidas em quantidade e qualidade suficientes. (ibidem).

Em contraponto, surge uma categoria nova: *necessidades básicas*. Esta, por sua vez, vem abrindo um leque de discussões orientadas para a caracterização e definição de novas categorias tais como, necessidades e carências. Assim, é introduzido um novo entendimento da pobreza, definindo como um fenômeno de caráter relativo e transnacional, ou seja, a noção de pobreza passa a situar-se no tempo e no espaço, considerando a estrutura social e institucional vigente, não sendo expressa apenas em função do nível de renda. A problematização da pobreza enquanto questão social constitui-se, progressivamente, em torno do que são necessidades historicamente

determinadas. (ibidem).

Por outro lado, Lavinias destaca a definição simmeliana de pobreza. Designado como o fundador da Sociologia da Pobreza no início do século XX, Simmel defendia que é pobre todo aquele que é assistido.

Os pobres, enquanto categoria social, não são aqueles que sofrem de déficits ou privações específicas, mas os que recebem assistência ou deveriam recebê-la, em conformidade com as regras sociais existentes. Por isso mesmo, a pobreza não pode ser definida como um estado quantitativo em si mesmo, mas tão somente a partir da reação social que resulta dessa situação específica. (Simmel, 1998 apud Lavinias 2003, p. 32).

As várias conceituações da pobreza têm orientado o desenho das políticas públicas voltadas para o seu enfrentamento em todos os cantos do mundo, incluindo a América Latina. No contexto de forte mutação da sociedade urbana brasileira, destacam-se duas categorias chave para a compreensão da inserção espacial da pobreza no tecido urbano. Para Lavinias, moradia e mercado de trabalho são categorias referenciais para a conceituação de pobreza. Inserção espacial e inserção ocupacional são faces indissociáveis do fenômeno da pobreza na sociedade brasileira moderna. A autora associa diretamente a pobreza à exclusão social como podemos ver na seguinte passagem:

Na América Latina, e no Brasil em particular, o padrão excludente é constitutivo do modelo de acumulação, em todas as suas fases e não apenas por força da flexibilização e globalização dos mercados. Esse padrão da desigualdade extrema, entendida como exclusão de um contingente expressivo da classe trabalhadora, a quem é negada cidadania econômica e social. A pobreza é consequência da exclusão. (Lavinias, 2003, p. 43)

Na América Latina, ainda segundo esta autora, a pobreza é o resultado da desigualdade extrema que chega via mercado de trabalho, através de empregos desqualificados e, sobretudo, de níveis salariais extremamente baixos, aquém do mínimo para a subsistência. A pobreza é o retrato da desigualdade, e as periferias das grandes cidades, a expressão da segregação diária que é imposta aos pobres.

Vimos que são várias e diversificadas as abordagens acerca da pobreza,

bem como da questão social e da exclusão social. Este trabalho buscou percorrer caminhos que dizem respeito ao processo de gênese de cada uma dessas categorias. O objetivo fundamental deste estudo residiu na apresentação e problematização desses debates e seus significados na contemporaneidade.

CAPÍTULO II

2. Quem é o morador de rua?

Com o objetivo de refletir sobre a população de rua em Juiz de fora à luz de sua articulação com a gênese da questão social, buscamos uma aproximação com o objeto que nos despertou os questionamentos iniciais. Partimos de estudos já realizados e da reunião de dados e informações já existentes sobre a população de rua, no mundo e no Brasil. Os estudos possibilitaram a demarcação de alguns aspectos que acabaram direcionando a seqüência da reflexão.

Identificamos a heterogeneidade desta população como um dos raros consensos nesse debate. Merece destaque, também, a grande diversidade de terminologias e conceitos que dizem respeito ao fenômeno, fato que se relaciona com as formas com as quais a sociedade o entende e enfrenta.

Ao revisar a literatura, percebemos o uso de vários conceitos e, a partir de uma diferenciação e reflexão sobre esses, optamos por utilizar, nessa pesquisa, a expressão população de rua³².

Adotamos como fontes de dados e informações alguns trabalhos tais como os de Castel (1998), Escorel (1999), Geremek (1995), Magni (1994), Neves (1983), Rosa (2005), Snow e Anderson (1998), Varanda e Adorno (2004), Vieira (2004) e outros³³. O referencial teórico, as indagações centrais e a caracterização da população de rua em relação à terminologia e conceitos empregados no mundo e no Brasil, serviram de parâmetros para a organização dos dados e informações.

Para a caracterização da população de rua no Brasil, utilizamos dados das pesquisas censitárias e qualitativas sobre a população de rua, realizadas em Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e São Paulo, apresentados e analisados por Silva (2006). Além dessa fonte, priorizada nesse estudo, utilizamos, também, como fontes de dados e informações, estudos de mestrado e doutorado pertinentes ao objeto.

³² Opção já explicitada e melhor definida na introdução dessa pesquisa.

³³ Conforme bibliografia.

2.1. Terminologia e conceitos empregados

A vida na rua sempre esteve presente nas cidades, desde o mundo antigo à contemporaneidade, provocada pela combinação de diversos acontecimentos econômicos, políticos e culturais. A existência da população de rua possui ligação estreita com os processos de urbanização, de crescimento das cidades e, concomitantemente, com o desenvolvimento do capitalismo. Tal condição de existência guarda marcas de profundas desigualdades.

Tomando como referência o exemplo europeu a partir da Idade Média, verifica-se que, para cada período, houve uma leitura do movimento itinerante, de acordo com a organização social e política em vigor, e foram criadas visões diferentes a respeito dos sujeitos que vivenciavam tal condição. Nesse sentido, foram atribuídas diferentes classificações aos habitantes das ruas, dentre elas: vagabundos, mendigos, migrantes, incapacitados, sem domicílio fixo.

Cada categoria de classificação expressava uma forma diferenciada de circular e de estar nas ruas. Com o passar dos séculos, esses perfis diversos foram aglutinando-se nos espaços das cidades, constituindo um conjunto dinâmico a cada experiência urbana. Entretanto, os moradores de rua, em qualquer época, sempre constituíram um segmento à parte, à margem das ordenações sociais e urbanísticas. Os moradores de rua sempre foram considerados ou perigosos ou merecedores de caridade.

Geremek (1995) observa que a existência dos moradores de rua do fim da Idade Média era justificada pelo processo migratório. Assim, a moradia na rua era aceitável como uma condição passageira, mas, não como um modo de vida. Dessa forma, a vida na rua era - e se atentarmos bem ainda é - justificada dentro da moralidade da busca de trabalho amplamente legitimada. Mesmo assim, o imaginário em torno dos moradores de rua marcou-os como perigosos e, mais contemporaneamente, como fracassados.

Consideramos que a vida nas ruas das cidades é, antes de tudo, fruto da expropriação de camponeses e da escassez de empregos devido a mudanças econômicas profundas. As crises monetárias (provocando a mobilidade espacial em busca de sobrevivência econômica e trabalho); os deslocamentos conseqüentes dos efeitos de grandes desgraças sociais, tais como guerras, epidemias, catástrofes naturais e mudanças políticas, constituem fatores conjugados que podem explicar a situação de rua. Contudo, os deslocamentos tinham e têm um motor inicial, na maioria das vezes.

Ao longo do tempo, o habitar as ruas foi sendo reconfigurado e teve seu estatuto sociopolítico modificado. A dimensão histórica destas classificações não será aqui desenvolvida minuciosamente, apenas consideramos alguns elementos como fonte de reflexão essencial para compreensão deste processo na atualidade, pois os traços básicos desses perfis são encontrados nos diversos tipos que habitam as cidades na contemporaneidade.

De acordo com Rodrigues (1999), é interessante iniciar a reflexão pelo mendigo, o vagante, categoria que se destaca nas ruas das cidades da Idade Média, cujas fronteiras com o campo eram tênues se considerarmos a intensa circulação de pessoas, animais e carroças. Eram cidades feitas para pedestres, nas quais ricos e pobres necessariamente se esbarravam. Os pobres e miseráveis eram, em geral, camponeses desafortunados não vinculados a senhores feudais ou a corporações que monopolizavam os serviços nas aldeias, ou, ainda, doentes incapacitados para o trabalho.

A mendicância e a peregrinação, segundo assinala Geremek (1995), eram os recursos dessa população que incluía, também, delinqüentes, criminosos e desocupados que usavam estratégias artificiais para forjar o caráter de indigência. Assim, nesse universo, particularmente na Idade Média, os mendigos passaram a ser diferenciados entre o mendigo verdadeiro, honesto, bom, como os aleijados, os doentes, os loucos, os velhos, as viúvas e os órfãos; e os mendigos falsos, pecadores, vagabundos, que eram os camponeses e artesãos empobrecidos, e os trabalhadores sem emprego. Assim, os mendigos, os “incapazes” e os “vagabundos” passaram a ser a imagem eternizada do fenômeno da vida nas ruas. A piedade e a caridade em torno desta população eram favorecidas por um primeiro incentivo da Igreja ao atribuir uma visão positiva à pobreza que os caracterizava, estimulando a caridade.

Entretanto, descreve Magni (1994), ao final da Idade Média, após crises econômicas e sociais que agravaram a miséria e o medo desta, a própria Igreja passou a condenar os moradores de rua. Da caridade ao ato disciplinador, as entidades assistenciais religiosas passaram efetivamente a fazer parte desse universo.

Nos séculos seguintes, prossegue Magni, as medidas repressivas foram se tornando mais duras para essa população. Entre o século XVI e o final do século XIX, houve uma seqüência de reviravoltas econômicas e políticas, incêndios, epidemias, gerando levas de pauperizados. As cidades cresciam, sem melhorar, no entanto, sua infra-estrutura a fim de acomodar o fluxo de pessoas que a ela chegavam. As leis de repressão à denominada “vadiagem” foram sucedendo-se, incapazes, porém, de eliminá-

la. Mesmo assim, as cidades foram gradualmente se modificando, separando corpos, funções, aumentando a distinção dos seus limites com o campo e distanciando-se das atividades relacionadas a este; e, por fim, determinando lugares mais restritos de circulação da população que vivia nas ruas. (ibidem)

Magni (ibidem) destaca que, com a racionalidade urbana concretizada particularmente no século XVIII, cuja organização era pautada pelas noções de progresso e de uma funcionalidade espacial e, portanto, por uma distribuição mais equilibrada e complementar dos espaços urbanos, somada à intensificação da exploração da força de trabalho emergiu uma outra leitura da indigência. A vida nas ruas passou de crime moral a ser considerada crime econômico, reforçando a projeção dos desempregados e miseráveis como poluidores e perigosos, criminosos.

Entre o século XVIII e as primeiras décadas do século seguinte, com o aprofundamento da Revolução Industrial, ocorreu uma elevação do fluxo migratório que alcançou as cidades e além delas, circunscrevendo territórios nacionais na Europa, nos Estados Unidos e também no Brasil. Neste período, o grande fluxo de migrantes provocou o aumento do pauperismo nos centros urbanos e o recrudescimento dos instrumentos de repressão. Surgiram, também, as formas arquitetônicas que permitiam o controle da movimentação urbana com maior afinco, mantendo a classe trabalhadora em domínios geograficamente restritos. Tais fatores não conseguiram conter, no entanto, os fluxos da circulação que constituía uma parte do universo do migrante. (ibidem)

Paralelamente à repressão, expandiu-se a filantropia voltada a essa população. No período da Revolução Industrial, a estrutura da assistência social foi remodelada e o atendimento passou a aliar o aspecto caritativo ao educativo e ao orientador. As entidades de caridade eram as responsáveis pela garantia de alojamentos, por exemplo. Magni (ibidem, p. 53) atenta que, até esse momento, particularmente na Europa, as poucas medidas para acondicionar a população que chegava às cidades eram, na maioria das vezes, o remanejamento de vagas em hospitais. A partir do final do século XIX, nos vários contextos de intensificação do trabalho operário, tornou-se necessária a criação de alojamentos (*Lodgings houses*) próximos aos locais de trabalho. As vilas operárias surgiram no início do século XX, nas cidades grandes, em meio ao saneamento urbano que provocava um afastamento das “classes perigosas”.

Entretanto, com as providências estatutárias tomadas por várias nações, como França e Inglaterra, após as devastações sociais e econômicas promovidas pela guerra, os governos e autoridades locais de cada cidade iniciaram seu trabalho na área. Ainda

assim, mesmo na atualidade, as entidades filantrópicas ainda são instituições que constituem uma essencial fonte de serviços oferecidos aos moradores de rua.

É importante destacar duas diferenças na comparação com as formas de circulação até então descritas: a primeira é que o migrante em questão estende consideravelmente sua trajetória no território. Ele admite movimentar-se, em geral, na escala nacional, em busca de trabalho em períodos nos quais o mote propulsor da vida econômica seja o progresso. A segunda diferença é que sua dinâmica itinerante tem o trabalho como ponto dos trajetos definidos de acordo com as oportunidades oferecidas. (ibidem)

Nesse sentido, ele se diferencia da figura do mendigo descrito desde a Idade Média e que se fixava nas cidades, e para quem a prática da mendicância era uma opção mais recorrente do que o trabalho. O perfil desse migrante em particular tem sintonia com a figura do “trecheiro”³⁴, e está presente nas estradas brasileiras. O fato de ter o trabalho como ponto central para suas andanças não necessariamente lhes retira o estigma, mas atenua sua imagem com relação a outras formas de estar nas ruas: por isso, hoje, trabalho e honestidade ainda são virtudes que esses habitantes das ruas elegem para contrapor à mendicância nas calçadas.

Os migrantes, com seu perfil singular, somavam-se aos mendigos e inválidos que percorriam as cidades no início do século XX. Magni assinala que, na França, emergiu a figura do *clochard*, próprio do meio urbano, que não tem abrigo permanente e restringe sua circulação a uma pequena área, um quarteirão, na maioria das vezes. Ainda nesse período, o *clochard* era descrito como “*um tipo folclórico, bizarro, mas sedutor, que escolhera um caminho marginal*”. Sua presença reforça uma dinâmica itinerante reconhecida na figura do mendigo medieval, mas cuja trajetória se constrói pelas formas de pauperização das próprias cidades que habitam. (ibidem, p 19).

A quantidade de pessoas sem renda desalojadas de suas habitações nas cidades aumentou consideravelmente a partir da década de 1950, particularmente nos países europeus destruídos no fim da Segunda Guerra. Paralelamente, aumentaram, também, as redes de assistência. Em países como França e Inglaterra, o estatuto social dos moradores de rua sofreu mudança. Na Inglaterra, as provisões de residência, acomodações temporárias e centros de restabelecimento passaram a ser exigidos por lei, conforme pontua Magni (ibidem), com a definição da Lei de Assistência Nacional, em

³⁴ Nomenclatura utilizada em todo o Brasil, inclusive pelos moradores de rua, para se referir aos migrantes.

1948.

Na mesma Inglaterra, décadas depois, a questão é marcada fortemente como um assunto que envolve o poder nacional e autoridades locais. Na França, o morador de rua tornou-se o representante de uma falha de solidariedade democrática e da impotência dos dispositivos assistenciais quanto a ajudar eficazmente. Magni pontua que os termos que atualmente caracterizam o fenômeno nas cidades – *sans-abri, homeless, sem-teto, população em situação de rua* – são frutos de uma gradual adequação da realidade desse segmento à noção de exclusão social, uma noção que emerge na década de 1970 e desde então vem sendo trabalhada em vários contextos sociais diferentes. Particularmente, no caso francês, onde o tema “*adquiriu preponderância e estatuto teórico, relevância e publicidade*”, a noção de exclusão social tornou-se “*uma nova categoria de entendimento, de classificação e estatística social destinada à ação pública*”, à elaboração de políticas sociais. (ibidem, p. 74).

Direcionando o foco de análise para a realidade brasileira, no Rio de Janeiro do início do século passado, o cronista João do Rio descreveu em tom literário as mulheres mendigas, as crianças pedintes, os cortiços mal-cheirosos que abrigavam, entre outros, esmoleiros, como formas de miséria que assolavam as ruas da cidade. (Rio, 2007). O centro de São Paulo também era assolado pela indigência, fruto de uma crônica falência das estruturas econômico-sociais do meio urbano. A profissionalização da mendicância, as práticas de pedir e de provocar piedade, eram consideradas crimes de vadiagem e resistiram às ações repressivas da polícia.

Na sociedade contemporânea, os habitantes das ruas encontram-se em uma posição específica derivada da exclusão da forma legal de propriedade, do trabalho e a fragilidade das relações afetivas e sociais. Comumente são citados por políticos, acadêmicos, instituições sociais e transeuntes como a forma mais visível e extrema da pobreza. Mas, sobretudo, os moradores de rua³⁵ são tidos como “fora do lugar”, desencaixados espacial e simbolicamente porque sua visibilidade é traduzida como uma ameaça às definições normativas do espaço urbano.

Outro aspecto que destacamos como relevante, neste estudo, refere-se a diversidade de terminologias e conceitos empregados para mencionar a população de rua. Acreditamos que a multiplicidade de questões que perpassa a conformação da

³⁵ Sob esse aspecto cabe destacar que a rua não é vista, aqui, como mero logradouro. É, antes, considerada como uma porção do espaço urbano sobre o qual se constroem um conjunto de ações que atribuem sentidos de lugar e pertencimento, podendo estes sentidos ser múltiplos e mesmo divergentes.

população de rua evidencia-se nas várias denominações utilizadas, no meio acadêmico e no senso comum, para referenciar aqueles que vivem nas ruas. A observação de que existem diferentes tipos de sujeitos morando nas ruas pode parecer óbvia quando se trata de uma construção teórica. Entretanto, destacamos que é frequentemente observável o quanto essa superposição de conceitos e categorias se mostra presente tanto em leituras sobre o tema quanto no desenho de políticas públicas direcionadas para essa população.

Importa ressaltar que a dificuldade conceitual acaba provocando uma homogeneização na compreensão das vontades, expectativas, condutas e perspectivas acerca da população de rua, equívoco que pouco colabora para o entendimento da totalidade do fenômeno e, conseqüentemente, para a construção de alternativas de saída das ruas ou mesmo de minimização do problema. Sob esse aspecto nos informam Varanda e Adorno:

Do ponto de vista dos agentes sociais que trabalham com a população de rua, a perspectiva analítica da carência e a impossibilidade de acesso a oportunidades de trabalho se confundem freqüentemente com a identificação de diversos tipos e graus de deficiências de seus usuários. Isso resulta numa rede de prestação de serviços que interfere nas estratégias adotadas pelos moradores de rua que freqüentemente assumem os papéis que lhe são conferidos quando isto se torna conveniente (Varanda e Adorno, 2004, p. 63).

Persistindo na identificação de terminologias e conceitos, Varanda e Adorno (ibidem) apontam o termo *maloqueiro*, que diz respeito a quem usa a maloca, ou *mocó*, que é o lugar de permanência de pequenos grupos durante o dia, ou usado para o pernoite. Nas malocas em geral encontramos colchões, um canto reservado para as roupas e documentos e, às vezes, utensílios de cozinha.

Ainda de acordo com Varanda e Adorno (ibidem) aqueles que fazem uso dos albergues, geralmente são denominados usuários ou em alguns casos albergado enquanto que o “*trecheiro*” é referência muito usada entre os moradores de rua. O termo, oriundo dos trabalhadores que transitavam de uma cidade para outra a procura de trabalho, continua sendo usado pejorativamente por alguns e, naturalmente, por quem já teve a experiência de trecho. Os “*trecheiros*” se opõem aos “*pardais*”³⁶, que são, moradores de rua, que se fixam e não trabalham (Vieira, 2004).

As atribuições de valor ao nomadismo também são referidas por Magni (1995),

³⁶ Denominação cunhada e muito utilizada pelos próprios moradores de rua como referência àqueles que se mantêm fixos em determinados municípios e/ou regiões.

pela oposição dos sujeitos pesquisados ao estado de carência e passividade do morador de rua que se fixa num determinado lugar. Eventualmente, os “pardais” são criticados e mesmo discriminados pelos “trecheiros” por se fixarem e permanecerem sem trabalho. Este fato evidencia, novamente, o forte caráter do discurso válido e bem aceito institucional e socialmente da busca pelo trabalho como atenuante da vida na rua. O “trecheiro” mostra-se hostil ao “pardal” uma vez que o entende enquanto representante da “parcela da população de rua” que se entrega e desiste de lutar de cidade em cidade por um lugar no mundo do trabalho e das relações familiares e comunitárias. E assim, os próprios moradores de rua reproduzem a discriminação que sofrem, atrelando sua condição exclusivamente ao mundo do trabalho, criminalizando e diferenciando suas relações com aqueles que não mais caminham em busca de emprego e desconsiderando os demais determinantes do fenômeno. Assinalamos esta questão por considerarmos que a produção e reprodução deste discurso aceito social e institucionalmente reforça a idéia conservadora de associar diretamente a vida nas ruas a uma situação de vagabundagem, vadiagem, criminalidade, etc.

Varanda e Adorno (2004) chamam a atenção para a complexidade da situação na medida que observamos a construção de várias categorias, a partir de funções, em estudos acadêmicos ou de seu uso a partir da própria incorporação social. Nesse ponto é importante observar, por exemplo, o caso dos catadores. Aqueles que atuam na coleta de materiais recicláveis são, muitas vezes, trabalhadores que vivem na rua, reconhecidos legalmente por essa ocupação profissional. Entretanto, mesmo que grande parte deles se considere morador de rua, muitos tem o seu núcleo familiar constituído, estão vinculados a associações ou cooperativas e nunca estiveram na situação de dependência direta de serviços públicos assistenciais, morando nas ruas. Assim, em conformidade com Vieira, acreditamos que:

A rua pode ter pelo menos dois sentidos: o de se constituir num abrigo para os que, sem recurso, dormem circunstancialmente sob marquises de lojas, viadutos ou bancos de jardim ou pode constituir-se em um modo de vida, para os que já têm na rua o seu hábitat e que estabelecem com ele uma complexa rede de relações. Seria possível identificar situações diferentes em relação à permanência na rua: ficar na rua, circunstancialmente; estar na rua recentemente; ser da rua, permanentemente (Vieira, 2004, p.93).

A autora prossegue assinalando que o ponto comum entre essas situações

refere-se ao fato de que em todos os casos é a precariedade das condições de vida, circunstanciais ou permanentes, que funciona como motor para a utilização das ruas, seja como moradia ou abrigo. Para Vieira “essas situações podem ser dispostas num *continuum*, tendo como referência o tempo de rua” (ibidem, p.94).

Evidências mostram que não só a erosão da “sociedade salarial” (Castel, 1998) e as consequências da falta de trabalho, se constituem eixos centrais na conformação do fenômeno da população de rua. Mesmo quando tomamos o trabalho enquanto elemento estruturador de relações sociais e da representação na definição de papéis assumidos socialmente reconhecemos a existência de outros elementos motivadores, afiançadores e consolidadores da vida nas ruas. Elementos esses que constituem um conjunto de precariedades manifestas na vida dessas pessoas antes da rua e na rua.

Sabemos que a vida na rua representa a única alternativa de sobrevivência para muitos e compreendemos que o aumento crescente do desemprego tem como decorrência um efeito de crescimento da população de rua. Entretanto, entendemos que viver na rua é, também, uma maneira de passar para um lado da sociedade, no qual o reconhecimento dos sujeitos como atores sociais não está necessariamente relacionado à capacidade produtiva, mas, à capacidade de desenvolver estratégias de sobrevivência em situações extremamente adversas. Viver na rua obriga o enfrentamento de vulnerabilidades de toda ordem e exige a adaptação a outras referências profundamente distintas das vividas anteriormente. Vieira aponta diferenciais relacionados ao grau de maior ou menor inserção no mundo da rua que demonstram bem o esforço de compreensão da exposição acima.

Ficar na rua (...) geralmente as pessoas que se encontram nessa situação sentem-se desvalorizadas e demonstram medo de dormir na rua. Buscam rapidamente uma saída através de plantões de serviço social e procuram empregos ou bicos que lhes permitam pagar uma pensão. Rejeitam violentamente a identificação com o morador de rua, procurando distanciar-se dele. Estar na rua (...) começam a estabelecer relações com pessoas da rua e conhecer novas alternativas de sobrevivência. Procuram empregos ou fazem bicos. (...) Tentam se diferenciar dos moradores de rua apresentando-se como trabalhadores desempregados. Ser da rua. (...) De forma geral, o indivíduo vai sofrendo um processo de depauperamento físico e mental em função de má alimentação, precárias condições de higiene e pelo uso constante do álcool. Essa população está também exposta a toda sorte de violências vindas da polícia, dos próprios companheiros e do trânsito. (...) Nesse contexto a rua ganha cada vez mais importância. É o espaço de relações pessoais, de trabalho, de obtenção de recursos de toda sorte. (...) a rua torna-se espaço de moradia

de forma praticamente definitiva, ainda que ocasionalmente possa haver alternância com outros lugares de alojamento (Vieira, 2004, pp. 94 e 95).

Assim, apontamos que “*ficar na rua, estar na rua e ser da rua*” representa um movimento de adaptação que, frequentemente, vai do transitório ao permanente. Na chegada às ruas existe a preservação de alguns vínculos que permitem a oportunidade de conseguir trabalho e a manutenção de contatos familiares e de amizade. Podemos dizer que, nesse momento, onde o sujeito busca fixar-se em albergues, pensões e alojamentos, ele *fica na rua*, uma vez que ainda preserva uma rede de relações de suporte. Na medida em que, com o passar do tempo, transforma-se a relação com o espaço das ruas e constitui-se um processo de progressiva identificação com outras pessoas cujas rotinas são semelhantes, estabelece-se uma nova rede de relações que vai, aos poucos, substituir as antigas redes sociais. O sentimento de ameaça e vulnerabilidade diminui com a familiaridade progressiva com o novo ambiente, em que o cotidiano e as alternativas de sobrevivência do espaço urbano passam a compor o dia a dia. Nessa situação a rua e seus moradores tornam-se progressivamente mais importantes como referência e, dessa forma, um novo cotidiano se estrutura a partir desse novo referencial, e o indivíduo *está na rua*. A desvinculação gradativa das redes sociais de suporte e a adesão aos códigos das ruas permite uma articulação do cotidiano em torno desta nova realidade. O espaço das ruas se constitui como local de moradia e de trabalho, neste momento o sujeito passa a ser da rua.

Dessa forma, podemos aferir que o sujeito cumpre progressivamente o processo que Castel (1998) denomina de *processo de desfiliação*. Esse processo se estabelecerá como conseqüência da crise contemporânea em torno das relações de trabalho (e o alto índice de desemprego) e definirá um movimento que levaria o sujeito de um pólo de inclusão social (com moradia, com saúde e com trabalho) para uma situação de perdas de direitos sociais e de progressivas rupturas de redes sociais. O autor evita o modelo estático de análise do fenômeno que fixa os indivíduos em áreas de destituição. Para ele, o processo dinâmico que os fazem transitar “da integração à vulnerabilidade ou deslizar da vulnerabilidade para a inexistência social” tem na “desfiliação” o seu desfecho.

Sobre esse aspecto, Rosa (2005) assinala, que aos processos de natureza fundamentalmente econômica agrega-se uma progressiva fragilização de vínculos e de suportes relacionais familiares e sociais, o que Castel (1998) chama de redes de proteção

próxima e que se constituem em redes afiançadoras de garantias contra uma certa gama de riscos sociais. Para ele a vulnerabilidade social verifica-se na precariedade do trabalho aliada concomitantemente à uma estrutura familiar debilitada ou em processo de debilitação.

Muitas vezes a família acaba exercendo um papel da rede de proteção social, a desvinculação sociofamiliar mostra-se relevante no processo de ida para as ruas. Como analisa Escorel (1999), as “vulnerabilidades ocupacionais e de rendimentos” também estão associadas a “outras fragilidades de ordem habitacional, afetiva, de aumento da exposição à discriminação e à violência”.

Prosseguindo na identificação das diversas denominações sobre o morador de rua, percebemos que estas se ordenam, também, em função da ótica dos estudos feitos. Sob esse aspecto identificamos uma contraposição entre a identificação do morador de rua em função da vida na rua, como é o caso brasileiro, com uma classificação em relação à ausência de moradia, como acontece nos países anglo-saxônicos. A referência explícita à moradia na identificação de moradores de rua é feita de forma mais ampla, com o termo sem-teto (*homeless*), usado principalmente nos Estados Unidos, ou com o termo sem domicílio fixo (*SDF*), usado na França, o que vincula a noção de direito a uma residência permanente (Magni, 2002). Outros termos, como “mendigos” ou “pedintes”, não correspondem às características gerais dessa população, embora façam parte do imaginário social.

Nos Estados Unidos, segundo Varanda e Adorno (2004), o termo mais utilizado é *homeless*, que nem sempre possui um único significado, referindo-se, também, àqueles que estão em habitações que não atendem às necessidades e padrões mínimos de habitabilidade, às pessoas que enfrentam alguma situação de desabrigo, incluindo aqueles que, mesmo tendo um local para morar, esporadicamente usam os albergues ou dormem nas ruas.

Apresentando as dimensões residencial, de apoio familiar de dignidade e de valor moral baseadas em papéis desempenhados, Snow e Anderson (1998), apontam elementos relevantes acerca do desabrigo, na realidade norte-americana. Como primeira dimensão, entendem a ausência de moradia convencional permanente. Segundo os autores, essa dimensão tipifica o desabrigo como uma vida caracterizada pela ausência de moradia permanente e é utilizada como referência básica para conceituações mais recentes. Entretanto, é preciso destacar que embora seja um ponto de partida necessário, essa dimensão não consegue, isoladamente, abarcar a gama de especificidades

presentes no fenômeno da população de rua.

A segunda dimensão apresentada por Snow e Anderson, diz respeito aos laços familiares, às redes sociais, à ligação entre indivíduos e a sociedade e às várias configurações de atenuação dos laços familiares. É preciso ressaltar que os autores apontam o grau de instabilidade e fragilidade de vínculos familiares entre moradores de rua como variável, ou seja, enquanto para alguns os laços permanecem intactos, para outros são praticamente inexistentes. Para muitos, a rede familiar nunca chegou a se constituir ou representa a lembrança de um passado muito distante:

Para algumas categorias de pessoas moradoras de rua, como as vítimas de desastres de massa, as ligações familiares geralmente se mantêm intactas. Para a maioria das outras categorias, inclusive migrantes, refugiados e famílias de rua, os vínculos familiares são muitas vezes enfraquecidos, mas não totalmente quebrados. Os moradores de rua sem vínculos, no entanto, tendem a encarar sua vida cotidiana como quase destituída de apoio familiar confiável (Snow e Anderson, 1998, p.25).

Cabe, ainda, apontar que como terceira categoria considerada, os autores assinalam o debate acerca dos papéis assimilados por aqueles que vivem nas ruas, conforme podemos observar:

O terceiro traço distintivo do desabrigo é o grau de dignidade e de valor moral associado às diversas categorias de desabrigo. De um ponto de vista sociológico, ser morador de rua é, entre outras coisas, ser o detentor de um papel básico ou de um status modelar. Esses termos se referem a status que são centrais ao modo como somos vistos e como nos vemos. Papéis básicos e status modelares são em geral altamente visíveis, são relevantes para a maioria das situações e são em geral repositórios de valor moral e dignidade. Dignidade e valor moral, então, não são primordialmente características individuais, mas, ao contrário, brotam dos papéis que desempenhamos (ibidem, p. 26).

Apoiados em tais dimensões, Snow e Anderson apresentam, em sua análise antropológica, oito categorias: *recém-deslocados*, *vacilantes regulares* e *vacilantes irregulares*, *andarilhos tradicionais* e *andarilhos hippies*, *mendigos tradicionais* e *mendigos redneck* (tipo regional do sul dos EUA) e, ainda, *doentes mentais*. Tal tipologia é demonstrada em tabelas, enfocando as múltiplas variáveis utilizadas, mas, também, por meio de uma descrição densa, com construção de personagens ilustrando cada um dos

tipos.

Para os autores, os recém deslocados, são aqueles que vão para as ruas pela primeira vez e apresentam muitas características comuns, como a medo do novo mundo, a gravitação em direção às instituições de atendimento, planos e comportamentos que buscam a saída das ruas, o repúdio à identidade de morador de rua e outras, que os colocam em uma situação ambígua de quem carrega valores de uma vida de trabalho, família e vínculos e, ao mesmo tempo, se encontra fisicamente nas ruas:

Tom Fisk. Tom veio para Austin para fazer um serviço de cobertura de telhados. (...) passou a hora seguinte falando sobre como seu gosto pelo negócio de colocação de telhados estava sendo minado pela incapacidade de seu atual empregador de pagá-lo. Como consequência de não estar sendo pago, Tom era obrigado a recorrer ao Exército da Salvação para se alimentar. Mais tarde quando seu carro foi apreendido e ele tinha que vendê-lo ou perdê-lo, começou a dormir no exército da salvação também. (...) Tom estivera nas ruas havia apenas cerca de um mês. Um ano mais tarde nos mandou uma carta de Ocala, Flórida, onde ainda continuava vivendo nas ruas (ibidem, p.91).

Sinalizando que o medo existente em relação à vida nas ruas diminui com o tempo e que uma pessoa recém deslocada que vê seus esforços de saída das ruas frustrados incia uma mudança de comportamento e de estabelecimento de novas relações, Snow e Anderson definem como *vacilantes* justamente essas pessoas que se encontram em uma ambigüidade em relação as suas vidas. Destacam a existência de *vacilantes regulares e institucionalmente adaptados*. Por *vacilantes regulares*, os autores, entendem aqueles que se encontram na situação limite, ou seja, podem achar um meio de saída das ruas ou adotar uma vida ancorada na rua:

Encontramos Ron pela primeira vez no Exército da Salvação no dia seguinte à sua chegada. De início falava sem parar sobre as oportunidades locais de emprego (...) Entretanto, ele trabalhava esporadicamente e vendia plasma regularmente. Ocasionalmente trabalhava como doido em dois empregos ao mesmo tempo, na esperança de ganhar algum dinheiro para conseguir algum apartamento, mas a tensão o esgotava dentro de algumas semanas e ele deixava os dois empregos e ficava perambulando desconsoladamente pelo Exército da Salvação e pelo centro de plasma. Ron permaneceu em Austin por quase quatro meses e depois, durante um de seus períodos de desconsolo, foi para Orlando ou San Diego, segundo informações (ibidem, pp.96 e 97).

Vacilantes institucionalmente adaptados refere-se, segundo os autores, à pessoas que estão nas ruas mas vêm de instituições como asilos e prisões. Os autores assinalam que, embora encontrem nichos fora das ruas, eles encontram nichos que atendem pessoas com vulnerabilidades diversas e de uma forma institucionalmente estruturada e quase sempre exploram seu trabalho. Snow e Anderson (1998) destacam que encontraram uma pequena amostra dessas pessoas nas ruas e que elas em geral trabalham nas instituições que os abrigam, recebendo, como parte do pagamento, a estadia e a alimentação, o que, embora de forma precária, os diferencia do conjunto dos moradores de rua.

Logo depois de nosso primeiro encontro Tanner foi contratado pelo Exército da Salvação como monitor noturno de seu abrigo transitório. Ele recebi casa e comida, mas pagavam a Tanner apenas \$5,00 por semana pelo seu trabalho. Tanner considerava ter dado um passo adiante, tornando-se uma pessoa menos de rua que antes. Mas com uma renda de \$5,00 por semana era altamente improvável que ele pudesse algum dia acumular os fundos necessários para uma situação de vida independente. (...) deixou o emprego e saiu de Austin quatro meses depois de o termos conhecido (ibidem, pp.100 e 101).

Prosseguindo na descrição da tipologia elaborada, Snow e Anderson destacam o conceito de *outsider* como condição de estar permanentemente e por imposição, circunstancialmente ou voluntariamente, excluído das disposições estruturais de um dado sistema social bem como do comportamento de membros que tenham função dentro desse sistema. Os autores apontam que esse conceito é utilizado amplamente e com ênfases diferentes:

Acrescentaríamos que os outsiders, tais como os observamos, existem independentemente do sistema mais amplo, não apenas estrutural mas também cognitivamente. São indivíduos para quem a vida de rua se tornou um dado que não se questiona. Frequentemente eles se vêem em termos de variadas identidades de rua e não simplesmente como indivíduos que são desafortunados. Como consequência, raramente falam sobre sair das ruas. São pessoas para quem o passado e o futuro se aniquilaram no presente (ibidem, pp. 101 e 102).

Snow e Anderson destacam que, apesar de apresentar esses pontos em

comum, os *ousiders* diferenciam-se notavelmente e podem ser divididos em andarilhos, mendigos e doentes mentais. Os andarilhos apresentam como características comuns que possibilitam a tipificação, o fato de possuírem uma alta capacidade de migração, de realizarem viagens geralmente padronizadas e não-aleatórias e de possuírem um forte senso de independência e autocontrole. Eles são, ainda, subdivididos em dois subtipos, os tradicionais e os *hippies*.

Os andarilhos tradicionais, segundo os autores, herdaram o estilo de vida de antigos andarilhos e baseiam-se num ciclo de trabalho, consumo de bebida e migração e são os moradores de rua mais idosos e com mais tempo de rua encontrados na amostragem realizada por eles.

Banjo. (...) com dezesseis anos fugiu de casa no Arkansas para pegar um emprego num parque de diversões. Viveu uma vida itinerante desde então, se estabelecendo ocasionalmente numa ou noutra comunidade cristã. É cristão devoto e carrega um banjo com “A riqueza nada significa sem Deus”, pintado no estojo. (...) vinha para o sul, para Austin, a cada inverno há vários anos (ibidem, p.105).

Já os andarilhos *hippies*, para Snow e Anderson, são aqueles que vivem nas ruas por identificação com o movimento de contracultura dos anos 1960 e, geralmente, identificam-se com vários moradores de rua que acabaram adaptando, ao estilo *hippie*, as necessidades da vida de rua.

Rhyming Mike (...) diz que saiu de casa muitos anos atrás para viajar pelo país e fica pelas ruas com outros andarilhos *hippies* quando os encontra. Passa grande parte de seu tempo escrevendo poemas e frequentemente se oferece para compor poemas para as pessoas nas ruas se elas lhe derem uns trocados. Os títulos desses poemas tais como “Dogs and Tramps”, “ Blood Bank Blues” e “Cross-Road Refugee” refletem sua experiência nas ruas e sua orientação de mendigo. (...) subimos a rua cerca de um quarteirão e sentamos em uma sarjeta com Mike enquanto ele fumava vários baseados, recitava sua poesia e filosofava sobre a vida de andarilho (ibidem, p.107).

Snow e Anderson apontam que o alto consumo de álcool e as viagens curtas e limitadas territorialmente distinguem os mendigos dos outros. Entretanto, os autores apontam que, mesmo exibindo essas características comuns, os indivíduos diferenciam-se por outros aspectos. Assim, estabeleceram diferenças entre mendigos tradicionais e mendigos *redneck*.

Os mendigos tradicionais, segundo eles, quase não viajam e possuem uma

grande dependência do álcool. Os autores assinalam que estes sobrevivem graças à mendicância e mostram-se resignados com o presente, falando pouco sobre o futuro.

Gypsy é cego de um olho e tem as costas terrivelmente deformadas que sofreram nove cirurgias. (...) foi cortado do Serviço de Seguridade Social e seu casamento desintegrou mais ou menos ao mesmo tempo. Ele foi para as ruas e seguiu de carona para Austin, onde está desde então, vivendo nos parques junto aos lagos de Austin nos verões e perto do Exército da Salvação durante os invernos. (...) seu alcoolismo crônico se somou à sua condição, reduzindo sua aptidão e seu interesse pela maior parte de trabalhos de um dia. (...) Sobreviveu pedindo dinheiro, varrendo ruas e obtendo doações de instituições de caridade locais. Fica claro que ele havia passado a se identificar como uma pessoa de rua, referindo-se a si mesmo frequentemente como um 'mendigo' e um 'perito mergulhador de lixeira'. Gypsy foi finalmente reintegrado ao Serviço de Seguridade Social, mas continuou a viver nas ruas, em parte devido à insuficiência dos pagamentos e em parte porque havia se acostumado à vida de rua (ibidem, pp. 109 e 110).

Em relação aos mendigos redneck, Snow e Anderson, destacam que se assemelham ao mendigo tradicional em sua pouca mobilidade e uso do álcool, se diferenciando, entretanto, em outros pontos. A busca de sua subsistência varia entre a venda de plasma, atividades de comercialização de materiais trocados ou ganhos e a esmola. Também têm uma grande tendência em andarem juntos.

Bill-Bob tinha estado nas ruas por pouco mais de um ano na época de nosso primeiro encontro. (...) se divertiam tomando cerveja. (...) enquanto tropeçava aqui e ali, catou uma das cervejas do líder da gangue e se recusou a devolvê-la. Não dado a negociação, o líder da gangue chutou Bill-Bob forte na virilha, com o que ele caiu no chão gemendo enquanto a cerveja derramada fazia espuma em sua barba. Em encontros subseqüentes, estava bem mais lúcido, mas raramente sem companheiros ou sem uma cerveja na mão (ibidem, p. 113).

Snow e Anderson encerram a tipologia caracterizando o doente mental, ainda dentro do gênero outsider. Os autores destacam que os doentes mentais, por eles considerados, não são os dependentes químicos nem os depressivos e, sim, somente aqueles que do ponto de vista psiquiátrico, dão alguma mostra de severos prejuízos mentais dentro do contexto de vida nas ruas. A categorização de forma específica se deve segundo os autores, não só à existência destes nas ruas como também a forma

diferenciada com que estes desenvolvem mecanismos de sobrevivência.

Lance McCay. (...) havia vivido nas ruas de modo intermitente durante dez anos quando o encontramos pela primeira vez. Durante esse período, também havia entrado e saído de hospitais estaduais de doenças mentais e centros de reabilitação para doentes mentais do Texas. A maior parte de seus últimos dez anos havia sido passada nas ruas de Austin, embora seus pais vivessem em Houston e tivessem uma boa situação financeira. Tinha personalidade maníaca e um temperamento instável e incontrolável, razão pela qual tomava lítio. Escrevia poesias e notas autobiográficas quase todos os dias e se acredita um escritor promissor (ibidem, p. 119).

Os autores elaboraram suas observações, sob uma perspectiva antropológica e referida à centralidade do abrigo nos Estados Unidos. Destacam que o mundo social dos moradores de rua constitui uma subcultura limitada³⁷. Observam que esse mundo não é criado ou escolhido pelos próprios moradores de rua, mas, que, depois de algum tempo, essas pessoas partilham a necessidade de sobreviver nas ruas e becos das cidades e passam a constituir uma sociabilidade diferente da hegemônica.

Varanda e Adorno (2004), apropriando-se desse debate em relação ao abrigo e em relação à vida nas ruas, destacam que existe na cidade de São Paulo uma diferenciação entre o segmento dos sem-teto e a população de rua. Segundo ele, os sem-teto possuem vínculos estabelecidos em relações familiares e comunitárias, relações essas que possibilitaram o surgimento de um movimento social com conquistas políticas de moradias populares, através da ocupação de vários prédios públicos no centro da cidade e a subsequente luta pela regulamentação. Os autores apontam, ainda, que esse movimento é freqüentemente identificado como dos encortiçados por ter se originado com a insatisfação de moradores de cortiços, com suas condições habitacionais e pela exploração dos proprietários dos imóveis.

Também analisando a realidade brasileira, Rosa (2005) aponta, incisivamente, que as conjunturas econômicas das décadas de 1970 e 1980, deixaram um grande número de trabalhadores, senão desempregados, expostos às precariedades, advindas das alterações no mundo do trabalho, as quais modificaram de forma profunda as relações de trabalho e sociabilidade. Quadro que se complexificou na década de 1990 e agrava-se cotidianamente. Essa situação atinge diretamente uma grande parcela da

³⁷ “Uma subcultura conota um *mélange* bem distinto de comportamentos, artefatos e elementos cognitivos, que, juntos, caracterizam o modo de vida de um conjunto de indivíduos e o distinguem de outros grupos ou agregados dentro da sociedade maior” (Snow e Anderson, 1998, p. 75).

população brasileira. Vieira chama atenção para o fato de que:

ser morador de rua não é o destino necessário de todo esse grupo, no entanto é uma das possibilidades que se concretizará em função de várias circunstâncias, desde conjunturas que restringem emprego e moradia até condições individuais, relacionadas a histórias de vida pessoais, condições físicas e mentais (Vieira, 2004, p. 23).

Importa destacar que não cabem generalizações quando tratamos da compreensão do fenômeno de vida nas ruas. Entretanto, importa, também, reconhecer que, embora existam particularidades nas experiências de cada um e de como cada pessoa reage em sua trajetória para a rua e na rua, não se pode restringir essa trajetória ao universo subjetivo e à individualidade dos processos de fragilização. É possível observar, a partir de reflexões macroestruturais e conjunturais pertinentes às três últimas décadas do século passado, uma relação entre as transformações socioeconômicas desse período e o surgimento do fenômeno “população de rua”, tal como se configura hoje, associados a um amplo processo de empobrecimento que podemos, assim como Castel (1998), denominar de desfiliação.

Escorel, a descreve enquanto um “processo no qual – no limite – os indivíduos são reduzidos à condição de *animal laborans*, cuja única atividade é a sua preservação biológica, e na qual estão impossibilitados de exercício pleno das potencialidades da condição humana”. A autora demarca no final da década de 1980 e tendo como referência a cidade do Rio de Janeiro, o crescimento do número de pessoas e o surgimento de grupos morando nas ruas. Para ela a partir de então houve uma modificação na percepção do fenômeno quando “sua presença passou a ser percebida como inoportuna, mas, principalmente, ameaçadora” (Escorel, 1999, p.238).

Ainda sobre os estudos da população de rua no Brasil, Neves destaca que os primeiros estudos já identificavam ex-trabalhadores vivendo de maneira socializada na rua e associavam a mendicância à “uma cadeia de degradação das condições de trabalho ao longo de duas a três gerações” (Neves, 1983, p. 31). A associação da imagem do servo sofredor - oriundo da tradição religiosa cristã que trata da resignação e do sofrimento de Cristo – ao sofrimento na rua fez surgir o termo sofredor de rua, com conotação religiosa e explícita referência ao sofrimento causado pelas situações de injustiça social.

Esta autora salienta que, ainda hoje, alguns antigos moradores de rua se

identificam como “sofredores de rua”, fazendo menção à situação de vulnerabilidade em que se encontram. Em São Paulo, com o surgimento de uma Pastoral de Rua e da Comunidade dos Sofredores, a partir de 1978, esse termo foi muito utilizado principalmente até a década de 1990. Com a ampliação da rede de assistência no município, principalmente no decorrer dos anos 1990, o uso da expressão foi sendo substituído por novos termos que buscam principalmente, articular o fenômeno da população de rua às transformações de toda ordem ocorridas no período. (Neves, 1983).

Com foco de análise ainda na cidade de São Paulo, Varanda e Adorno, destacam que o Censo dos Moradores de Rua da Cidade de São Paulo (SAS/FIPE, 2000), adota os termos “população de rua” e “população moradora de rua”, abrangendo todos os moradores de rua da cidade:

(...) todas as pessoas que não têm moradia e que pernoitam nos logradouros da cidade – praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viadutos – ou casarões abandonados, mocós, cemitérios, carcaças de veículos, terrenos baldios ou depósitos de papelão e sucata. (...) foram igualmente considerados moradores de rua aquelas pessoas, ou famílias, que, também sem moradia, pernoitam em albergues ou abrigos, sejam eles mantidos pelo poder público ou privados. (Varanda e Adorno, 2004, p. 5).

Em conformidade com Rosa (2005) entendemos que as denominações são historicamente construídas e expressam as representações da sociedade sobre a população de rua na mesma medida em que evidenciam a articulação com determinadas conjunturas, sejam sociais, econômicas e político-institucionais.

Pesquisando reportagens em jornais de São Paulo sobre as “Vidas de Rua”, Rosa (2005), apresenta contribuições para o debate em torno das categorias. A autora relata que a primeira notícia, registrada em 1972, relaciona vadiagem, delinquência e desemprego, abordando a marginalização em relação ao mercado de trabalho. A autora aponta que, a partir dos anos 1970, começaram a aparecer com mais frequência o registro de pessoas vivendo nas ruas da cidade sem “ganho definido” e cuja identificação foi sendo substituída de mendigos por “moradores de rua” ou “população de rua”.

Rosa aponta que, ainda na década de 1970, prevaleceram notícias que relacionavam a moradia nas ruas à ausência de condições de trabalho, destacando a presença nas reportagens de uma grande variedade de denominações para a população que vive nas ruas, tais como:

favelados, desabrigados, encortiçados, mendigos, pedintes, vadios, migrantes e migrantes recém chegados, alcoólatras, psicopatas, toxicômanos, carentes, população de rua, egressos de prisão, perigosos, indesejáveis, indigentes, marginalizados e prostitutas (Rosa, 2005, p. 50).

Podemos relacionar essa gama de denominações ao grande debate travado, na década de 1970, acerca da marginalidade, e que agregou vários autores que a trabalharam sob diversos ângulos. Os marginais, em linhas gerais, eram considerados aqueles que não conseguiam inserção formal de trabalho e, portanto, encontravam-se à margem do mercado de trabalho seja assumindo a condição de desempregados ou de trabalhadores precários e informais. Rosa (ibidem) adverte, ainda, que, nos anos 1970, vigorou uma tendência em associar a vida nas ruas à formação de favelas.

Já na década de 1980, as denominações anteriores persistiram e agregaram outras, tais como:

homeless, homem da caverna, moradores de rua, sem-teto, trabalhadores sem-teto, bóias-frias, catadores de papel, desempregados, ex-trabalhadores, peões de obras, peões do trecho, subempregados, trabalhadores, trabalhadores no limite de mendigos, vagabundos, itinerantes, trecheiros, bêbados, doentes mentais, maltrapilhos, sujos, homem de rua, povo de rua, sofredores de rua, bandidos, contraventores e marginais³⁸ (ibidem, p. 53).

No final daquela década, ganhou força a compreensão de que quem se encontrava na rua era um trabalhador e mesmo que ainda utilizadas, denominações como mendigos e indigentes, perderam força cedendo lugar ao debate acerca da necessária intervenção estatal por meio da definição de políticas públicas capazes de atender adequadamente aqueles que no fins dos anos 1980 já eram também categorizados como excluídos.

A pesquisa sobre a década de 1990 encontrou 529 notícias sobre a população de rua em São Paulo, o que segundo Rosa representa um número bastante expressivo e

³⁸

Algumas dessas categorias já foram desenvolvidas no decorrer deste capítulo.

cinco vezes maior que o dos anos precedentes. A autora destaca a manutenção das denominações anteriores acrescidas de outras:

habitantes de rua, maloqueiros, desocupados, desempregados industriais, garis-mendigo, mendigos-gari, guardadores de carros, trabalhadores de curta duração, andarilhos, loucos, loucos de rua, albergados, desassistidos, ladrões, descolados, excluídos, fauna de deserdados, flagelados, homens-barata, homens-rato, homens-tatu, ofendidos, idosos e velhos de rua (ibidem, 2005, pp.62 e 63).

Ainda sobre a década de 1990, Rosa destaca que a expressão população de rua ganhou força na tentativa de representar a articulação entre a heterogeneidade e multiplicidade das situações encontradas na rua. Entretanto esta designação também apresenta lacunas.

Quando se considera que a categoria população de rua envolve ficar, estar e ser da rua é possível problematizar a situação de trabalhadores que estão em diferentes momentos de um processo. Nessas circunstâncias, a expressão população de rua pode ser mais apropriada para explicar o *ser da rua*, pois capta uma das dimensões da vida na rua, mas tem pouco poder explicativo para dar conta das demais. Para entender as demandas diferenciadas desses sujeitos sociais, cujo *ethos* é a rua, talvez sejam necessários outros tipos de investigação que possam explicar as particularidades que envolvem esse modo de vida (ibidem, p.66).

Importa ressaltar que pessoas que sobrevivem na pobreza e distantes de uma suposta rede de proteção social experimentam vínculos sociais extremamente frágeis, que tendem a se fortalecer ou se romper de acordo com as dificuldades que a realidade lhes apresenta e conforme o acúmulo de experiências ao longo da vida. Muitas vezes, as experiências individuais, que poderiam fortalecer os indivíduos para enfrentar os desafios que a vida lhes oferece, acabam reduzindo, ou mesmo destruindo, seu potencial de organização interna, sua capacidade de articulação com o meio em que vive, sua auto-imagem, auto-estima e sua identidade dentro do grupo; esses fatores relacionam-se de forma intersectorial com as questões estruturais da sociedade.

Assim, moradores de rua seriam representantes por excelência de uma população sem habitação, sem renda, sem emprego, sem laços familiares ou territoriais, sem destino previsível. Os moradores de rua da contemporaneidade representam

populações que se situam em diversas épocas históricas, à margem do sistema de organização social e fora do sistema de produção e de consumo padronizados na vida social.

2.2 Notas para caracterização da questão social e da população de rua no Brasil

O processo de modernização do Brasil caracteriza-se pela não incorporação de numerosos segmentos da população aos setores modernos da economia, da sociedade e do sistema político. As principais explicações para a vigência de longos períodos de pobreza são de ordem econômica, mas, em forte associação com instituições políticas e culturais.

Assim, a pobreza ultrapassa a privação material e se seus termos foram definidos ainda no Brasil escravagista, configurando os dilemas de uma época obcecada pela construção da nacionalidade num país de escravos, suas expressões foram redefinidas e reelaboradas no terreno conflituoso da vida urbana.

Até os anos 1930, a economia brasileira baseava-se em dois tipos preponderantes de atividades agrícolas – as *plantations*, sobretudo de café, para o mercado internacional, e a agro-pecuária de baixa produtividade para o mercado interno. Nos dois casos, a terra era propriedade de uma pequena elite descendente dos antigos colonizadores portugueses, que as tinham adquirido através de concessões políticas. A mão-de-obra provinha dos escravos, até ao final do século XIX, ou seus descendentes, trabalhando como meeiros ou arrendatários após a abolição da escravatura. Este quadro simplificado se tornaria mais complexo com o passar do tempo. Até então, um parque industrial ainda incipiente não permitira a concentração do proletariado, mas a questão social já se fazia perceber. As condições de trabalho eram precárias e o estado de tensão era permanente por falta de uma legislação trabalhista.

Em meados desta mesma década, o país passou por uma intensificação do processo de industrialização e um impulso significativo rumo ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural (Pereira, 1999). Essas mudanças no contexto sócio-político e econômico brasileiro iniciaram com a Revolução de 1930, que pode ser considerada como um marco divisório entre a vigência do sistema agrário-comercial, amplamente vinculado ao capitalismo internacional, e o sistema urbano-industrial, voltado para o mercado interno, que emergia paulatinamente, encontrando bases cada vez mais sólidas de expansão.

O Brasil entrou num período de maior desenvolvimento econômico e simultaneamente registrou-se um incremento da taxa de crescimento da população e de urbanização. A concentração da população nas áreas urbanas trouxe consigo problemas de assistência, educação, habitação, saneamento básico, de infra-estrutura e outros. Na medida em que consolidava-se a industrialização, crescia a concentração da renda, ampliando-se as desigualdades sociais, aumentando as tensões nas relações de trabalho e agravando-se a questão social. É importante ressaltar que o governo populista que assumiu o poder logo após a Revolução de 1930, reconheceu a existência da questão social, que passou a ser uma questão política, a ser enfrentada pelo Estado.

Mais de setenta anos depois, o Brasil é um grande país com a grande maioria de seus habitantes vivendo nos centros urbanos. A economia, em termos *per-capita*, situa-se entre as mais desenvolvidas. Porém, os níveis de pobreza e desigualdade são muito maiores e encontram-se entre os piores do mundo. Em sua maioria, a pobreza é urbana, localizada na periferia das grandes cidades.

Gorender destaca que, como no passado, estes altos níveis de pobreza são causados por uma combinação de heranças, condições e escolhas de natureza econômica, política e cultural. É inócuo supor que a pobreza e a desigualdade poderiam ser eliminadas pela simples “vontade política”, ou pela redistribuição de recursos dos ricos para os pobres. (Gorender, 1990, p. 23).

Ao examinar uma sociedade como a brasileira, caracterizada por um desenvolvimento desigual, torna-se particularmente importante reconhecer que alguns grupos se beneficiaram mais, enquanto outros permaneceram à margem do processo. Em geral, conforme Gorender, o desenvolvimento desigual é observado em sociedades que iniciam o processo de crescimento e mudança estrutural com desigualdades consideráveis na distribuição de renda, riqueza e oportunidades, que não são significativamente atenuadas pelo desenvolvimento. Em tais sociedades, um pequeno segmento da população tem acesso a uma parcela substancial da crescente produção de bens e serviços, e uma proporção muito grande é forçada a sobreviver com o restante. Essa situação torna-se mais complexa quando o crescimento da economia resulta em acelerada urbanização. (Gorender, 1988, p. 63).

A cidade além de mercado de capitais, através das mercadorias e do dinheiro, é também o mercado de trabalho concentrador da mão-de-obra exigida pela produção capitalista e do “exército de reserva” que cumpre o papel de pesar sobre os salários e dispor de uma rotatividade de trabalhadores. Lefebvre (2001) pontua que a partir da

posse da agricultura pelo regime capitalista, a demanda de trabalho no campo diminui na medida em que aumentou a acumulação do capital, fazendo com que a população do campo, em grande parte, seja convertida em população urbana.

No Brasil, de acordo com Gorender, a industrialização e a modernização ocorreram, de forma concentrada no Centro—Sul do país, especialmente na região cujo núcleo se situa na cidade de São Paulo. Com a aceleração do crescimento econômico após a Segunda Guerra Mundial, os centros industriais em expansão passaram a demandar contingentes de mão-de-obra que excediam seu crescimento demográfico natural, atraindo, assim, fluxos crescentes de migrantes em busca de vida melhor. No início, os migrantes vinham do Nordeste, mais recentemente a *modernização conservadora* da agricultura do Centro—Sul — modernização sem prévia reforma agrária — passou a originar o fluxo majoritário de migrantes para as cidades. (Gorender, 1988, p. 65).

Durante décadas, migrantes chegaram em número muito superior à capacidade das cidades de gerar empregos. Conforme ressalta Martine (1994), o evento demográfico mais significativo, fundamentalmente nos anos 70 e 80, não foi a alta taxa de crescimento populacional de grande parte do período, mas, sim, a acentuada redistribuição espacial da população. Essa redistribuição combinou dois processos simultâneos: a migração de capitais em direção à fronteira agrícola e uma avassaladora migração rural-urbana.

Na atualidade a grande indústria provoca uma verdadeira revolução na agricultura e nas relações sociais. Age ao mesmo tempo no crescimento da superfície cultivada e na diminuição da população rural; provoca o despovoamento do campo, fazendo desaparecer o camponês e substituindo-o pelo assalariado. “O modo de produção capitalista substitui a exploração rotineira da terra pela aplicação tecnológica da ciência”. (Lefebvre, 2001, p. 145).

Lefebvre assinala que essa população excedente do campo liberada pelos progressos técnicos e investimentos do capital na produção agrícola passa, nas cidades, a ser dependente das necessidades da indústria que por sua vez é detida pelos capitalistas e gerida segundo suas exigências. Questionamos, nestes termos, se, com a atual reestruturação produtiva, grande parte desse contingente populacional não tenha se tornado supérfluo ao capital.

Sob esse aspecto, temos que desde aproximadamente 1990, o Brasil vive sob o signo do ideário globalizante, num contexto onde é “produzida” uma cultura que afirma o

mercado como regulador das relações sociais, diluindo a esfera pública, que representa o espaço de garantia de direitos sociais. Para referir-se a este fato, Ianni (1996), criou a expressão “fábrica global”. Para ele a “fábrica global” articula capital, tecnologia, força e divisão de trabalho, instala-se em fronteiras e, utilizando-se dos mais diversos meios, dissolve fronteiras, agiliza os mercados e generaliza o consumo. Ela é capaz de promover a desterritorialização e territorialização das coisas e idéias, o redimensionamento de espaços e tempos.

Alia-se à globalização, o seu aparato político-ideológico: o neoliberalismo, que de acordo com o que sustenta Corrêa (2000, p.42) é uma “superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo”. Politicamente representam um conjunto de receitas econômicas e programas políticos de efeitos ampliados devido ao monopólio científico e tecnológico que possibilitam uma grande expansão capitalista.

Vários são os impactos da política neoliberal no país, dentre eles o desemprego e a redução de gastos e investimentos governamentais na área social. As políticas sociais cada vez mais se apresentam focalizadas e fragmentadas, aprofundando imensamente o quadro de desigualdade entre as classes. As diversas formas de organização social são enfraquecidas pelo grande apelo ao individualismo e à competitividade exacerbada. Em se tratando do objeto de nosso estudo a situação se complexifica ainda mais, uma vez que se trata de uma população que agrega historicamente revela as maiores conseqüências da pobreza.

A pobreza ampliada pelo conjunto de medidas implementadas pelo modelo econômico de inspiração neoliberal, agudiza as precárias condições de vida de um imenso contingente populacional. São intensificados por esta opção, os altos índices de desemprego, a injusta distribuição de renda, a destituição de direitos sociais, a precarização das relações de trabalho, o enfraquecimento dos movimentos sociais e sindicatos além de outros fatores que acabam por agravar a situação de miserabilidade e empobrecimento de grandes parcelas da população. Segundo Iamamoto (1998) atualmente segmentos cada vez maiores da população tornam-se sobrantes e desnecessários.

Destacamos que o modelo econômico implantado no país produziu subjugados, pessoal e socialmente, com difícil perspectiva de transposição social. De uma outra parte, as políticas sociais adotadas pelos diferentes governos tiveram como opção a implementação de ações de caráter nitidamente focalista, refletindo a tendência

de enfrentar as expressões da questão social como fatos isolados. A consequência é que tais políticas não trouxeram resultados efetivos nas condições de vida da população.

Nesse contexto, insere-se a população de rua. Grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza extrema e a inexistência, ou existência frágil, de vínculos sociais e familiares. São homens, mulheres, jovens, idosos, famílias inteiras, grupos, que têm em sua trajetória a referência de ter realizado alguma atividade laboral, que foi importante na constituição de suas identidades sociais. Com o tempo, algum infortúnio atingiu suas vidas, seja a perda do emprego, seja o rompimento de algum laço afetivo, fazendo com que aos poucos fossem perdendo qualquer outra perspectiva de vida e passando a utilizar o espaço da rua como sobrevivência e moradia.

Essa realidade é característica do processo que existe no Brasil. A atenção do poder público com esse segmento é recente, fragmentada e não constitui uma política nacional intersetorial e integrada. De forma geral, identificamos políticas higienistas e/ou de assistência exclusiva de albergamento, que resultam de uma espécie de tentativa de negação ou naturalização, provocando a criminalização do fenômeno da população de rua, acompanhada de uma expressiva segregação social. O desinteresse do Estado pelos moradores de rua reflete a contradição com que a sociedade e a opinião pública tratam a questão, ora com filantropia, caridade, compaixão, ora com intolerância, preconceito, indiferença. São poucas, e datam a partir da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), as iniciativas públicas de atendimento diferenciado e integral a essa população.

Existem algumas organizações da sociedade que lutam em defesa desse causa, entretanto, constituem ações tímidas e que não dão conta da crescente demanda. Nesse ponto destacamos a iniciativa de alguns municípios³⁹ na organização de Fóruns Municipais que se encarregam de buscar a garantia de direitos para o morador de rua. Juiz de Fora é um dos municípios que dispõe desse tipo de organização⁴⁰.

O olhar atento sobre essa realidade permite a configuração de situações, que embora apresentem especificidades, conformam uma caracterização comum à grande parte daqueles que vivenciam as ruas, nas mais diferentes cidades do país. A partir desse

³⁹ São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Rio de Janeiro também são exemplos de cidades onde setores da sociedade se organizam em torno da defesa dos direitos dos moradores de rua.

⁴⁰ Juiz de Fora possui o Fórum Municipal de População de Rua (FMPR) composto por entidades de atendimento e defesa de direitos dos moradores de rua e também por órgãos governamentais ligados à política pública direcionada a este segmento.

momento passaremos a uma breve caracterização deste perfil, no período entre 1995 e 2005, baseados no trabalho de pesquisa realizado por Silva (2006), cujo estudo, partiu da reunião e análise de dados de oito levantamentos censitários realizados por institutos como a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e o Instituto de Assistência Social e Cidadania (Iasc), em quatro capitais brasileiras: Porto Alegre (RS), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG) e Recife (PE). Segundo a pesquisadora, o perfil traçado é bastante próximo da realidade, pois os dados adotados têm uma metodologia bastante afinada e partiram dos mesmos pressupostos. Silva assinala que:

Os pontos comuns (ou de aproximação) entre as pesquisas podem ser resumidos assim: são pesquisas interinstitucionais (...); possuem recorte histórico, foram realizadas em anos diferentes, mas com objetivos, metodologias e referencial teórico-metodológico comum ou com bastante aproximação (...); comportam estudos de natureza quantitativa e qualitativa, caracterizando-se como contagem e estudos socioeconômicos, à exceção da realizada em São Paulo em 2003, que se trata de uma estimativa, elaborada a partir de uma combinação amostral e outra censitária; dão conta, mesmo que parcialmente, de variáveis e recortes essenciais (...): identificação, origem, escolaridade, trabalho, família, tempo na rua e estratégias de subsistência, com os recortes de idade e sexo; as áreas de abrangência territorial são os municípios nos quais foram realizadas (...); o público alvo é constituído de pessoas adultas (...); as pesquisas de campo foram realizadas no turno noturno ou noturno e diurno (...) (Silva, 2006, pp. 111 e 112).

A autora afirma que todas as pesquisas utilizadas conceituam o morador de rua como sendo uma pessoa que vive em uma situação de pobreza extrema, que tem os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e que não tem moradia. Assim, a noção que orientou o trabalho de Silva abrange essas condições e concebe a população de rua como:

um grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum, a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função do que as pessoas que o constituem procuram os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos), as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoitar e abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias (ibidem, p. 105)

De forma geral, Silva destaca que homens entre 25 e 55 anos, alfabetizados, com quatro a oito anos de estudo, com alguma experiência profissional, mas que perderam o emprego e os vínculos familiares e permanecem cada vez mais tempo nas ruas, constituem o perfil do morador de rua brasileiro.

Diante da análise dos números, a autora aponta que, em média, 77,87% são adultos homens. Silva destaca que:

a variação das pessoas em situação de rua⁴¹, por sexo, não segue a tendência do censo populacional, relacionando-se muito mais com a situação do mercado de trabalho e a composição do desemprego do que com a divisão da população total das cidades por sexo. (...) É sabido que fatores culturais também influenciam essa tendência de predominância do sexo masculino na composição da população em situação de rua. Por um lado, histórica e culturalmente no país, a responsabilidade de garantir a renda para o sustento da família é atribuída aos homens, chefes de família. (...) Em um contexto de elevadas taxas de desemprego, essas pessoas, pressionadas a cumprirem suas responsabilidades, utilizam diversas estratégias para encontrarem colocação no mercado de trabalho, mas nem sempre encontram. Assim, alguns mudam de cidade ou mesmo saem de casa em decorrência das pressões que recebem, diante da impossibilidade de cumprirem as tarefas que lhe são atribuídas. Esse caminho, muitas vezes, conduz à situação de rua (ibidem, pp. 114 e 115).

Silva destaca que o material pesquisado aponta a existência de relações de trabalho anteriores à vida na rua. A autora verificou que a maioria dos moradores de rua, 72%, teve uma experiência de trabalho anterior à sua ida pras ruas. São relações marcadas pelo emprego precário ou desemprego prolongado. Destacam-se entre essas experiências aquelas vivenciadas nas áreas da construção civil, indústria, serviços e ocupação doméstica.

Em Porto Alegre, 27% dos entrevistados, em 1995, trabalharam na área industrial e mais 27% na área de serviços. A pesquisa de 1999 trouxe as mesmas áreas de concentração (...). Já em Belo Horizonte o predomínio das ocupações ou área de intervenção profissional foi doméstica (69,60% em 1998 e 10,90% em 2005) e a construção civil (26,60% em 1998) (...). Em São Paulo, em 2000, a área de serviços especializados (as ocupações de sapateiro, motorista, manobrista, eletricitista, etc) destacou-se,

⁴¹ A autora esclarece a opção pela terminologia: "(...) optou-se pela terminologia 'população em situação de rua', não para significar um tempo passageiro de permanência na rua (...). Mas, por considerá-la mais apropriada para significar o fenômeno e a situação para a qual são conduzidas parcelas expressivas da classe trabalhadora, em decorrência do aprofundamento das desigualdades sociais e da elevação dos níveis de pobreza produzidos pelo sistema capitalista". (Silva, 2006, p. 105).

alcançando 29,72% das pessoas em situação de rua recenseadas. No mesmo ano, a área da construção civil, em São Paulo, também mereceu destaque, pois alcançou um percentual de cerca de 20,07% dos que se encontravam em situação de rua. (...). No Recife, o censo de 2005 indicou que a área de serviços não especializados⁴² ofereceu ocupação a 35,90% das 1.205 pessoas em situação de rua, encontradas em logradouros, antes das mesmas serem conduzidas à situação de rua (ibidem, pp.127 e 128).

Já nas ruas as relações de trabalho tornam-se ainda mais precarizadas. Silva prossegue assinalando que as pesquisas tomadas como referência apontam que, entre aqueles que sobrevivem nas ruas exercendo alguma atividade para obter rendimentos, encontram-se a prática de atividades ligadas a carros, ou seja, lavar, vigiar ou limpar pára-brisa, a coleta de materiais recicláveis e a mendicância. A autora destaca que em relação às atividades de mendicância, no Recife, corresponderam a 47,77% em 2004 e 31,72 em 2005; e, em Porto Alegre, o percentual de 18% em 1995 e com 46,50 em 1999. Diferentemente, em São Paulo, como principal atividade desenvolvida para ganhar dinheiro, apareceu a coleta de material reciclável, com 18% em 2000 e 31,50% em 2003. Silva destaca que a coleta de recicláveis apareceu com mais evidência em Belo Horizonte em 1998 de 15,61% e em 2005 42,80%. Enquanto em Belo Horizonte esse percentual aumentou, a autora destaca que no Recife, ao contrário, houve uma redução de 21,74% em 2004 para 17,90% em 2005. (ibidem, pp. 129 e 130).

Silva destaca que:

(...) mesmo nessa condição, o trabalho possui relevância em seu imaginário, estando associado à idéia de desenvolvimento, sucesso, acesso, poder, possibilidade de consumo, felicidade e meio de subsistência (...). O trabalho como referência material, psicológica e cultural para as pessoas em situação de rua, conforme expresso anteriormente, reafirma a centralidade do trabalho na vida das pessoas e na história da humanidade em qualquer forma social e, particularmente, o trabalho como a reprodução da vida material das relações sociais que sustenta a sociedade capitalista (ibidem, pp.131 e 132).

Na busca de uma configuração do perfil contemporâneo da população de rua, Silva assinala que a escolaridade também foi abordada e destaca que, em média, 70,04% deles sabem ler e escrever e tem escolaridade entre 1ª e 8ª série do ensino fundamental.

⁴² "Inclui catador de materiais recicláveis, auxiliares de pedreiros, auxiliares de serviços gerais, entre outros". (Ibidem, p. 128).

(ibidem, p. 117).

Em relação ao tempo de permanência na rua, a autora observa que nenhuma das pesquisas evidenciou os parâmetros que foram utilizados para dimensionar essa variável. Esse fato dificultou a mensuração. Segundo Silva, merece atenção o aumento do tempo que as pessoas permanecem nas ruas. Entre 1995 e 2000, 63% dos entrevistados nas cidades de Porto Alegre, Belo Horizonte e São Paulo estavam há até cinco anos nas ruas. Já entre 2000 e 2005, o número cresceu. A autora aponta que isso pode ser uma forte indicação de que essas pessoas estão envelhecendo nas ruas, sem trabalho digno e proteção social. Em Belo Horizonte, por exemplo, o percentual de pessoas com mais de cinco anos nas ruas cresceu mais de 3%.

Outra constatação que merece destaque foi o crescimento do número de pessoas que vivem nas ruas. Em São Paulo, entre 2000 e 2003, houve um crescimento de 19%, de 8.706 para 10.934. Enquanto isso, em Belo Horizonte, houve um crescimento de 27% em sete anos. Outro dado que também chamou a atenção aconteceu entre 2004 e 2005 na cidade do Recife. A cidade registrou um aumento de 84% da população em situação de rua. Silva assinala que a condição de trabalho da cidade do Recife se deteriorou muito no período e ficou entre as piores do país.

Sobre os aspectos relativos ao tempo de permanência nas ruas e, também, ao aumento do número de moradores de rua, Silva tece algumas observações relevantes:

A primeira é que o fenômeno população em situação de rua ganha ampla dimensão no Brasil na década de 1990, em sua segunda metade (...) A segunda, é que a população em situação de rua no Brasil está aumentando seu tempo de permanência nas ruas, sem que, em âmbito federal, políticas públicas dirigidas para o enfrentamento do problema, sejam elaboradas e implementadas. A terceira inferência é que as manifestações e efeitos das mudanças no mundo do trabalho, (...) explicam a centralidade das relações com o trabalho desenvolvidas pela população em situação de rua (...) (ibidem, p. 123)

Além disso, a quantidade de moradores de rua provenientes da própria cidade ultrapassou o número daqueles que se originam de outras. Silva destaca que nas cidades cujos dados foram utilizados em sua pesquisa, com exceção de São Paulo, a maioria absoluta da população de rua é do próprio estado e das capitais. Em Belo Horizonte, por exemplo, em 1998, eram 60,48% de mineiros os moradores de rua, sendo 43,12% oriundos de cidades do interior e 17,36% de Belo Horizonte. Já em 2005, 77,90% são do estado de Minas Gerais, sendo que 32,64% são de Belo Horizonte e 45,26% de cidades

do interior. (Silva, 2006, pp. 119 e 120). Sob esse aspecto, Silva destaca que até a década de 1980, a migração no Brasil era muito intensa. A partir de então ocorreram mudanças de produção significativas. As próprias grandes cidades é que passaram a produzir os moradores de rua. Para a autora:

Os dados de todas as cidades sobre a origem da população em situação de rua revelam que os problemas inerentes às metrópoles no capitalismo contemporâneo, como o aprofundamento do desemprego, das desigualdades sociais e da pobreza, são determinantes na produção do fenômeno na atualidade. Revelam também que houve redução do peso do chamado êxodo rural na produção do fenômeno (ibidem, p. 120).

Sobre as relações familiares, Silva aponta que somente cerca de 10% dos moradores de rua encontram-se acompanhados da família. Esse dado, segundo a autora não significa que essas pessoas não tenham família, mas que os vínculos familiares ou se encontram frágeis ou já foram rompidos definitivamente. Nesse ponto observamos que quanto maior o tempo de vida na rua maior o distanciamento com a família.

Silva alerta para o fato de que grande parte dos moradores de rua são dependentes químicos e não têm acesso às políticas sociais, o que agrava sua situação de vulnerabilidade. Um dos fatores que piora a situação é a tendência à naturalização do fenômeno. Diante da ausência de pesquisas e políticas públicas, a sociedade fecha os olhos para o problema e acaba atribuindo culpa aos próprios moradores de rua. (ibidem, p. 133)

CAPÍTULO III

3. População de rua em Juiz de Fora

O estudo da população de rua em Juiz de Fora impôs um esforço adicional uma vez que o município não dispõe de dados suficientes para a reflexão proposta nessa pesquisa. Sobre esse aspecto é preciso destacar que, o município realizou, de abril a outubro de 2006, um diagnóstico da população de rua em Juiz de Fora⁴³. Entretanto, o resultado desta pesquisa foi utilizado, com restrições e, portanto, sem centralidade, nesse estudo.

Problematizamos a dificuldade de realização de pesquisas com moradores de rua em geral e, especificamente, no local estudado, com o auxílio essencial de Dias (1999) e outros autores que trabalham a questão⁴⁴. Buscamos levantar o quadro das condições de vida da população de rua de Juiz de Fora articulando-o ao quadro desenhado por pesquisadores nas grandes cidades do país, a fim de identificarmos as semelhanças entre as situações de precariedade. Partimos da hipótese de que a população de rua é a mesma população que está precarizada no conjunto das condições sociais de existência, ou ainda, que esse fenômeno é decorrente da superposição de questões de diferentes naturezas, que se manifestam tanto em metrópoles e grandes cidades, quanto em cidades médias como Juiz de Fora, guardadas as especificidades. Para tanto procedemos, também, uma breve reflexão sobre a pobreza urbana e suas expressões no município de Juiz de Fora.

Como elemento fundamental desse estudo citamos as entrevistas realizadas com moradores de rua na cidade de Juiz de Fora. Foram realizadas cinco entrevistas, através de um roteiro elaborado previamente. As questões foram abordadas no sentido de atribuir significação na construção de respostas às indagações perseguidas. Como critério de escolha dos entrevistados optamos pelo tempo de vida na rua. Tomando Vieira (2004, p. 95) como referência, entrevistamos aqueles para quem “a rua tornou-se espaço de moradia de forma praticamente definitiva”, pessoas que vivenciam as ruas de Juiz de Fora há mais de seis anos. As entrevistas foram realizadas, pela pesquisadora, no período noturno, nas ruas da cidade.

A análise e interpretação qualitativa dos conteúdos foi dividida em dois eixos, a saber: perda dos laços de pertencimento familiar e comunitário e perda de vínculos com o

⁴³ Detalhes sobre a pesquisa realizada foram apontados na introdução desse estudo e serão melhor demonstrados no decorrer desse capítulo.

⁴⁴ Conforme bibliografia.

mercado formal e informal de trabalho. Cada um dos eixos desdobrou-se em uma reflexão que objetivou uma aproximação com as características centrais do fenômeno, o perfil contemporâneo e as características da população de rua no país, apontando para uma relação com os questionamentos apresentados no debate da gênese da questão social. Dialogamos, também, com o diagnóstico elaborado pelo município.

3.1. A pobreza é urbana

Consideramos que o processo de construção da atual dinâmica sócio-econômica e espacial da cidade de Juiz de Fora está vinculado às condições históricas anteriormente determinadas. Nesse sentido, avaliamos de suma importância para o entendimento da realidade, a incorporação de fatos, ações e processos que marcaram o passado da cidade e que nos propiciam um novo olhar sobre ela, entendida enquanto construção humana.

Buscamos apreender como o passado colabora para a análise do real e interfere sobre os desafios atuais a serem enfrentados pela sociedade local. Por isso, em conformidade com Carlos (2004) avaliamos que cada espaço se interliga a uma totalidade que se auto-constrói ao longo da história e cujas especificidades se cruzam através do tempo. Para Santos:

O entendimento dos lugares, em sua situação atual e em sua evolução, depende da consideração do eixo das sucessões e do eixo das coexistências.(...) Cada ação se dá segundo o seu tempo; as diversas ações se dão conjuntamente. Objetivos particulares, que são individuais, funcionalmente perceptíveis, fundem-se num objetivo comum, mas dificilmente discernível. A vida social, nas suas diferenças e hierarquias, dá-se segundo tempos diversos que se casam e anastomosam, entrelaçados no chamado viver comum (Santos, 1996, p. 127).

Até algumas décadas atrás, discutir cidades médias significava falar de política urbana nacional enquanto política pública. Nos dias de hoje, diante da diminuição do papel do Estado, tratar de objetivos que envolvam eficiência e competitividade estão cada vez mais presentes. Efetivamente processam-se fortes mudanças nos padrões de produção, consumo e do que se considera qualidade de vida. As modificações são provocadas por diversos fatores, dentre eles o redimensionamento das atividades empresariais em suas múltiplas instâncias: econômicas, sociais e espaciais, daí o

aumento da importância do papel que as cidades médias desempenham atualmente no país.

Entretanto, esse não é um processo que ocorre em todas as cidades, mas em algumas cidades médias que, de alguma maneira, destacam-se e que servem de elo de ligação entre os espaços urbano e regional, o que lhes confere papel estratégico, pois servem de articulação a uma região mais ampla.

Sob esse aspecto encontramos Juiz de Fora. Cidade média, pólo econômico e educacional, além de apresentar-se como a grande concentradora demográfica da Zona da Mata Mineira, região esta deprimida economicamente, cujos municípios, em sua maioria, apresentam decréscimos populacionais.

Juiz de Fora está distante 255 km de Belo Horizonte e 184 km do Rio de Janeiro. Limita-se ao norte com Ewbanck da Câmara e Santos Dumont; a nordeste com Piau e Coronel Pacheco; a leste com Chácara e Bicas; a sudeste com Pequeri e Santana do Deserto; ao sul com Matias Barbosa e Belmiro Braga; a sudoeste com Santa Bárbara do Monte Verde; a oeste com Lima Duarte e Pedro Teixeira; e a noroeste com Bias Fortes e Santos Dumont⁴⁵.

A Área de unidade territorial é de 1.429, 875 Km². Possui quatro distritos e áreas: Juiz de Fora (distrito sede), 725,975 km²; Torreões, 374,5 Km²; Rosário de Minas, 225,6 Km²; e Sarandira, 103,8 Km². Dentro do perímetro urbano de Juiz de Fora, encontramos os chamados "aglomerados distantes", são eles: Paula Lima, Chapéu D'Úvas, Dias Tavares, Igrejinha e Filgueiras. A população total é de 513.619, sendo que encontramos como projeção populacional para 2010⁴⁶, 557.025 habitantes.

Dentro desse contexto, Juiz de Fora surge como uma cidade que já teve um passado próspero e que, mesmo perdendo importância no cenário nacional, significa, ainda, uma possibilidade de melhoria de vida para a população de cidades vizinhas. Por outro lado, diante da atual conjuntura de reestruturação econômica, a cidade vem tentando reassumir e reforçar a sua importância via processo de modernização de sua logística, desenvolvendo e aprimorando a sua capacidade de modernização tecnológica, além de grandes investimentos concentrados no setor de comércio, prestação de serviços e imobiliário. Ponderamos que muitas dessas obras de infra-estrutura servem de subsídio para o processo de valorização de certas áreas o que, inevitavelmente, interfere no seu

⁴⁵ Todos os dados estatísticos/demográficos referentes ao município foram pesquisados no site da Prefeitura de Juiz de Fora. Ver Referências bibliográficas.

⁴⁶ Dados baseado na taxa de crescimento/ano e o índice de percentual da participação da região de interesse no contexto total. Fonte: *site* da Prefeitura de Juiz de Fora

preço, nas suas funções e, finalmente, em quem a elas tem acesso.

Essa tentativa de retomada econômica reflete-se espacialmente de modo seletivo e diferenciado, fragmentando o tecido urbano local e favorecendo o aumento das desigualdades econômicas e sociais, uma vez que somente uma parcela da sociedade local se beneficia desse modelo, apesar do discurso tentar provar o contrário. Como exemplo dos impactos desse novo modelo assumido, temos a proliferação de faculdades particulares, de projetos de expansão e diversificação comercial e de serviços, de transportes e comunicação e de novos padrões de consumo que perpassam necessariamente pelos novos tipos de loteamentos e de moradias, com todo o discurso que os sustentam, seja a problemática do verde ou da violência e que são voltados àqueles que podem pagar. Já os que querem, mas não podem, engrossam os grupos dos que cada vez mais necessitam da atuação do Estado e da implementação dos bens de consumo coletivos, mas que ficam a parte desse processo de modernização e qualificação profissional.

Em Juiz de Fora, de acordo com Machado (1997), concentra-se a população oriunda de outras cidades da Zona da Mata Mineira, principalmente em função da decadência econômica vivida em tais municípios. Nesse sentido, esse modelo acaba contribuindo para a reprodução dos inúmeros problemas sócio-espaciais, tradicionalmente específicos das metrópoles. Sendo assim, consideramos relevante fazer um breve resgate histórico sobre a Zona da Mata mineira e Juiz de Fora, apontando para as atuais dinâmicas sócio-econômicas que interferem na organização espacial urbana.

Com a construção do “Caminho Novo”⁴⁷, no século XVIII, a Zona da Mata mineira representava uma zona de passagem das tropas que se dirigiam da região mineradora para o porto do Rio de Janeiro e, inversamente, todo tipo de mercadorias, inclusive escravos, eram levados para abastecer a região das minas. Com esse caminho surgiram os primeiros ranchos e pousos, sendo doadas sesmarias ao bandeirante Garcia Paes e seus filhos, que se constituíram nos primeiros núcleos de ocupação e colonização. Assim, esta forma de ocupação estava ligada diretamente ao abastecimento das tropas e a produção de alimentos para a região mineradora. A região, de acordo com Saraiva (2003) permaneceu durante o século VIII “acessória” e “complementar” à região mineradora.

⁴⁷ “Os estudos sobre o ‘Caminho Novo’ foram os primeiros que abordaram a Zona da Mata mineira, ainda que de forma marginal. Isto porque o ‘Caminho Novo’ exerceu papel fundamental no desenvolvimento do comércio colonial, uma vez que, com sua abertura, a província do Rio de Janeiro passou a ser o principal porto de exportação e importação da colônia” (Saraiva, 2003, p. 7).

Conforme Lacerda (2002), a partir de 1830/40, a Zona da Mata assistiu ao incremento da derrubada da Mata Atlântica, com a produção de alimentos dando lugar à formação das primeiras fazendas de café. Ao longo da segunda metade do século XIX, a região tornou-se a maior produtora de café de Minas Gerais, destacando-se o município de Juiz de Fora⁴⁸.

Saraiva nos informa que, a partir do século XIX, a região cresceu substancialmente em função da expansão cafeeira, principalmente a partir de meados do século com a construção da estrada União Indústria. Concomitantemente, a cidade de Juiz de Fora transformou-se no principal centro aglutinador deste crescimento e a produção cafeeira propiciou um 'transbordamento' na própria construção de estradas e ferrovias, além de serviços, comércio e, ainda, um vigoroso processo de industrialização no final do século XIX. A imigração para esta região foi intensa, principalmente de alemães e italianos. Esta força de trabalho ao contrário de outras regiões do país foi utilizada, sobretudo, em atividades urbanas e industriais. A produção de café, até o final do processo da Abolição, continuou nas mãos dos escravos, sendo esta região um dos últimos redutos escravistas⁴⁹. (Saraiva, 2003, p. 2).

Lacerda afirma que, durante o século XIX, Juiz de Fora desenvolveu-se como um dos principais centros cafeeiros de Minas Gerais, com predomínio de grandes propriedades escravistas. A economia cafeeira, na região, teve seu período de expansão entre os anos 1850-70, período de formação das grandes propriedades escravocratas. Como a formação destas plantagens ocorreu num período posterior ao fim do tráfico transatlântico, estes plantéis se constituíram, principalmente, com elementos oriundos do tráfico inter e intraprovincial. Registramos a existência de plantéis novos e em crescimento, voltados para a formação de novas unidades produtivas, com predominância de escravos do sexo masculino e maiores dificuldades para o desenvolvimento de relações familiares e interpessoais, tanto entre cativos quanto entre estes e seus proprietários. Nestas condições, o regime de exploração foi exacerbado, resultado da carência de mão-de-obra. Durante a segunda metade do XIX o município de Juiz de Fora

⁴⁸ A origem da cidade de Juiz de Fora está relacionada ao período de expansão da mineração, especificamente, a partir de 1709, quando com a construção do "caminho novo", algumas sesmarias foram concedidas a Garcia Rodrigues Paes, responsável pela construção deste. (Esteves, 1915, apud Oliveira, 2006).

⁴⁹ "A região, entendida como um espaço moldado segundo as relações sociais de produção, tinha no elemento servil sua principal força produtiva e que manteve-se arraigado ao escravismo até os últimos dias de vigência da escravatura".(Saraiva, 2003, p. 2)

concentrou uma grande população de cativos. (Lacerda, 2002, p.5)

Toyoshima e Fortunato destacam que a atividade cafeeira foi a principal responsável pelo desencadeamento do processo de industrialização nas regiões analisadas. Minas Gerais tornou-se grande produtor de café, sendo que a Zona da Mata Mineira concentrava, em 1926, cerca de 71% da produção total do Estado. Considerava-se, na época, que esta região oferecia as melhores condições para o desenvolvimento desse produto. O município de Juiz de Fora tornou-se entreposto comercial do café produzido na Zona da Mata Mineira, de onde era escoado para os portos do Rio de Janeiro. (Toyoshima e Fortunato, 2004, p. 2)

A partir dessa função, segundo os autores, houve a acumulação de capital comercial, além do desenvolvimento de diversas atividades correlacionadas e de apoio – como a implantação de estrada-de-ferro, a instalação de luz elétrica, dentre outras atividades –, criando as condições para o surgimento de indústrias na região. Vários tipos de indústrias foram instalados, a partir da iniciativa de imigrantes alemães, mas foi a indústria têxtil que mais se desenvolveu no município. (ibidem)

Para o desencadeamento do processo de industrialização é necessário a existência prévia de capitais acumulados. O Brasil, no início de sua industrialização contou com o café como fonte geradora de excedentes que puderam ser canalizados para as indústrias nascentes. No entanto, a existência apenas de uma fonte de recursos não basta. Há uma série de condições econômicas – como a existência de mercado de trabalho, de mercado consumidor, de infra-estrutura formada pelo sistema de transportes, bancário, comercial, de serviços, dentre outros fatores – e de condições sociais, sobretudo, a transformação das relações de produção em tipicamente capitalistas.

Essas condições estavam presentes no município de Juiz de Fora, pois consolidou-se como entreposto comercial da Zona da Mata, região em que o café desenvolveu-se e era importante fonte de recursos. Tal fato fez com que parte considerável dos recursos gerados pelo café acabassem concentrando-se em Juiz de Fora.

Um dos fatores que contribuiu para a consolidação do município como grande centro comercial foi a implementação de uma infra-estrutura básica. A construção da já citada rodovia, e, posteriormente, a inauguração da estrada-de-ferro Dom Pedro II, melhoraram as condições de transportes da região, agilizando o tráfego de mercadorias e pessoas e ligando o município aos portos do Rio de Janeiro (Bastos, 1961, p.36). Foram, ainda, realizados outros empreendimentos, como a constituição da Companhia Mineira de

Eletricidade e a criação de dois bancos, na segunda metade do século XIX (Giroletti, 1976).

Uma segunda condição que requer a industrialização é a existência de um mercado de trabalho, formado por trabalhadores livres. Em Juiz de Fora, este mercado de trabalho começou a ser formado por ocasião da construção da rodovia União e Indústria. Toyoshima e Fortunato destacam que, Mariano Procópio trouxe imigrantes, sobretudo alemães, para os trabalhos da Companhia. Começando os imigrantes a chegar em 1856, dois anos depois instalou-se definitivamente a Colônia de alemães D. Pedro II. Em 1860, contava com uma população de 1144 pessoas. Concluídas as obras da rodovia, a maioria dos imigrantes fixou residência em Juiz de Fora, formando um mercado de trabalho cuja mão-de-obra era especializada. A chegada de outros imigrantes na região como já referido acima ocorria de forma bastante lenta. (Toyoshima e Fortunato, 2004, p.3). No entanto, os autores, chamam atenção para o fato que, segundo recenseamento feito em 1893, constatou-se a presença de 2.276 estrangeiros na área urbana, sendo que mais de 50% eram italianos, seguidos por portugueses, alemães e espanhóis, número bastante significativo se considerarmos que a população urbana, não ultrapassava 10.200 pessoas. E tratava-se de mão-de-obra especializada. (ibidem)

A formação de um mercado interno é, também, condição essencial para o desenvolvimento industrial. Toyoshima e Fortunato prosseguem afirmando que, do ponto de vista populacional, o café fez com que a região da Zona da Mata, praticamente desabitada em 1822 (22 mil habitantes), passasse a 250 mil, em 1872, 430 mil, em 1890, e 840 mil, em 1920, crescimento bastante expressivo em um período curto de tempo. Apesar do contingente populacional ser grande, este mercado regional era de caráter restrito, na medida em que várias localidades da região fundaram suas próprias indústrias, basicamente nos ramos de bens de consumo. Mesmo assim, será um importante mercado consumidor para as indústrias juiz-foranas. Contudo, um importante mercado para a indústria de Juiz de Fora será o do Rio de Janeiro, estado com o qual mantinha muitas relações comerciais desde o período da mineração. (ibidem, p.4)

Os autores (ibidem, p. 6) afirmam, ainda, que “tudo isto tornou possível o desenvolvimento industrial de Juiz de Fora, a partir da segunda metade do século XIX”. Até meados da década de 1930, Juiz de Fora destacou-se como a principal cidade de Minas Gerais, quando foi suplantada por Belo Horizonte. Para Bastos, a indústria de Juiz de Fora teve um dos seus períodos de maior crescimento de 1908 a 1920, constituindo-se num parque industrial sem precedente no Estado de Minas Gerais, quer pelo número de

indústrias, quer pela riqueza produzida. (Bastos, 2002).

O processo de industrialização na cidade, também refletiu-se na incorporação de novas áreas ao seu tecido urbano, na criação de novos bairros, em razão da forte migração rural-urbana desencadeada pela falta de emprego no campo, reforçando a importância do setor imobiliário local. Em razão dessa nova alavancada econômica e industrial, principalmente do setor têxtil, inúmeras foram as transformações urbanas ocorridas, tais como a geração de energia elétrica, calçamento de ruas, retificação do rio principal que corta a cidade e que provocava freqüentes inundações no centro . Dessa forma, Juiz de Fora consolidou sua função polarizadora da Zona da Mata Mineira, tanto industrial, quanto comercial e prestadora de serviços, mas já alicerçada num modelo de base urbano-industrial.

A partir da década de 1930, a indústria da cidade entrou em decadência não conseguindo acompanhar as transformações ocorridas na industrialização nacional. Tal fenômeno deve ser entendido dentro de um processo mais amplo, relacionado à formação do mercado consumidor do Estado. As regiões mineiras não tinham uma interligação econômica entre elas, implicando a ausência de um mercado consumidor mais amplo e integrado. Com a dispersão do mercado surgiu um grande número de pequenos estabelecimentos voltados para o atendimento do consumo local. O processo de industrialização, para Toyoshima e Fortunato, foi, assim, marcado por duas características básicas: o pequeno tamanho de seus estabelecimentos e a dispersão de suas indústrias, comparativamente a alguns Estados. (Toyoshima e Fortunato, 2004, p. 7)

Podemos dizer, de acordo com Bastos (2002), que a articulação de uma série de fatores favoreceu, em longo prazo, a perda de dinamismo econômico não só da cidade, mas, de toda região no entorno: apesar dos esforços de políticos locais de transformarem Juiz de Fora na capital do estado de Minas Gerais, foi criada a nova capital Belo Horizonte, que passou a receber novos e maiores investimentos. Aliado a isso, tivemos tanto a transferência da capital nacional – Rio de Janeiro, situada também na região sudeste e próxima a Juiz de Fora, para Brasília, quanto a migração dos novos investimentos do governo, voltados para as indústrias de bens de capital e bens de consumo duráveis, sob a liderança e hegemonia da região metropolitana de São Paulo. Acrescenta-se, ainda, o fato de ser uma região tradicionalmente agrária que não se modernizou e cuja população continuou emigrando, enquanto uma pecuária leiteira do tipo extensiva passou a ocupar as terras antes destinadas ao café. Enfim, uma economia local e regional que se caracterizou, por muito tempo, pelo seu baixo dinamismo, com

ausência de grandes inovações e pouco competitiva.

Oliveira, em concordância com Bastos (ibidem), afirma que, após 1930, ocorreu uma crise da economia local, relacionada ao predomínio de indústrias presas à estrutura familiar e ao pequeno grau de concentração industrial, com baixo nível de concorrência no âmbito local, que resultou na ampliação da suas fragilidades face à concorrência imposta por indústrias de outras regiões (Oliveira, 2006, p. 31).

A autora prossegue afirmando que as limitações e fragilidades do setor industrial aliadas ao declínio da economia cafeeira foram, dentre outros fatores, determinantes na modificação do perfil da cidade:

No período pós 1950 o setor terciário ampliou seu desenvolvimento, garantindo à cidade o papel tradicional de centro regional distribuidor de serviços. A crise regional dos anos 50 se somaria a crise nacional dos anos 60 acrescentando um quadro de crise na indústria local. Na verdade, a indústria e mais amplamente a economia regional estavam a deriva na divisão interna do trabalho. A região perde participação na produção e competitividade no mercado interno (ibidem, p. 31).

Sob esse aspecto, Bastos observa que:

Nos anos 50, os setores que passaram a liderar o crescimento econômico brasileiro foram os de bens de capital e de bens de consumo durável (siderurgia, metalurgia, química e automobilística), em detrimento dos setores tradicionais. Juiz de Fora esteve ausente dos grandes projetos de investimentos idealizados pelo Plano de Metas, sendo apenas beneficiada marginalmente com a instalação da Facit S.A. Máquinas de Escritório e da Becton Dickinson Indústrias Cirúrgicas Ltda., de capital internacional, sem alterar a tendência de decadência industrial da cidade. O capita local entrou num processo de falência, com várias indústrias tradicionais fechado suas portas e os novos empreendimentos não foram seguidos de similares, razão pela qual não possibilitaram a dinamização da estrutura produtiva da cidade (Bastos, 2002, p. 6).

Na década de 1970, foram empreendidos inúmeros esforços para uma retomada do crescimento industrial, resultando em alguns casos de sucesso⁵⁰. Entretanto, Bastos afirma que, apesar da diversificação da estrutura industrial, da geração de três mil novos empregos e do crescimento da massa salarial, os impactos sobre a

⁵⁰ “Negociações políticas reforçadas por grande volume de recursos, suportes e incentivos fiscais e creditícios foram importantes para a atração de dois investimentos de vulto do setor metalúrgico para a cidade: a Siderúrgica Mendes Júnior (SMJ), hoje Belgo Mineira Participações (BMP), do subsetor siderurgia e a Cia Paraibuna de Metais (CPM) do subsetor de metais não ferrosos, que entraram em operação em 1984 e 1980, respectivamente” (ibidem, p.8).

cidade dos novos projetos industriais foram limitados, pois não geraram um conjunto de empresas encadeadas aos processos produtivos que viabilizassem a expansão do efeito multiplicador de renda e emprego no município. Segundo a autora, faltou ao setor público uma política regional/local mais ampla e estruturada que contemplasse a atração de fornecedores ou o preparo do empresariado local para o atendimento das demandas. (ibidem, p. 10)

Ainda, Bastos, prossegue afirmando que:

A tentativa de reindustrialização da cidade via adoção de políticas de desenvolvimento exógenas, por não se integrarem com a estrutura industrial existente, não conseguiram alavancar o parque industrial local. Nenhum outro projeto industrial significativo instalou-se na região durante os anos 80 e na primeira metade da década de 90, apesar do potencial de integração do setor metalúrgico, principalmente para frente (ibidem, p. 11).

Como medidas governamentais que marcam essa tentativa de retomada do desenvolvimento, assinalamos, segundo Delgado (1988), que em 1988 foi criada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE) que tinha como objetivo atrair investimentos que resultassem no desenvolvimento da economia da cidade. Oliveira afirma que a partir da década de 1990 ocorreu em Juiz de Fora uma branda reativação da economia, resultante de um processo de incipiente aquecimento da economia nacional aliado ao empenho manifesto do poder público local na atração de novos empreendimentos industriais. (Oliveira, 2006, p. 32)

Contudo, Bastos pontua que:

O setor industrial, em meados dos anos 90, era responsável por 35% do Produto Interno Bruto (PIB) de Juiz de Fora, sendo a maior renda gerada no setor de serviços (64%) e insignificante a renda do setor agropecuário (0.7%). Apesar do crescimento da renda gerada no setor industrial de 1985 a 1995, o desempenho industrial da cidade mostrou-se inferior ao do Estado de Minas Gerais, evidenciando uma situação de decadência histórica do setor industrial da cidade e a caracterização de Juiz de Fora como uma cidade com forte proeminência nos setores terciários de comércio e serviços (Bastos, 2002, p. 12).

Partindo do que foi exposto até aqui, podemos dizer que a economia de Juiz de Fora passou a desenvolver não só atividades industriais, mas, também, e cada vez mais,

atividades ancoradas no setor terciário, comércio e prestação de serviços, que se tornaram determinantes para a cidade e a região, ampliando sua rede de estabelecimentos comerciais, principalmente varejistas, com distribuição de bens e mercadorias em escala regional, uma vez que a cidade centralizou determinadas funções consideradas importantes. Além disso, a estagnação econômica regional, direcionou, e ainda direciona, para a cidade um fluxo migratório responsável pela grande expansão de sua periferia urbana.

As formas de ocupação do espaço vão sendo afetadas como resultado das novas modalidades de produção econômica que se desenvolvem. Isso produz novas formas de utilização e apropriação do espaço e o Estado é chamado a agir através de seus técnicos e planejadores para produzir as condições necessárias à manutenção do bem estar social e instauração de uma outra ordem.

Ultimamente, percebemos a tentativa da cidade, ancorada em seus diversos segmentos, principalmente no que tange à iniciativa privada e poder público, em retomar o seu crescimento econômico, inserindo a cidade numa economia mundializada, utilizando-se, para isso, de políticas de planejamento e ordenação da expansão de sua periferia urbana, criação de um plano diretor e de um plano de desenvolvimento estratégico, este último assessorado pelo Programa Centro Iberoamericano de Desenvolvimento Estratégico (CIDEU), pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional(AECI), apoiado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e ações do poder público municipal, juntamente com parcerias público-privadas.

Esse processo pode ser compreendido como uma “dinâmica imposta pelas novas lógicas de comportamento espacial das empresas”. (Sposito,1999, p. 89). Assim, podemos constatar certo deslocamento de unidades produtivas, bem como a viabilização de novos investimentos comerciais e de serviços em direção a cidades pequenas e médias, desde que suas necessidades como redes de comunicação, circulação, mão-de-obra, entre outras, sejam atendidas.

Acrescenta-se, ainda, a competição entre as empresas e lugares, inerentes à dinâmica da mundialização, que provoca uma verdadeira corrida pela diminuição dos custos produtivos e aumento do setor terciário, o que é estimulado pelos benefícios oferecidos pelos governos. Nas palavras de Arantes “a cidade é uma mercadoria e como tal está à venda num mercado em que outras cidades igualmente são vendidas. É o *city-marketing*”. É a produção global do espaço. Para potencializar a venda desse espaço, são necessárias inúmeras transformações materiais e de representações, produzindo novas

imagens a serem utilizadas de forma mercadológica. (Arantes, 2002, p. 8)

Nesse processo, a produção material do espaço urbano aparece não apenas como consequência, mas, também, como condição essencial para a concretude desses projetos. Mais do que suporte, o urbano surge como importante componente do processo de acumulação. De acordo com Santos, busca-se inserir a cidade em um nó da rede de cidades nacional e às vezes internacional, tornando-a atraente ao capital, inclusive imobiliário. Dessa forma, podemos dizer que é o próprio conjunto da cidade e de seu governo que estão sendo redefinidos. Na batalha para permanecer atrativos, os lugares se utilizam recursos materiais (como as estruturas e os equipamentos), imateriais (como os serviços) e cada lugar busca realçar suas virtudes por meio dos seus símbolos herdados ou recentemente elaborados, de modo a utilizar a imagem do lugar como ímã. (Santos, 1996, p. 214)

A polarização de Juiz de Fora se fazia e ainda se faz muito visível. Cabe, ainda, destacar que essa população que chega à cidade permite a ampliação e diversificação do comércio e da prestação de serviços. Além disso, aumenta a demanda por habitação, incrementando o setor da construção civil e imobiliário local.

A aliança desses fatores amplia a expectativa de maiores oportunidades de emprego, principalmente se levarmos em consideração a estagnação econômica de muitos dos municípios vizinhos. Assim, torna-se claro que o somatório de sua população, principalmente a de baixa renda, com aquela que imigra de outros municípios, não apenas vizinhos, aumenta a demanda de habitação, promovendo a necessidade de novos investimentos no setor. Mas, não podemos deixar de chamar a atenção para o fato de que a iniciativa privada se concentra nos investimentos voltados a atender as camadas de maior poder aquisitivo, que podem pagar pelos investimentos e nas áreas de maior valorização espacial. Às camadas de menor renda, restam poucas alternativas: as auto-construções; a expectativa de investimentos do poder público municipal na construção de novos loteamentos e habitações populares, dando sustentação às atuais políticas de planejamento e ordenação territorial e, no limite da sobrevivência, adotar as ruas como moradia.

Segundo alguns dados censitários recentes, a maior parte dos municípios da microrregião de Juiz de Fora vem, historicamente sofrendo um processo de diminuição de suas populações, ao passo que o município de Juiz de Fora vem apresentando certo crescimento. Podemos perceber claramente o destaque dado a Juiz de Fora no que se refere ao total de sua população absoluta quando comparado aos dados dos demais

municípios que compõem a microrregião que, em sua maioria, apresentam-se como pouco populosos e cujo crescimento é pequeno ou está em fase de estagnação. (Machado, 1997)

Assim, Machado (ibidem) aponta que o município de Juiz de Fora passou a responder, em 2000, por mais de 68,76% da população total da sua microrregião. Além disso, podemos inferir que, a cidade vem apresentando um crescimento populacional relativo bem maior que o da microrregião, o que mais uma vez evidencia sua importância em termos de concentração populacional e o caráter polarizador que o município exerce na região.

O estudo de Machado sobre a população de Juiz de Fora demonstra que a cidade vem aumentando sua população absoluta não em razão exclusiva e/ou majoritária de seu crescimento vegetativo que se apresenta, segundo os últimos censos, em declínio (em função da diminuição da taxa de natalidade) mas, principalmente, em razão do processo migratório.

(...) principalmente, mas não unicamente, no Sul e Sudeste do Brasil, são as cidades “médias”, pólos regionais, quem vêm apresentando os maiores índices de crescimento e conseqüentemente, maior concentração econômica e demográfica. No suprimento dessa situação de crescimento das “cidades- pólo” regionais, encontram-se, invariavelmente, as pequenas cidades de sua própria microrregião, área de influência mais direta e imediata. Dessa forma, crescem menos as metrópoles, crescem muito mais rápido as cidades de “porte médio” e definham as pequenas cidades. Esse conjunto de situações mostra, dentre várias características, que o processo de urbanização brasileiro, a concentração dos processos econômicos produtivos e o movimento migratório interno, ganharam novos contornos e nova expressão territorial, e que vão demandar soluções igualmente novas e diferenciadas no sul e sudeste (ibidem,p. 121)

Partindo do que foi até aqui mencionado, acreditamos que a migração de um determinado contingente populacional para Juiz de Fora, não só do próprio estado, provavelmente oriundo de cidades vizinhas, mas também de estados próximos como o Rio de Janeiro, aliada a outros fatores, provoca importantes modificações na cidade e possui uma estreita articulação com o fenômeno da população de rua.

3.2. Sobre pesquisas com a população de rua

Ainda nos deparamos com um questionamento central em se tratando do estudo da população de rua: qual o tamanho da população de rua no Brasil? Embora existam iniciativas de governos locais no processo de contagem dos moradores de rua, os censos realizados não apresentam um panorama global do fenômeno no país. Esse fato se deve a um somatório de dificuldades, entre as quais destacamos as diferentes definições do morador de rua, além de metodologias de acesso a essa população também diferenciadas.

Adotar uma ou outra definição altera drasticamente os critérios de inclusão de uma pessoa na categoria da população de rua e, conseqüentemente, gera estimativas diferentes de seu contingente numérico. É crucial o estabelecimento de conceitos e metodologias de acesso a essa população, para que possamos dimensionar a questão nacionalmente. A definição da população de rua varia desde a condição daqueles indivíduos que vivem nas ruas/albergues até aqueles que vivem em habitações precárias ou moram de favor em domicílios de parentes/amigos.

São inúmeras as barreiras para uma pesquisa de contagem da população de rua. Grandes dificuldades que podem levar a subestimativas, mesmo quando se utilizam métodos amostrais corretos. Há dificuldade de acesso a pessoas sem-teto que encontram-se em locais de difícil visualização, e, assim, passam despercebidas em uma contagem. Quando essas pessoas são encontradas, podem recusar-se a responder ou negar serem sem-teto. Dias (1999), aponta, ainda, o fato de que uma experiência de viver nas ruas por curto período de tempo pode levar a que tal pessoa tenha menores chances de ser contada em um levantamento, realizado em uma única noite ou em uma semana.

Além dessas dificuldades, segundo Bacharach, é difícil chegar a um consenso do que seja uma moradia convencional. Bacharach aponta ser difícil enquadrar as pessoas que habitam locais alternativos (carro, barco), ou construídos com materiais não-usuais (palha, sapé). Esses locais são classificados de modo diferente, conforme são diferentes os valores das sociedades. (Bacharach, apud Dias, 1999)

Lovisi aponta para uma série de elementos a serem problematizados no caso de pesquisas com população de rua: “pessoas sabidamente sem-teto, ao serem entrevistadas, negam essa condição; há uma grande proporção de moradores de rua que fica oculta: os pesquisadores não entram em contato com eles, pois se escondem ou dormem em locais inacessíveis aos pesquisadores (em garagens de carro, galerias de

metrô e até em túneis); o sem-teto transitório ou intermitente: se fica na rua só um mês, ele não é contado no estudo de ponto-prevalência, sendo a intermitência freqüente nos moradores de rua; a população de rua tem uma tendência de grande mobilidade, indo de um lugar para outro com muita freqüência” (Lovisi, 2000, p. 54).

O que se enfatiza é que a população de rua não é um grupo homogêneo. Há vários subgrupos inseridos na sua conceituação e esses compartilham as mesmas características e necessidades. O estereótipo do indivíduo que vive imundo debaixo das pontes é apenas uma parcela dessa população. Conforme o relato de Roth & Bean, "a condição de sem-teto é um fenômeno complexo e complicado, sendo que as experiências e características dessas pessoas podem variar". (Roth & Bean, 1986, apud Lovisi, 2000)

Há, todavia, conforme mencionado anteriormente neste estudo, pelo menos três características que são comuns a todos os casos: a extrema pobreza, a falta de moradia e o isolamento social. A falta de moradia e a extrema pobreza não são suficientes para caracterizar um indivíduo como sem-teto, sendo essencial a presença de desafiliação para defini-lo como tal.

Dias destaca que, apesar de todos estes obstáculos, a realização de pesquisas para estimar a população de rua é um fato em diversas partes do mundo. A autora prossegue afirmando que, se não se dispõe de trabalhos com metodologia definida e explícita, que incluam a definição da população, método de amostragem e de coleta de dados, pode-se dar margem à proposição de números que expressem magnitudes conforme os interesses e visões do setor que o faz. (Dias, 1999)

Assim, ainda de acordo com Dias, verificamos que, também a conceituação desse grupo populacional pode variar de acordo com os objetivos dos órgãos responsáveis pelo seu cuidado. Enquanto grupos de voluntários que trabalham com essa população tendem a usar uma conceituação mais ampla dos sem-teto, agências governamentais inclinam-se a empregar uma definição mais restritiva, resultando em um número muito menor dessa população. (ibidem). Como exemplo, podemos citar os militantes da causa dos moradores de rua, que tendem a ampliar os números, com o objetivo, louvável, de chamar a atenção para o problema, ou, ainda, dos governos locais que tendem a subtrair, como forma de ocultar as condições precárias em que vive uma parcela expressiva da população.

Acreditamos que a publicação de trabalhos, e a discussão em torno dessas pesquisas, põem em relevo os critérios adotados e, mesmo que existam discordâncias sérias, o debate advindo será mais uma oportunidade para conhecer a população de rua

e pensar alternativas de atendimento de suas necessidades.

Vimos como estas pesquisas apresentam sérias dificuldades, mas estimar a magnitude do problema é uma preocupação pertinente, que afeta diretamente o principal objetivo dos que trabalham e se interessam pela população de rua: disponibilizar serviços adequados à mesma. De modo geral, quem lida com esse segmento percebe que os serviços são insuficientes, tanto em sua qualidade quanto em sua quantidade, frente ao aparente crescimento do número de moradores de rua. As instituições de atendimento a população também devem ser alvo de maiores estudos, já que se tem a nítida impressão, tanto no Brasil, quanto em países industrializados, que os albergues tradicionais pouco contribuem para a solução do problema, ou mesmo a dificultam. Não se dispõe de avaliações dessas instituições, nem de comparações entre elas mesmas, ou entre elas e os serviços alternativos propostos.

3.2.1. Sobre a pesquisa com moradores de rua realizada em Juiz de Fora

Em Juiz de Fora, através de uma parceria entre Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC), Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INTECOOP/SEDETEC/UFJF), e Fórum Municipal de População de Rua (FMPR), foi realizada uma pesquisa quanti-qualitativa com a população de rua em Juiz de Fora no sentido de diagnosticá-la, considerando tanto as especificidades dos catadores de material reciclável quanto a identidade do segmento e os determinantes envolvidos neste processo, visando à implementação de políticas sociais condizentes com a realidade.⁵¹

Para tanto, foram utilizados formulários próprios elaborados de acordo com os objetivos pretendidos. A AMAC disponibilizou uma equipe de estagiários do curso de Serviço Social. A INTECOOP/UFJF atuou com dois (2) técnicos de nível superior e três (3) estagiários do curso de Serviço Social na elaboração, aplicação, compilação e análise dos dados, assim como a AMAC, através do Núcleo do Cidadão de Rua (NCR) cedeu dois (2) técnicos de nível superior e quatro (4) abordadores de rua, além do transporte para realização das entrevistas. O FMPR acompanhou todo o processo de diagnóstico.

A aplicação do questionário foi iniciada em abril de 2006 e contou com a participação dos abordadores do NCR e de sete (7) estagiários da Faculdade de Serviço

⁵¹ Todos os dados, informações e conceitos referentes à pesquisa realizada em Juiz de Fora foram retirados integralmente do “Perfil da população que vivencia as ruas de Juiz de Fora”. Destacamos que o diagnóstico ainda não foi publicado e que tivemos acesso a ele através de disponibilização pela UFJF, via INTECOOP/SEDETEC.

Social da UFJF. A equipe percorreu o centro e os principais bairros da cidade em horários diferenciados, assim cada bairro foi visitado três (3) vezes.

A coleta de dados deu-se entre os meses de abril a outubro de 2006 com aplicação de um questionário estruturado com questões abertas e fechadas, que buscou traçar o perfil da população de rua (idade, naturalidade, documentação, cor, número de filhos entre outras). Também procurou identificar como tal segmento chegou à rua, principais redes de serviços por eles utilizadas e questões relativas à drogadicção. O questionário abordou ainda uma parte específica sobre catadores de materiais recicláveis.

No mês de janeiro de 2006 realizou-se um pré-teste com uma amostra de 30 moradores de rua, que teve por objetivo verificar as falhas existentes no instrumento, a inconsistência ou complexidade das questões, ambigüidade ou linguagem inacessível, entre outras possibilidades de avaliação.

Os dados passaram por um tratamento estatístico com auxílio do programa SPSS (*Sstatistical Package for the Social Sciences*), versão 10.0, e por uma análise teórica realizadas sob a supervisão do Núcleo de Planejamento e Gestão e do Núcleo de Empreendimentos Sócio-ambientais da INTECOOP.

O grupo considerado população de rua foi aquele composto por indivíduos que vivem na rua e/ou que sobrevivem da rua, utilizando-a como moradia ou como espaço de trabalho de forma permanente ou circunstancial. O objetivo do diagnóstico foi conhecer as características, as formas de sobrevivência e a trajetória da população de rua em Juiz de Fora. E, em um segundo momento, analisar a situação destas pessoas, visando o planejamento e a implementação de políticas públicas mais condizentes com a realidade do grupo pesquisado. Para tanto esse trabalho se dividiu em 4 eixos: 1 - Perfil, 2 - Acesso aos serviços, 3 - Família e Trabalho e 4 - Catadores de material reciclável.

O primeiro eixo buscou considerar as características gerais da população de rua em Juiz de Fora tais como idade, cor, sexo, documentação, estado civil, origem, escolaridade, tempo de situação de rua.

O segundo eixo relativo ao Acesso aos serviços tratou das questões pertinentes a alimentação, locais de pernoite e saúde.

O eixo Família e Trabalho problematizou as questões referentes à família enquanto uma referência fundamental, bem como o rompimento dos laços familiares e a saída para as ruas. No aspecto relacionado ao Trabalho foram considerados os motivos que levaram para rua, motivação pra sair dela, situação atual de trabalho e benefícios.

O eixo 4 trata das especificidades dos catadores de material reciclável

destacando as formas de organização do trabalho (locais de recolhimento de material reciclável, relação com depósitos, utilização de carrinhos, organização em associações e cooperativas) e questões ligadas à saúde.

Especificamente sobre essa pesquisa, conforme mencionado anteriormente cabe destacar que alguns elementos metodológicos acabaram por impor restrições à utilização total dos dados levantados. Tomando como parâmetro de avaliação as dificuldades, inerentes à pesquisa com a população de rua, relacionadas nesse mesmo tópico, apontamos como maiores problemas nesse caso específico: algumas perguntas que foram direcionadas a população entrevistada que, ou não possuíam elementos para responder, ou, percebiam as questões como ameaçadoras; e o período de aplicação do formulário de entrevistas que se estendeu por sete meses, provavelmente, acarretando contagens repetidas.

Importa destacar que, usamos informações coletadas no diagnóstico “Perfil da população que vivencia as ruas de Juiz de Fora” como uma aproximação com a realidade dos moradores de rua de Juiz de Fora. Entretanto, como forma de relativizar as informações, em função das dificuldades já mencionadas, optamos por entrevistar cinco moradores de rua, buscando minimizar os impactos dos problemas metodológicos apontados no diagnóstico.

3.2.2. Sobre a pesquisa realizada nesse estudo

As pesquisas qualitativas, de acordo com Minayo, trabalham com significados, motivações, valores e crenças e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas, pois que, respondem a noções muito particulares. Entretanto, os dados quantitativos e os qualitativos acabam se complementando dentro de uma pesquisa (Minayo, 1996).

Entendendo que o ponto de partida de uma investigação científica deve basear-se em um levantamento de dados, começamos nosso trabalho com uma pesquisa bibliográfica abrangendo os trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes. Para tanto, recorreremos a artigos, dissertações, teses, livros, jornais, revistas, vídeos, internet, Cds, etc. Posteriormente, diante da reflexão proporcionada pelo estudo bibliográfico e por uma observação exploratória, sentimos necessidade de uma

aproximação com os moradores de rua de Juiz de Fora. Como forma de complementar a coleta de dados, escolhemos a entrevista. Através dela buscamos obter informações objetivas e subjetivas. Ressaltamos que alguns dos dados objetivos puderam ser obtidos, também, através de fontes secundárias como o diagnóstico já mencionado. Já os dados subjetivos só puderam ser obtidos através da entrevista.

Sua principal função foi retratar as experiências vivenciadas pelos entrevistados. Buscamos permitir ao informante uma retomada de sua vivência de forma retrospectiva. Assim, buscamos levantar o quadro das condições de vida da população de rua de Juiz de Fora, relacionando as informações levantadas no diagnóstico e as entrevistas que realizamos. Durante esse percurso buscamos articular os dados ao quadro desenhado por pesquisadores nas grandes cidades do país, e apresentado no capítulo anterior, a fim de identificarmos as semelhanças entre as situações de precariedade.

Tomamos como sujeitos da presente pesquisa cinco (5)⁵² moradores de rua, todos do sexo masculino⁵³, que vivenciam situação de pobreza extrema e que não possuem residência. A faixa etária dos entrevistados variou de 25 a 48 anos, e o tempo de rua de 6 a 12 anos. Nos referenciando em Vieira (2004, p. 95), entrevistamos aqueles para quem “a rua tornou-se espaço de moradia de forma praticamente definitiva”, pessoas que vivenciam as ruas de Juiz de Fora há mais de seis anos⁵⁴. Realizamos as entrevistas individualmente, no período noturno, nas ruas da cidade, no dia 30 de agosto de 2007. Cada entrevista durou, em média, 35 minutos.

Utilizamos uma entrevista semi-estruturada composta por uma seqüência de questões que introduziram gradualmente os sujeitos nos assuntos. O roteiro da entrevista foi dividido em dois eixos: perda dos laços de pertencimento familiar e comunitário e perda dos vínculos com o mercado formal e informal de trabalho. As questões foram abordadas no sentido de atribuir significação na construção de respostas às indagações perseguidas. Mediante o consentimento prévio dos sujeitos, as entrevistas foram copiadas e submetidas a uma reflexão. Quanto às desvantagens da entrevista semi-estruturada relacionamos o pouco tempo de que dispunhamos para a realização deste estudo e por

⁵² Para determinar o número de entrevistados consideramos apenas o tempo necessário para realização das entrevistas e reflexão das informações coletadas.

⁵³ Optamos por moradores de rua do sexo masculino em função da preponderância destes em relação às mulheres, conforme assinala Silva (2006) e a pesquisa “Perfil da população que vivencia as ruas de Juiz de Fora” (2006)

⁵⁴ O período de seis anos foi definido por já ter sido anteriormente utilizado como parâmetro no diagnóstico realizado pelo município.

parte do entrevistado, insegurança em relação ao seu anonimato⁵⁵.

Os resultados a serem apresentados foram divididos em dois eixos, de acordo com a estrutura elaborada para o roteiro das entrevistas. Os relatos forneceram um material extremamente rico para reflexão. Neles encontramos a dimensão coletiva a partir de visões individuais. Organizamos uma estrutura condensada das informações o que possibilitou confrontos e discussões com o referencial teórico encontrado na literatura específica e atribuiu consistência dos dados apresentados.

Assim, cada um dos eixos desdobrou-se em uma reflexão que objetivou uma aproximação com as características centrais do fenômeno, o perfil contemporâneo e as características da população de rua no país, apontando, também, para uma relação com os questionamentos apresentados no debate da gênese da questão social. Dialogamos, também, com o diagnóstico elaborado pelo município.

Por fim, destacamos que a pesquisa “Perfil da população que vivencia as ruas de Juiz de Fora” identificou um universo constituído de 745 pessoas em situação de rua, dentre os quais 409 consideram-se catadores de material reciclável. Os catadores foram abordados pelos pesquisadores em um tópico específico, que nós, neste estudo, não consideramos, uma vez que nossa reflexão tem como objeto aqueles que efetivamente moram nas ruas, conforme perfil demarcado anteriormente.

3.3. “Ser da Rua”: a moradia definitiva

Considerando o universo apontado no “Perfil da população que vivencia as ruas de Juiz de Fora”, a cidade possui 745 moradores de rua. Dentre esses apresentamos os sujeitos que compõem o universo de pesquisa priorizado em nosso estudo:

MATREIRO, nasceu em Juiz de Fora e sempre viveu aqui. É negro, tem 26 anos de idade e vive na rua há 07 anos. Quando o encontramos estava na esquina da Rua Mister Moore, no centro da cidade, acompanhado de um grupo de moradores de rua. Aceitou prontamente ser entrevistado e disse que *“quem dera fosse pra aparecer na televisão, quem sabe alguma muié boa visse e apaixonasse e quisesse eu”*. Escolheu seu “apelido” e disse que quando era criança muita gente o chamava assim, porque ele sempre foi de fazer arte.

CARIOCA, é branco, tem 31 anos, nasceu em Lima Duarte, veio para Juiz de

⁵⁵ Cada entrevistado indicou um pseudônimo com o qual é identificado nesse trabalho.

Fora há 10 anos e vive nas ruas há 09 anos. Quando o encontramos estava deitado na calçada em frente ao “Núcleo de Cidadão de Rua”, no centro da cidade. Segundo ele, prefere dormir do lado de fora porque a polícia sempre passa por lá e aí ele fica em segurança, mas não dorme lá dentro porque *“tem muito homem junto e sempre sai confusão e roubo”*. Disse que queria ser chamado de Carioca porque sempre gostou muito do Rio de Janeiro e queria ter nascido lá. Carioca aceitou ser entrevistado e disse que *“esses trabalhos são importantes para mostrar para o povo o que é viver na rua e que em Juiz de Fora tem muito morador de rua”*.

BICHO DE PÉ, é pardo, tem 48 anos e é de Bicas, vive nas ruas de Juiz de Fora há 12 anos. Quando o encontramos estava preparando-se para dormir, numa praça do bairro Poço Rico, região central da cidade, onde, segundo ele, *“às vezes tenho sossego para dormir em paz”*. Aceitou ser entrevistado e disse que seria bom conversar um pouco. Escolheu esse pseudônimo porque durante muito tempo sofreu com bicho de pé e nunca mais se esqueceu disso.

APÓSTOLO tem 32 anos, é negro e nasceu em Juiz de Fora, onde sempre morou, vive nas ruas há 16 anos. Quando o encontramos estava no Parque Halfeld, centro da cidade. Logo foi perguntando se era da Prefeitura porque se fosse ele nem conversa queria. Disse que escolheu esse nome *“porque agora gosto de falar de Jesus por aí na rua”*. Aceitou ser entrevistado desde que fosse rápido porque ainda tinha muitas coisas para fazer antes de dormir e não gosta de conversa à toa, disse que *“esses trabalho num adianta de nada, ocês vem aqui, fala, fala, e depois que vai embora tudo fica igual”*.

VITORIOSO, tem 28 anos, é pardo, nasceu em Juiz de Fora, onde sempre morou, vive nas ruas há 08 anos. Escolheu esse pseudônimo porque se considera um vitorioso diante de tudo que passa na vida. Quando o encontramos estava na Praça da Estação, centro da cidade, sentado em um banco num ponto de embarque e desembarque de ônibus. Informou que costuma dormir ali *“quando não é incomodado por ninguém mandando sair e ir pro albergue”*.

O perfil definido pelo diagnóstico municipal⁵⁶ aponta que eles se auto-declaram, em relação a cor, 42,0% negros, 37,2% pardos e 18,5% brancos. Em relação aos nossos entrevistados, dois são negros, dois pardos e um branco, proporção que

⁵⁶ Nessa fase de reflexão acerca dos dados encontrados sempre que nos referirmos ao diagnóstico municipal estaremos mencionando a pesquisa “Perfil da população com vivência de rua em Juiz de Fora” de 2006.

guarda similaridade com a encontrada pela pesquisa do município.

Em relação à faixa etária percebemos que há uma relativa diversidade na distribuição. O Diagnóstico municipal aponta que 83,7% dos homens e mulheres que vivem nas ruas encontram-se em idade economicamente ativa, entretanto destaca que mais de 50% da população de rua em Juiz de Fora possui mais de 40 anos refletindo um processo de envelhecimento. Entre nossos entrevistados encontramos os cinco em idade economicamente ativa, somente um com mais de 40 anos de idade.

O diagnóstico municipal aponta que, assim como a população residente em Juiz de Fora passa por um processo de envelhecimento, os moradores de rua acompanham essa característica. Constatada essa questão, importa destacar que o envelhecimento da população de rua, brevemente, demandará políticas sociais específicas a serem respondidas pelo Poder Local.

Em relação à questão de gênero, o diagnóstico municipal identifica que 82,8% da população de rua é composta por homens. Como optamos por entrevistar somente homens moradores de rua, não temos um parâmetro comparativo. Contudo, afirmamos que o percentual de homens encontrados no município pode ser equiparado ao encontrado nacionalmente, segundo Silva (2006). Podemos pensar, em conformidade com Costa, que o baixo índice de mulheres na rua relaciona-se com o tipo de vínculo estabelecido entre elas e o grupo familiar: educação dos filhos, cuidado com a casa, o que fortalece sua permanência em casa ou a manutenção de uma referência de moradia. Já para os homens, estar na rua é também freqüentar o espaço público onde foram acostumados a conviver e a buscar sobrevivência. (Costa, 2005, p.1)

Ainda de acordo com o diagnóstico municipal podemos afirmar que, no que diz respeito ao estado civil, encontramos um grande percentual de pessoas solteiras (49,4%) vivendo na/da rua. No entanto 69,9% possuem filhos.

Em relação à escolaridade, a grande maioria 72,3% possui ensino fundamental incompleto e 8,9% são analfabetos, caracterizando um perfil com baixa escolaridade. É importante considerar a relação entre a pobreza e a baixa escolaridade. Isto porque são recorrentes os casos em que o pouco acesso a escola decorre da necessidade de sobrevivência, reduzindo as possibilidades de ingresso e/ou permanência no mercado de trabalho.

Nas entrevistas que realizamos não abordamos aspectos como escolaridade, estado civil ou número de filhos. Optamos por trabalhar os elementos que denunciam pertencimento, envolvendo vínculos familiares e comunitários anteriores e posteriores à

vida na rua; assim como a relação de trabalho presente na vida dos moradores de rua entrevistados.

Em relação a origem, encontramos no diagnóstico municipal que, 39, 6% dos moradores de rua são de Juiz de Fora, 37, 9% de outras cidades de Minas Gerais, 15,9% do Rio de Janeiro, 3,9% de São Paulo, 2,2% de outros estados e 5% não souberam ou quiseram responder. Esses dados vêm ao encontro da origem daqueles que entrevistamos para esse estudo, quando três dos cinco entrevistados são de Juiz de Fora e dois de cidades vizinhas. Esses dados também guardam semelhança com os encontrados nacionalmente que apontam um crescimento de moradores de rua oriundos das próprias metrópoles pesquisadas ou de regiões vizinhas. (Silva, 2006).

No caso de Juiz de Fora, percebemos que a população dos municípios vizinhos, carente de postos de trabalho suficientes e de infraestrutura, exerce forte pressão sobre os recursos urbanos da cidade. Buscando amenizar essa situação foram criados alguns planos de desenvolvimento regional e local, como já mencionado, visando estimular o desenvolvimento local. Todavia, nem todos os migrantes que aqui chegam são abarcados pelos efeitos de políticas sociais e de desenvolvimento e têm condições mínimas de se inserirem na sociedade e no mercado formal ou informal de trabalho. Em função do acúmulo de perdas na esfera econômica, social e cultural, parte desses migrantes são expressão concreta do que é denominado hoje como população de rua.

Apontamos que essa situação é agravada, na atualidade, quando o município está empenhado em um modelo de desenvolvimento segundo o qual a cidade é colocada como mercadoria e enquanto tal, deve oferecer excelentes condições para grandes empresas nela se instalarem. Para tanto a pobreza e as situações limite evidenciadas pelos moradores de rua precisam ser camufladas, fato que pode resultar em uma retomada de políticas higienistas, repressivas e, no máximo, compensatórias no trato com a população de rua. Alguns relatos demonstram bem essa assertiva:

“O mundo não quer saber de nós não, tão nem aí se a gente morre, se jogam fogo na gente, se bate na gente, se os homi vem e ranca sangue de nós, tão nem aí, os povo não querem é que a gente fique na porta da casa dele, a moça do social vem e me fala que eu num posso ficá ali, na frente da casa do guarda, que eu num posso ficá no parque halfeld, que eu num posso ficar num sei mais onde...onde que eu posso ficá então? Em lugar nenhum, né? Eu tenho só que ficá dentro do albergue se quise e só de noite tamém, de dia só se passa mal, sabe, a gente até fala as vezes que tá passando mal, só pra deitar o corpo numa cama de vez em quando. Isso que é ruim dessa vida, mas fazê o que? A gente num tem outra memo, né? As coisa só piora, agora eles dão janta, mas eu num fico lá dentro não, tem

tudo que é briga, os cara fica fedorento, a gente num aguenta nem respirá lá dentro, e ainda eles roba as coisa da gente tudo, lá dentro. É melhor ficá aqui memo". Carioca.

"(...) ninguém nem me vê, só me vê na rua quando é pra me mandá saí daqui, daí, sabe cumé que é? É assim, eles manda a gente de um lugar pros otro e a gente fica indo até num sei quando, até num guenta mais". Bicho de Pé

"(...) esse prefeito daí num dá é nada, deixa só a gente entocado lá naquele albergue e fala que ajuda. Ajuda nada, ele qué é escondê nós tudo pros povo pensá que Juiz de Fora é bonita, num tem gente feia, pobre na rua andano que nem nós somo (...). Eu num gosto mais dessa cidade daqui, mas num tenho como saí daqui, por causa de que num tenho ninguém pra me ajudá a ir embora e no albergue eles num dão passagem por causo que eu sô daqui memo. Aí fico aqui, sem fazê nada". Apóstolo

"(...) nem sossego a gente tem, nenhuma hora, nem um dia, acho que nunca tive sossego na vida, nem pra ficá quieto, sem fazê nada errado, os homi vem e manda a gente i andano, aí eu perguntava, andano pra onde? Agora num pergunto mais não, vou embora e arrumo otro canto, depois duns dia eu volto pra cá de novo. Aqui é bão porque num tem barulho pra durmi, eu durmo bem, só que quando o povo da prefeitura vem eu tenho que sair tamém porque senão eles chama os homi pra mim e os homi acaba bateno na gente as vêis". Vitorioso

Assim, a exposição a situações de vulnerabilidades socio-econômicas geram precariedade no acesso a direitos legais e obstáculos ao exercício da cidadania. Embora, juridicamente, os direitos sejam iguais para todos, o acesso a eles é facilitado ou não por fatores inerentes a posição social. Entendemos que aqueles que estão submetidos à necessidades extremas, de toda ordem, se encontram, também, aprisionados pela urgência de satisfação de suas necessidades básicas imediatas, o que os coloca na condição de alvo fácil de políticas assistencialistas e fragmentadas, quando não repressivas e coercitivas.

Outra variável que merece destaque diz respeito ao tempo de permanência na rua. O diagnóstico municipal encontrou 16,15% menos de um ano na rua, 22% entre um e três anos, 18,7% entre quarto e seis anos, 30,7% mais de seis anos, 1,9% sempre na rua e 10,6% não quiseram ou não souberam responder a questão. Em grande medida, o tempo acaba por determinar as chances de um indivíduo sair mais rapidamente da rua.

Quanto menor o tempo de rua, normalmente, maiores as probabilidades, e quanto maior o tempo, menores as chances de reverter esse quadro. A rua vai se tornando um modo de vida e passa a ser um “habitat” em que o morador de rua começa a estabelecer relações com pessoas que também vivenciam esta situação e a conhecer novas alternativas de sobrevivência. Começam a freqüentar lugares de distribuição de comida gratuita em instituições assistenciais. A rua se torna um espaço de moradia praticamente definitivo. (Vieira, 2004). Assim, de acordo com o diagnóstico municipal, grande parte dos moradores de rua da cidade se encontram nas ruas por um período superior a seis anos, o que denuncia uma situação alarmante. Nas palavras de Rosa,

Essas situações podem ser dispostas num continuum, tendo como referência o tempo de rua; à proporção que aumenta o tempo, se torna estável a condição de morador. O que diferencia essas situações é o grau maior ou menor de inserção no mundo da rua. (Rosa, 2005, p.42.)

Como observamos em Juiz de Fora, de acordo com o diagnóstico municipal, 62,7% da população de rua freqüenta o centro durante o dia e a noite. De uma maneira geral, estas pessoas tendem a estar próximas aos locais, onde podem obter alimentação, disponibilidade de produtos para vender (como papéis, jornais, garrafas, pet, etc.), locais com concentração de bares e restaurantes, ou maior fluxo de pessoas, que indiretamente oferecem mais segurança e, locais de mais alta renda, que disponibilizam doações e esmolas. Estas localidades acabam por coincidir com as características das áreas mais centrais da cidade, ou mesmo dos maiores centros comerciais dispersos pelos bairros. Essa variável também é confirmada nas entrevistas que realizamos e no perfil nacional apontado por Silva (2006).

Por fim, atentamos para o fato que o perfil geral encontrado em Juiz de Fora é bem semelhante ao perfil nacional traçado por Silva (2006) no capítulo anterior, fato que evidencia que o conjunto de precariedades que assola os moradores de rua se apresenta de forma similar tanto nas grandes cidades quanto nas cidades médias.

3.3.1. Perda dos laços de pertencimento familiar e comunitário

Relacionamos nessa categoria elementos que representam indicadores de

vivência familiar e comunitária anterior e posterior à vida na rua. A vida dos moradores de rua de Juiz de Fora, segundo o relato de quatro dos cinco entrevistados, aparece marcada, desde a infância e a adolescência, por conflitos, divergências e dificuldades de toda ordem no convívio familiar.

Quando Matreiro refere-se ao pai, fala do quanto a bebida atrapalhava o relacionamento familiar, cita, também, a submissão da mãe e, posteriormente, aponta como elemento central o trabalho, que em seu imaginário, poderia retirar a mãe e todos os filhos daquela condição de vida:

“(...) ele [o pai] bibia todo dia e batia ni nós...a mãe num sei como que guentava, tamém era uma fraca, nem pra colocá ele pra fora e i trabaia num ia...preferia apanhá e aí nós tudo apanha junto...era muito ruim, muito memo (...)” Matreiro.

Bicho de Pé, falou pouco sobre a família e o relacionamento familiar. Entretanto, demonstra em sua fala a falta de carinho e amor que relatou sentir em casa:

“(...) larguei eles tudo lá, nem sei mais o que foi feito desse povo, eles nunca me gostaro nem eu deles memo, então nem sei pra onde fôro pará, nunca mais vi nem escutei nada deles não” Bicho de Pé.

O relato de Apóstolo é carregado de mágoa e rancor em relação à mãe que o abandonou ainda criança. Demonstrou um relacionamento afetivo bem expressivo com a avó, por quem foi criado depois que mãe o deixou. Não conviveu muito tempo com os familiares e se viu na rua com apenas 16 anos de idade. Assim, sua fala sobre laços familiares é curta e marcada pelo abandono:

“Morei poco tempo com minha mãe e minha irmã. Ela depois foi embora e levou a menina com ela, me deixou sozinho. Minha vó fico com pena e tomo conta de mim até que ela morreu quando que eu tinha uns 16 ano.” Apóstolo.

Vitorioso demonstra em sua fala uma grande necessidade de respaldo e convívio familiar. Entretanto, aponta claramente que isso nunca existiu em sua casa, com exceção de sua relação com as irmãs.

“(...) achei que pelo menos a mãe queria bem eu, mas nunca que foi na cadeia e quando que eu fui solto pergunta se dexaru eu entrá em casa, pergunta...dexaru nada, meteru cá porta na minha cara, pai e mãe e meus irmão. As irmã não, as irmã me abraçaru, mas que adianta, num era elas que era dono da casa, fazê o que (...)” Vitorioso.

Apenas Carioca retrata um bom relacionamento familiar no período anterior à vida nas ruas:

“A gente vivia bem sim, meu pai trabalhava no laticínio lá, sabe qual? Minha mãe num trabalhava fora não. Mas aí quando meu pai perdeu o emprego tudo mudou, eu tinha uns 15 anos, acho (...) ele nunca mais conseguiu trabalhar de carteira na vida, acho que até hoje, nunca mais (...) aí a gente começou a plantar verdura no quintal de casa e vender pros vizinhos, dava um dinheirinho e dava também pra gente comer as coisas que plantava”. Carioca.

Dentre os entrevistados, todos moravam com a família antes de irem para a rua. Podemos observar um expressivo contingente de moradores de rua que mantinham relações familiares antes da vida na rua também no diagnóstico municipal. Destacamos que boa parte dos entrevistados, pelo diagnóstico municipal, quase 80% tinha um convívio familiar antes de ir pra rua, chegando até mesmo a ter casa própria (50,1%).

O diagnóstico municipal aponta sobre relação familiar e propriedade familiar do imóvel de moradia. Sobre esse aspecto destacamos que é preciso estabelecer uma diferenciação entre a propriedade legal do imóvel e outras formas de apropriação deste, ou seja, a forma como a pergunta foi feita pode ter ocultado ou mesmo confundido a questão da ausência do pagamento de aluguel, com o fato de serem proprietários do local de moradia. Nossos entrevistados demonstram que suas famílias, em sua maioria, não eram, legalmente proprietárias dos imóveis onde moravam, de forma que não possuíam o registro legal da propriedade em seu nome e, portanto, não tinham acesso à propriedade legalmente constituída. Podemos conferir nos relatos:

“(...) a casa era nossa sim, mas nós num tinha escritura dela não, era nossa porque nois chegamo lá e fizemo e ninguém falô nada depois não (...) tamém a gente pagava as conta tudo que chegava e num arrumava confusão com ninguém lá não (...) ih moça, lá as casa era tudo assim (...)” Matreiro

“(...) nós morava num barraco no alto de morro do sebo a moça num sabe onde é que é isso, mas é lá no alto, um morrão memo, dava até medo de oiá. Nem o barraco era da gente, num tinha papel nenhum dele não.” Bicho de Pé

“(...) minha vó fico com pena e tomo conta de mim até que ela morreu quando que eu tinha uns 16 ano. Aí a coisa ficô feia, nós num tinha casa (...).” Apóstolo

“(...) nós num pagava aluguel não, mas a casa era de uma tia do pai, muié do otro que morava lá em casa com nós. Ela morreu, aí nós que pagava aluguel lá no santa cruz, pagava nada que tava era deveno muito já, foi pra casa dela, morá lá, todo mundo, porque ninguém lá de casa tinha dinheiro, tamém ninguém queria nada cá dureza.” Vitorioso.

Oriundos de famílias com baixo poder aquisitivo, as relações entre os familiares dos entrevistados foram, na maioria dos casos, permeadas por discussões e desentendimentos. Estes conflitos provavelmente geraram fragilidades na organização familiar e contribuíram, juntamente com outros fatores, para a ida para as ruas, visto que, de acordo com Snow e Anderson (1998), as desavenças familiares são um dos fatores preponderantes para o rompimento do sujeito com o nicho social no qual está inserido.

O diagnóstico municipal aponta que um grande número de moradores de rua de Juiz de fora são de famílias numerosas e de baixa renda. De acordo com a pesquisa municipal, antes de ir para a rua, 83,2% estavam inseridos em grupos familiares com renda de até 3 salários mínimos. As repostas também sugerem pertencimento à famílias com grande número de membros visto que 59,6% dos entrevistados moravam em casas com mais de 4 pessoas. Esses dados são referendados pelas entrevistas que realizamos:

“(...)morava eu, pai, mãe, minhas irmã tudo, essas daí num queria sabê de nada, num quis nada com trabalho, só sabia de querê arrumá homi na rua e cada veis que arrumava um levava pra enchê a casa (...) meu pai trabaia de pedrero, minha mãe cuidava de nós só...qué dize de mim, né...minhas irmã já era tudo véia já e nem trabaia tamém não...lá em casa nós quase num tinha dinheiro, mas comia todo dia sim, isso meu pai fazia pra nós...isso quando ele num chegava em casa e batia ni nós tudo até na mãe...mas era o jeito dele memo, fazê o que né?!” Matreiro

“A gente lá em casa num tinha nada, nem cama pra durmí, tinha uma só, nós durmia tudo junto memo, embolado assim ó (...) os homi e as muié tudo junto, as veis eu achava ruim e durmia no chão memo, acho que foi aí

que acostumei a dormi no chão, será?” Bicho de Pé.

“Lá em casa num tinha nada, olha dona, eu, pai, mãe, dois irmão maior que eu, duas irmã pequena e mais o tio do pai. Ninguém tinha emprego, as menina estudava, nós não.” Vitorioso

Quanto à vida comunitária, percebemos que os vínculos, quando existentes, se apresentam frágeis e comprometidos em função de situações de vulnerabilidade familiar expressiva ou mesmo de desavenças com amigos e vizinhos.

“(...) lá num tinha mais nada não, nem lugar pra gente ficá conversano na rua tinha, era tudo de terra, de chão sabe(...) tinha muita briga, principalmente quando uns e otro chegava tonto por lá...nós muleque tinha que ficá é nas rodinha memo, fumano, cherano e depois nois descia pra arruma muié pra namorá porque lá tamém num tinha muita muié boa pra nós não...mas era isso de vez em quando porque a gente gostava mais era de ficá bebendo, fumano e falano bobage...nós era muito novinho ainda e preferia ficá tudo junto que arrumá namorada...tamém a gente nem tinha dinheiro pra levá no cinema, pra saí pra algum lugar, namorá como né?! (...) ih moça lá num tinha comunidade não, era um quereno comê o otro memo, os vizinho tudo brigava toda hora, depois que o lugar encheu de gente intão...piorô muito sabe...mas eu tinha meus amigo, meu pai num gostava mas, tamém nem podia falá nada né?!” Matreiro

“A gente num tinha amigo pq todo mundo olhava nós com cara de raiva, por causa que a gente sempre foi de briga, nem a mãe nem eu nós nunca dexamo falá mal de nós na rua. As pessoa lá falava da gente, sabe, cidade pequena, tudo cuida da vida da gente, né? Eles falava que a casa era uma zona, zona memo, de puta, sabe? Aí nós num gostava e batia neles tudo (risos) era até engraçado. Acho que aí que eu já sabia vivê sozinho memo, nunca tive amigo, aqui na rua então que piorô, prefiro mil veze ficá assim ó sozinho, do jeito que tô, que ninguém mexe comigo, nem me roba as coisinha que consigo ganhá ou comprá quando faço algum serviçinho. Aí quando sinto falta arrumo uma muié, depois mando ela embora que não gosto de ninguém tomano conta de mim, eu que sei de como quero ficá, se quero bebê, se quero comê, se quero durmí, num gosto que se mete”. Bicho de Pé

“Os vizinho me ajudava mas só um tempinho depois passava fome memo, de verdade, de duê a barriga e a gente desmaia de vontade de cumê. Quando que a gente é pequeno os povo até que ajuda a gente depois que cresce ninguém qué mais sabê. Acha que nós é tudo vagabundo, que num qué nada”. Apóstolo.

No que diz respeito aos processos de ruptura e saída para a rua, um

entrevistado relatou que a morte da avó que o criou exerceu um papel determinante, impulsionando-o para tentar a sobrevivência na rua.

“Morei poco tempo com minha mãe e minha irmã. Ela depois foi embora e levou a menina com ela, me deixou sozinho. Minha vó fico com pena e tomo conta de mim até que ela morreu quando que eu tinha uns 16 ano. Aí a coisa ficô feia, nós num tinha casa, num tinha mais ninguém pra me cuidá. Fiquei sozinho memo. (...) Juntei com uns muleque de onde que eu morava e a gente fazia um povo na rua pra arrumá dinheiro pra comê, mas eles tudo tinha casa, casa ruim, mais tinha. Eu não. (...) chegava de noite, eu ia era prum terreno no alto do bairro e ficava lá quetinho pra ninguém me achá e querê me levá pro juiz. Ficava lá, todo dia, de dia, saía de novo pra tenta arrumá comida e despois voltava de novo pra lá. Fiquei assim, até que quando que cresci achei milhó morá no meio da rua duma vês. Aí descí do morro e fui garimpá aqui em baixo”. Apóstolo

A perda de familiares seja por morte ou desentendimento com esses, não há dúvida, é um acontecimento desestruturante, mas que atuou nos entrevistados como força motivadora de ida para as ruas somente em conjunto com outros eventos, tais como a crescente pauperização decorrente do desemprego familiar ou próprio.

“(…), mais aí nós fomo fazê uma carteira no centrão, precisava de dinheiro pra saí com uma menina aí, nessa época a gente já queria namorá, mas nem tinha como, aí nós fomo pra rua, pra pegar um desses metidinho aí e tê dinheiro pra sai com as muié que a gente queria...deu tudo certo, saimo, namoramo bastante e quando que eu cheguei em casa o pai sabia de tudo, me bateu, machucô eu memo, rancô sangue e tudo...até parece né...ele num tinha cara pra fazê isso ni mim não, nunca valeu nada, mas eu acho que ele gostava era de batê memo, na gente...e a mãe tamem num feiz nada, ficô só lá chorano...aquilo me deu uma raiva que num guentei, bati nele tamém, até doê minha mão...quando que eu cansei, parei, arrumei minhas coisa e fui embora, lá em casa num tinha nada direito memo, nunca mais voltei (...)”. Matreiro.

“Aí eu fui crescono e acabei ficano com raiva daquela vida lá. Eu num tenho estudo sabe, mas memo assim eu vim pra cá, larguei eles tudo lá, nem sei mais o que foi feito desse povo (...). Eu sabia que num ia arrumá nada bão aqui tamém, mas pelo menos os otro num ia mais ficá cuidano da minha vida”. Bicho de Pé

“O pessoal de casa nunca levô nadinha pra mim lá, nadinha. Tamém né, lá em casa nunca que tinha nada, hoje que eu nem sei, nem sei mais se tem casa lá ainda, sabe? Fiquei muito triste, achei que pelo menos a mãe queria bem eu, mas nunca que foi na cadeia e quando que eu fui solto pergunta se dexaro eu entrá em casa, pergunta...dexaru nada, metero cá

porta na minha cara, pai e mãe e meus irmão. As irmã não, as irmã me abraçaru, mas que adianta, num era elas que era dono da casa, fazê o que (..) as minina só queria ficá durminu, meus irmão tudo f..., num sabia fazê nada, eu tamém, só queria droga, droga, droga...au até que tinha um dinherinho dos rolo que eu fazia né...eu até dava umas coisa lá em casa. Engraçado, tô lembrano aqui, eles bem que pegava meu dinheiro de rolo mas quando que eu fui pra cadeia eles acharu que eu morri né? Eles fingia que eu tinha morrido só pra num passá vergonha de i lá me vê, eu num queria nada deles não, só queria que fosse me vê. Pois é, aí quando eu saí fui pra casa e eles num me dexaru entrá lá não. Eu num sabia que eles num ia me dexá ficá lá, mas nem pegá minhas coisa eles dexaru, nem isso, eles deve é tê vendido tudo que eu tinha lá, isso sim. Mas tamém agora nem ligo mais não, nem lembro mais desse povo, só quando a senhora pergunta, né, aí eu lembro. Intão, aí que eu vim pra rua, e tô aqui memo em Juiz de Fora (...)". Vitorioso

Neste ponto parece que a falta de apoio dos familiares atua como um elemento a mais enredando essa intrincada situação, visto que os entrevistados relatam que os conflitos familiares, com os pais no núcleo familiar originário, exerceram um papel importante na ruptura com a vida em casa e a saída para a rua. O sujeito, desempregado, sem dinheiro e, não encontrando, na família, o suporte emocional e financeiro de que necessita, fica ainda mais enfraquecido e desesperançado. Intimamente ligado ao desemprego está o aumento da pobreza e as cobranças sociais, que pressionam o indivíduo a arcar com o ônus da vida sedentária, tais como contas a pagar, despesas domésticas, aluguel, etc., tornando a situação insustentável e impulsionando o sujeito à rua.

"(...) agora já tenho novos colegas e que já aprendi a viver na rua, ia ter que aprender a ter casa e no mundo de hoje não vale mais a pena ter casa, mulher e filhos não, é melhor ficar sozinho memo, dá menos dor de cabeça." Matreiro

A vida na rua pode ser considerada, nesse contexto, como uma resposta radical a essa diversidade de problemas relatados; como uma tentativa de fugir da sociedade (Snow & Anderson, 1998). A maior parte dos entrevistados, ao que tudo indica, não "optou" pela "rua" por livre e espontânea vontade, e sim foi levada a essa condição de vida por fatores que fugiram a seu controle. Dessa forma, é possível pensar, assim como Castel (1998), que o caráter da trajetória de vida dos moradores de rua não é decorrente apenas de fatores individuais de inadaptação.

Logo que chega à rua, o morador de rua dificilmente identifica-se com outros

ou insere-se em algum tipo de coletividade. A ausência de vínculos e referenciais estáveis o conduz a um individualismo exacerbado e veemente, de modo que as normas sociais de conduta são colocadas em segundo plano, visto que o que prevalece, na realidade, é o “cada um por si”. Já no caso dos moradores de rua que, segundo Vieira (2004), já “são da rua”, ou seja, já estão há muito tempo na rua e romperam várias barreiras que tinham quando chegaram, o cotidiano de rua é marcado pelo estabelecimento de vínculos afetivos com outros que encontram-se em igual condição.

“(...) eu num tava acostumado, eu tinha medo dos outros me batê, me robá, sei lá, num conhecia ninguém, eu era bobo, agora eu sei que aqui na rua a gente é tudo amigo porque a gente vive ruim igual, a gente ajuda uns ajuda os outros, mas quando eu cheguei eu num sabia e num quis ficá na rua (...)”.
Carioca

“Fui conheçeno um monte de gente, umas gente boa, outras gente ruim, tem em todo lugar né? Na rua também. Aí a gente acaba aprendeno tudo, onde dá comida, onde a gente pode durmi sem os outros enche o saco, onde a gente pode ficá de dia, com quem a gente pode conversá, sabe? A gente acaba aprendeno tudinho da rua e a rua vira casa da gente. Eu gosto mais da rua que da minha casa de onde que eu morava, nunca queria voltá não”. Bicho de Pé

“(...) esse negócio desse povo que fica ino pra lá e pra cá de cidade né pra mim não. Aqui pelo menos eu cunheço tudo, as ruas, as pessoa que ajuda, os lugar que dá comida. Nem ligo que eles fica falano que eu num quero nada cá vida, também, cum essa vida da gente a gente num tem que querê memo não, senão piora mais”. Vitorioso.

A vida na rua parece implantar na existência dos sujeitos pesquisados um sentimento constante de incerteza, decorrente da precariedade e desassistência características desse modo de vida. A busca pela sobrevivência é contínua e incessante, o que torna o cotidiano sofrível e desgastante, tanto física quanto mentalmente. Assim sendo, retornar a referenciais estáveis, geográfica e afetivamente constitui desejo da maioria. Muitos deles, no entanto, parecem não acreditar nesse retorno, principalmente em virtude da falta de perspectivas. Os resultados dos trabalhos de Snow e Anderson (1998) com populações marginalizadas e itinerantes também apontam nessa direção.

“Eu até que eu queria sair da rua, mas atrás de mulé num vô mais não, nunca mais...mas também num sei como saí da rua mais, num tenho emprego, ninguém me dá, eu também nem sei mais fazer nada, num

aguento mais, acho que a cachaçada acabô comigo, mas tamém, eu bebo memo, vô ficar fazendo o que aqui, no frio, sozinho, na rua, dia inteiro, noite inteira, esperando a morte chegar, só”. Carioca

“É claro que eu queria uma casa de verdade, muié, filho, mas num tem jeito não, eu num guento cuidá nem de mim, mais...fico só esperano uma hora que tudo vai acabá pra mim, aí pronto”. Bicho de Pé

Escorel confere grande importância à dimensão da sociabilidade primária, em função do tipo de relações que historicamente foram mais importantes para a garantia de proteção social. A autora afirma que, no Brasil, onde as condições de cidadania vêm sendo construídas de modo lento e precário, já antes da década de 80 o emprego formal não se estendia à grande maioria da população e a família ocupou sempre papel central na definição do lugar dos indivíduos na sociedade, de forma que a desvinculação sociofamiliar ganha importância na garantia de proteção aos indivíduos. Assim, sua desagregação torna-se o fator central no processo de ida para as ruas. (Escorel, 1999)

Segundo Escorel, a desvinculação dos moradores de rua traduz-se num não pertencimento a grupos sociais e na não participação nas dimensões sociais da vida humana. Para a autora essa condição pode ser definida “como a daquele que está ‘sem lugar no mundo’, totalmente desvinculado ou com vínculos tão frágeis e efêmeros que não constituem uma unidade social de pertencimento” (ibidem, p.18).

Observamos, quanto ao pertencimento familiar e comunitário, que existe uma convergência expressiva entre as informações obtidas nessa pesquisa, no “Perfil da população com vivência de rua em Juiz de Fora” e, também, no perfil nacional descrito por Silva (2006) no capítulo anterior.

3.3.2. Perda dos vínculos com o mercado formal e informal de trabalho

As trajetórias de vulnerabilidade dos vínculos com essa dimensão ocorre num contexto de diminuição dos postos de trabalho, precarização, instabilidade ocupacional e dificuldades de inserção da mão-de-obra não-qualificada. A não inserção no mundo do trabalho se caracteriza especialmente pelo fato de que tem aumentado o contingente populacional economicamente desnecessário e supérfluo ao sistema capitalista.

As transformações sociais, políticas e econômicas da atualidade parecem

exercer um papel determinante na desterritorialização dos sujeitos e na impulsão e permanência de vida na rua. O desemprego, decorrente da crescente exigência de qualificação, praticamente impossibilita os sujeitos com pouca capacitação de competirem no mercado de trabalho, estigmatizando, excluindo e marginalizando os indivíduos desprovidos de uma ocupação. No entanto, a deficiência de qualificação não é o único fator que contribui para as altas taxas de desemprego dos tempos atuais. Mesmo que todos os trabalhadores atualmente desempregados procurassem obter melhor qualificação e formação profissional, continuaria havendo um excedente de mão-de-obra disponível no mercado, pois como afirmou Castel (1998), no mundo contemporâneo há um déficit de lugares ocupáveis na estrutura social.

Os moradores de rua, dessa forma, podem ser considerados, segundo a terminologia proposta por Castel (1998), como “sobrantes e inadaptados sociais”, por não conseguirem acompanhar a dinâmica da sociedade capitalista e viverem “sob o signo da inutilidade social”, impossibilitando a inscrição nas coerções da atual conjuntura econômica e em estruturas sociais portadoras de sentido. Assim sendo, vivem marginalizados, à beira de um abismo social, o que causa um impacto psicológico severo e intenso.

Nas entrevistas realizadas identificamos a ausência de inserção no mercado formal de trabalho como traço uniforme na população pesquisada. Também destacamos que os familiares dos moradores de rua entrevistados, também possuíam vínculos frágeis com o mercado de trabalho, se concentrando na realização de atividades informais sem garantias de trabalho asseguradas. Os relatos expressam claramente o desejo de trabalhar aliado ao desânimo e descrença em uma inserção formal que os possibilite sair das ruas. Retratam, ainda, a forma como os moradores de rua são “enxergados” pela sociedade ou como eles mesmos se vêem diante do mundo.

“Num trabaiei de cartêra não, quando que eu era menino e morava lá em casa ainda, eu ajudava o pai quando ele dexava, ele num gostava de me levá não, falava que eu ficava andano atrás dele e que ele num gostava disso não...tamém quando eu já tinha idade de trabaia eu já morava na rua e aí trabaia de cartera como moça? Quem quer morador de rua atendo na sua padaria? (...) assim que eu vim pra rua até que procurei emprego, nas loja, nas padaria, nas casa dos otro pra fazer trabaio de pedreiro que eu aprendi cum pai um pouco de como fazê, mas depois parei, ninguém me ajudava memo, aí passei um tempinho guardano carro mas tamém é ruim porque os otro morador de rua que faiz isso acha que a rua é deles, aí o cê tem que pagá pra eles, aí ocê trabaia muito de noite, num dorme e num ganha nada quasi, agora eu fico dormino e num faço isso mais não, num

sô bobo (...) as pessoa num dão emprego pra nós não, a gente num tem nem conta de luiz pra mostrá onde mora, como vô mostra, falá que moro aqui no meio da rua, aí que eles num dão memo, emprego...eles tamém tem medo, nojo da gente, porque a gente chega perto deles tudo sujo, mas como que vô ficá limpo na rua, num tem jeito...num tenho nem ropa pra trocá, aí fico pensano, pra que tomá banho tamém?” Matreiro

“(...) aí eu procurei emprego, mas eu num achei nada, tinha estudado, mas nunca tinha trabalhado lá em Lima Duarte, aí já viu, fica difícil, né? Agora eu já sei que num posso mais trabalha normal, sabe? Normal de atender as pessoas ou de vender as coisa, num posso mais, porque eu bebo muito e num consigo pará e tamém porque eles num dão emprego pra nós que somo sujo, feio, mal cuidado, só os bacana é que consegue emprego, aí a gente fica cada vez mais pobre, feio, sujo e rasgado, né? Fazê o que?” Carioca

“Nunca trabaiei não, nem de cartera nem sem cartera, nunca me dero emprego, deve ser porque eu sô estranho, né? Num sei nem falá direito, tá veno? Como que vô quere trabaia? Num tem jeito não moça, se a moça fô prucurá emprego vai ficar dificl num vai? E eu então? Ninguém nem me vê, só me vê na rua quando é pra me mandá saí daqui, daí, sabe cumé que é? (...) Eu já larguei mão, a gente pede pra trabaia ninguém acha que a gente presta, a gente roba é pior, vai pra cadeia e aí pronto. Então tem que ficá quieto no canto da gente memo, esperano o que acontece depois de todo dia. Se num fosse as pessoa que me ajuda, que fica com dó, eu já tinha morrido moça. Faz tempo”. Bicho de Pé

“Nunca nem procurei emprego de cartera porque as pessoa tudo já sabe que eu moro na rua, ocê acha que essa cidade é grande mais num é nada, todo mundo sabe que eu sô da rua memo, tamém né? Tudo sujo desse jeito, sem casa, sem nada, nem se eu fosse eles dava emprego pra mim memo, credo!” Apóstolo

“Até que eu procurei emprego, mas num arrumei nada, aí parei. Sabe, as pessoa olha a gente torto porque tamém nem endereço a gente tem, nem na rua, porque cada dia tenho que durmi numa rua diferente pra tê sossego, senão eles tira a gente. E tamém eu num sei nem lê, as irmã minha lia, os irmão não. Eu aprendi, mas só um poquinho, não aprendi muito não, é difícil. Fico oiano a moça escreveno rápido e pensano, nossa, a moça é de lê e de escrevê, eu num sô não. tamém nem preciso né? Que que adianta sabê escrevê na rua (...)”. Vitorioso.

Percebemos nos trechos escolhidos que os moradores de rua após alguma procura de trabalho acabam desistindo diante das dificuldades encontradas e da falta de perspectiva que se agrava na medida em que a permanência nas ruas se prolonga por anos e anos. Alguns apresentam uma visão de si mesmo que reforça a estigmatização imposta pela sociedade de forma geral. É grande o desejo de pertencimento. Os

moradores de rua demonstram em suas falas que quanto mais ficam nas ruas, menos se sentem membros efetivos dessa sociedade e mais alijados e distantes se encontram de possuírem trabalho, família e relações comunitárias.

O diagnóstico municipal aponta alguns dados relevantes sobre a relação dos moradores de Juiz de Fora com o trabalho. Com relação ao trabalho informal a pesquisa aponta que 97,01% dos entrevistados se consideram nessa situação, 5% se declaram aposentados, 1,5% empregados e somente 1% se considera desempregado. Esses dados se cruzados com os depoimentos que colhemos nos permitem uma reflexão interessante.

Em geral, de acordo com as entrevistas que realizamos, os moradores de rua ao responderem o questionamento feito no diagnóstico podem ter considerado trabalho informal as atividades que realizam de forma esporádicas e sem sistematização alguma, como vender doces no sinal, eventualmente, ou esporadicamente “guardar carros” nas ruas. Assim, consideramos problemática essa classificação, uma vez que não acreditamos ser correto afirmar que os moradores de rua, com as características dos que pesquisamos, realizam atividades no mercado informal de trabalho de forma similar aos trabalhadores que, por exemplo, se dedicam diariamente a atividades especializadas, ou não, como a coleta de material reciclável, a atuação na construção civil e outras. Pelos dados apresentados nas falas daqueles que entrevistamos temos clareza de que, em busca da sobrevivência, quando esgotam outras fontes de recursos e/ou doações, os moradores de rua recorrem à mendicância e à realização de pequenas atividades a fim de comprar comida, bebida ou cigarros, fato que a nosso ver não os caracteriza como trabalhadores informais.

“Já trabaiei só sem carterá memo, carregava uns saco de caminhão pra descarregá sabe? Então, mas aí eu ganhava dinheiro por dia, bebia e cumia tudo que eu ia fazê?” Apóstolo

“Sabe que hoje eu preciso de dinheiro só pra bebê e fumá, porque comê eu como nas casa que me ajuda, as vezes ate dão comida no restaurante tamém, é só num fazê bagunça na porta deles que eles dão, banho quando eu quero eu tomo nos posto de gasolina, os cara é tudo chegado meu, me deixa tomá banho lá, intão ainda bem que eu preciso poco de dinheiro né? Senão, num sei como que ia fazê, o povo de dinheiro num gosta da gente não, tem raiva da gente num sê igual eles, num trabaiaí, mas a gente vai trabaiaí como? (...)Mas eu quando quero dinheiro, vô lá pro sinal, fico pedino, se o dia tá fraco, eu faço umas coisinha de latinha, igual

essa daqui sabe (mostra a miniatura de latinhas de refrigerante) e vendo ou troco com os colega a troco de cigarro i eles vende depois pra ficá cu dinheiro. É assim, nisso já tem sete ano que to assim (...)". Matreiro.

Em suma, acreditamos que nem no mercado informal de trabalho os moradores de rua possuem uma inserção efetiva, fato que pode ser relacionado com a situação de extrema pauperização e péssimas condições físicas e mentais em que muitos deles se encontram. Esse fato os coloca em franca desvantagem em se tratando de uma comparação com os trabalhadores que, mesmo pauperizados, se encontram em atividade na informalidade.

Destacamos ainda que muitas vezes o discurso de procura de trabalho, por parte daqueles que vivem nas ruas, traduz a reprodução do discurso que é institucional e socialmente aceito. O discurso da busca por trabalho os afasta da condição estigmatizada de desocupados, "vagabundos", preguiçosos. Assim, em nossa avaliação, as atividades eventualmente realizadas pela população de rua se relacionam muito mais com a necessidade de luta pela sobrevivência do que caracterizam uma relação de trabalho informal.

No contexto atual a reprodução do capital deixa de exigir grande quantidade de trabalho humano, fazendo surgir os "desnecessários" ao mundo do trabalho. Dessa forma, esses indivíduos não exercem nem mesmo a função de exército reserva de mão-de-obra para a sociedade capitalista. No caso do Brasil, onde não conseguimos resolver os problemas antigos de desigualdade social e pobreza, esse fenômeno se manifesta de forma mais agressiva, empurrando para a miséria populações mais vulneráveis e deixando a possibilidade de saída dessa situação extremamente reduzida.

Para Castel, como já mencionado, a rua é a opção que resta aos "sobrantes", pessoas invalidadas pela conjuntura, como decorrência das novas exigências da competitividade, da concorrência e da redução de oportunidades e de emprego, fatores que conformam a situação atual, na qual não há mais lugar para todos na sociedade. (Castel, 1998, p. 255). Para o autor, esses "sobrantes" são indivíduos "que foram invalidados pela conjuntura econômica e social dos últimos vinte anos e que se encontram completamente atomizados, rejeitados de circuitos que uma utilidade social poderia atribuir-lhes".(ibidem). Para sua sobrevivência, como todos na sociedade de consumo, dependem do mercado a diferença está em que esse mesmo mercado não mais precisa de sua força de trabalho, único valor de que dispõem para o processo de

troca.

Em concordância com Castel (ibidem), Nascimento afirma que, aparentemente, o aumento da desigualdade social e do desemprego estão criando grupos sociais que não possuem acesso aos bens materiais e simbólicos, mas, sobretudo, que não têm possibilidades de encontrar um lugar no mundo do trabalho. A revolução científico-tecnológica recente está por trás deste fenômeno de forma mais abrangente e as crises sucessivas, após os anos 1970, de forma mais conjuntural. (Nascimento, 1994)

O autor prossegue pontuando que “um contingente cada vez maior de pessoas transforma-se de exército de reserva em lixo industrial. Não apenas não tem trabalho ou capacidade de gerar renda suficiente como não tem as qualidades requeridas para nele ingressar”. (ibidem, p. 35). Segundo Nascimento, os indivíduos tornam-se, em primeiro lugar, desnecessários economicamente. Perdem qualquer função produtiva e passam a se constituir em um peso econômico para a sociedade (do mundo do trabalho) e para o governo. Em segundo lugar, com estas mudanças sociais ocorrem transformações nas representações sociais a respeito destes indivíduos. Pois, “os mesmos não são apenas objeto de discriminação social. Aos poucos passam a ser percebidos como indivíduos socialmente ameaçantes e, por isso mesmo, passíveis de serem eliminados”. (ibidem, p. 40).

Acreditamos que essa parece ser a demonstração mais evidente de que estamos diante de uma nova e alarmante expressão da velha questão social. Acreditamos que seu cerne que já foi marcado pela pobreza maciça representada pelos “vagabundos” do século XVI, pela questão operária do século XIX, agora, com contornos ainda indefinidos, se encontra na restrição de grandes parcelas da população, dentre as quais se insere com preponderância a população de rua, ao mundo do trabalho e, de forma geral, ao conjunto das relações sociais estabelecidas na sociedade capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população de rua é um fenômeno complexo que, embora não tenha sua origem na contemporaneidade, é intimamente agravado por algumas das principais características que conformam o mundo atual, tais como as constantes transformações políticas e econômicas, a globalização, a precarização das relações de trabalho, o desemprego, a individualização exacerbada e outras.

A situação de pobreza extrema, ausência de moradia e inexistência de vínculos familiares e comunitários caracterizam grande parte dessa população. Ressaltamos que a população de rua é extremamente diversificada e estudá-la exige um recorte inicial bem definido. Por esta razão, delimitamos os moradores de rua que vivem nas ruas de Juiz de Fora, Minas Gerais, há mais de seis anos. Entendemos como moradores de rua aqueles que vivem, de fato, nas ruas da cidade e apresentam essa situação limite de sobrevivência e ausência de vínculos familiares e sociais.

Buscando associar a gênese desse fenômeno à gênese da questão social, encontramos os “vagabundos” do século XVI que, fora de um mercado de trabalho ainda em formação, perambulavam pelas ruas das cidades expostos às legislações que coíbiam sua mobilidade espacial e os situava como ameaça à sociedade nascente. Assim, identificamos na acumulação primitiva, origem da sociedade capitalista, as condições de produção e reprodução dos moradores de rua enquanto questão social. Concomitantemente identificamos aí, a gênese da questão social, que era respondida pelo Estado de forma coercitiva e repressiva, conforme buscamos demonstrar no corpo desse estudo.

Perseguindo as indagações que originaram esse estudo encontramos a grande diversidade de segmentos que compõem a população de rua e, também, o grande e diferenciado arcabouço de conceitos e terminologias empregados como referência aos moradores de rua.

A aproximação com o escopo teórico definido e com os moradores de rua pesquisados indica que a maioria deles é originária de famílias nas quais divergências e conflitos, motivados por inúmeros fatores, eram freqüentes, gerando precariedade, fragilidade e instabilidade nas relações familiares e impulsionando o rompimento com as famílias originárias. Os motivos que os levaram à vida nas ruas possuem íntima ligação entre si e podem ser classificados basicamente em dois planos: pertencimento

(dificuldades e ruptura das relações familiares, inexistência ou ruptura de vínculos comunitários) e trabalho (desemprego e pauperização). Dessa forma, os moradores de rua não “optaram” por essa situação, mas, sim, foram levados por forças maiores, que não puderam ser controladas.

O cotidiano dos moradores de rua pesquisados é permeado por um sentimento constante de incerteza, decorrente do isolamento e da precariedade dessa condição que instala o provisório como modo de existência. A subsistência é árdua e imprevisível, obtida através do acesso precário aos serviços filantrópicos e/ou públicos, da realização de trabalhos esporádicos objetivando garantir o imediato e/ou da prática da mendicância. O uso do álcool na rua é constante, generalizado e associado principalmente à necessidade de esquecer problemas do passado, de adquirir maior encorajamento para enfrentar as condições de vida adversas e de evasão da realidade penosa. Os vínculos na rua mostram-se superficiais e provisórios, visto que os moradores de rua, geralmente, possuem dificuldades de inserção em coletividades de qualquer espécie, só restando acoimo alternativa a solidão e o isolamento. A desconfiança e insegurança dominam esse universo; o que os leva a viver sozinhos ou, no máximo, acompanhados momentaneamente, estabelecendo relações frágeis e não se apegando a nada e nem a ninguém. A ausência de vínculos e de referenciais estáveis ligados à rede social os torna altamente individualizados e, como consequência, superexpostos e vulneráveis. O desejo de conseguir um emprego, constituir uma família e um lar foram relatados como sonhos dos entrevistados. No entanto, há o reconhecimento de que a atual condição de vida oferece poucas oportunidades para a concretização dessas aspirações. Desse modo, os moradores de rua acreditam que esses desejos nunca se tornarão realidade.

Percebemos que o discurso do trabalho é assimilado como postura aceita socialmente e requisitada pelas instituições de atendimento. A trajetória histórica dos moradores de rua que são estigmatizados, criminalizados, discriminados, demonstra que o trabalho ocupa, de fato, um lugar central no discurso daqueles que buscam atendimento institucional, afinal, durante anos, e, ainda hoje, os moradores de rua convivem com o espectro da vagabundagem, vadiagem, e outros conceitos amplamente propagados em nossa sociedade como sinônimos daqueles que vivem nas ruas. Assim, chegam até aos órgãos e entidades de atendimento com o discurso institucionalmente aceito, o discurso do trabalho. Importa observar que, esse sentido do trabalho se manifesta, embora muitas vezes eles não estejam em busca de trabalho, ou mesmo, não se encontrem mais em condições de trabalhar formal ou informalmente, em função de debilidades de saúde

como doenças comuns àqueles que vivem nas ruas, dependência química, transtornos mentais e/ou comportamentais, e outros dificultadores para o trabalho em qualquer de suas formas e que se manifestam com uma dimensão mais exacerbada naqueles que vivem nas ruas.

A população de rua expõe as contradições básicas do modo capitalista de produção: a falácia de que todos possuem iguais oportunidades e a evidência de que, embora a produção seja social, a apropriação dos ganhos é sempre individual, sendo as pessoas em situação de rua testemunhas vivas de que a exploração e a desigualdade estão no cerne deste modo de produção.

Consideramos que, além da não inserção no mercado formal, ou mesmo informal de trabalho, os moradores de rua, por seu crescimento numérico e por não possuírem as habilidades requeridas para serem absorvidos, tornam-se “desnecessários economicamente”. Esse traço está relacionado ao fenômeno que atinge mesmo os países ricos, e que tem sido chamado de “desemprego estrutural”.

Ao quadro, atualmente real, de uma economia dominada pela revolução científico-tecnológica e necessitando cada vez menos de trabalhadores, pode-se opor a hipótese de que a disseminação das novas tecnologias terminará por criar novas perspectivas de emprego de mão-de-obra, sobretudo no setor terciário. A hipótese, aliás, teria um conhecido exemplo histórico em que se apoiar. Ao contrário do que ocorreu na primeira revolução industrial, quando a introdução de máquinas no processo produtivo ocasionou uma grande onda de desemprego, gerando uma série de revoltas de trabalhadores ingleses. Depois, a própria indústria em expansão reabsorveu parcelas expressivas que, num primeiro momento, ela própria tinha tornado inúteis, a atual revolução científico-tecnológica explusa, cotidianamente, grandes contingentes populacionais do trabalho formal e informal.

Independentemente dessa discussão, porém, o fato é que os moradores de rua, são postos à margem do processo produtivo e do circuito econômico tradicional, são, no momento, “desnecessários”. Mas, não apenas isso. Sobre eles se abate um estigma, cuja conseqüência mais dramática seria a sua expulsão da própria “órbita da humanidade”, vivenciamos um contínuo processo de desumanização, na medida em que os moradores de rua, levando uma vida considerada subumana em relação aos padrões de sociabilidade, passam a ser percebidos como indivíduos socialmente ameaçantes e, por isso mesmo, passíveis de serem eliminados.

Adotamos a hipótese de que os moradores de rua, diferentemente do

lumpenproletariat clássico, tornaram-se “desnecessários economicamente”. É como se o exército industrial de reserva, ao ultrapassar determinados limites, viesse a se tornar “supérfluo”. Tanto mais que, por conta dos espantosos e contínuos avanços tecnológicos dos últimos tempos, parece consistente a hipótese de que a massa de miseráveis já não possui as qualificações necessárias para funcionar como “reserva”, da qual o setor dinâmico do capitalismo poderia lançar mão para comprimir salário. Nesse caso, como parece ocorrer no Brasil atualmente, o setor dinâmico da economia pode operar sem se preocupar com os moradores de rua que, de tão numerosos, deixaram de ser funcionais e passaram a constituir um estorvo. Trata-se de um estágio no qual segmentos que, importantes por seu número, já não têm nenhuma “importância” econômica. São os moradores de rua “sobrantes” (Iamamoto, 2000) ou mesmo “inúteis para o mundo” (Castel, 1998).

A população de rua, entendida dessa forma é um fenômeno ainda mais complexo e que guarda dimensões exatas de perversidade e barbárie. Por isto, a pesquisa realizada não conseguiu abranger e decifrar toda essa complexidade. Mas, ainda a consideramos relevante por possibilitar uma aproximação e melhor entendimento sobre um fenômeno social que está ocorrendo na atualidade e que é preocupante pela gravidade de suas conseqüências e razões de sua ocorrência.

De acordo com a reflexão possibilitada pelas entrevistas, é possível verificar que a maioria está num processo de empobrecimento e desfiliação que remete aos seus locais e famílias de origem. Verificamos ainda, que a inserção espacial e ocupacional em Juiz de Fora é caracterizada pela precariedade e instabilidade. O morador de rua, que sequer consegue inserção efetiva no mercado informal de trabalho ou moradia precária, acaba possuindo restritas possibilidades de ver sua situação se modificar, vivenciando um reforço do processo de empobrecimento e desfiliação reproduzido não só no segmento da população de rua, mas de muitos trabalhadores, e, não só em Juiz de Fora, mas em várias cidades brasileiras.

Percebemos que, em Juiz de Fora, como em várias cidades do mundo, enquanto parcelas de maior poder aquisitivo da população afugentam-se em espaços cada vez mais privados e excludentes, um outro segmento populacional, sem poder aquisitivo, se move por espaços deteriorados da cidade, inventando ocupações que são permeadas pela transgressão, ou no limite da sobrevivência habitando as ruas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE APOIO COMUNITÁRIO. Coordenadoria de Atendimento à População de Rua. **Relatório Avaliativo**. Juiz de Fora, 2004.

_____. **Perfil da população que vivencia as ruas em Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 2007.

BASTOS, W. **Mariano Procópio Ferreira Lagge: sua vida, sua obra, sua decadência**. Juiz de Fora: Caminho Novo, 1961.

BASTOS, Suzana Quinet de A. B. Juiz de Fora: análise do desenvolvimento industrial e dos desafios colocados pela implantação da Mercedes Benz. In: **X Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina, MG: 2002.

BOTTOMORE, Tom. (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Disponível em: www.mds.gov.br
Acesso em: 29 de agosto de 2007.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social**, Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

BROGNOLI, Felipe Faria. Trecheiros e pardais: trajetórias nômades. In: **Revista do Migrante**, nº 27, jan./abr., pp. 29-33. São Paulo: CEM - Centro de Estudos Migratórios, 1997.

BURSZTYN, Marcel. (org.) **No meio da rua: Nômades excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____. & ARAÚJO, Carlos Henrique. **Da Utopia à Exclusão: vivendo nas ruas em Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond, 1997.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **As armadilhas da exclusão**. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M.C. (orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2000. Pp. 17-50.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A "Questão Social" no Brasil: Crítica do Discurso Político** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CORREIA, Vera. **Globalização e Neoliberalismo: O que isto tem a ver com você**,

professor? Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n.4, ano IV, dez, 2005.

DELGADO, Tarcísio. **O Novo Caminho Novo**. Juiz de Fora: Esdeva, 1988.

DEMO, Pedro. **Charme da exclusão social**. Campinas: Autores Associados, 1998.

DIAS, Andréa theodoro Toci. **Comparando albergues públicos e filantrópicos**: apresentação de uma escala de avaliação objetiva dessas instituições. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz, Escola nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1999.

DRAIBE, Sonia M. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: **Políticas Sociais e organização do trabalho**. No. 4. Ipealplan. Rio de Janeiro: 1998.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.

SCOREL, Sarah. **Vidas ao léu**: trajetórias de "exclusão social". Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

ESCURRA, M. F. **Sobrevivendo do Lixo: população excedente, trabalho e pobreza**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

EZEQUIEL, Márcio. **Pobreza como objeto histórico**: problemas empíricos e teóricos. Disponível em http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol02_atq_4.htm. Acesso em: 28 de abril de 2007.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos errantes urbanos**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. Tese. (Doutorado em Antropologia), Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2004.

GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim**: vagabundos e miseráveis na literatura européia, 1400-1700. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

GIROLETTI, Domingos A. **Industrialização de Juiz de Fora - 1850 a 1930**. Tese (Mestrado em Ciência Política) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1976.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

GUIMARAES, Alberto Passos. **As classes perigosas - banditismo rural e urbano**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

HARVEY, David. **Condição Pós- Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HECKERT, U. **Psiquiatria e População de Ruas: epidemiologia, aspectos clínicos e propostas terapêuticas**. Tese (Doutorado em Medicina). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. A questão Social no Capitalismo. **In Temporalis**. Ano II, Nº 3, janeiro a junho de 2001, ABEPSS, Brasília.

_____.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1998.

IANNI, Otávio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LACERDA, A. H. D. Economia Cafeeira, crescimento populacional e manumissões onerosas e gratuitas em Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. In: **X Seminário Sobre Economia Mineira**, 2002, Diamantina. X Seminário Sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: CEDEPLAR - UFMG, 2002.

LACERDA, Guilherme Narciso de. **Crise brasileira nos anos oitenta e governo Collor**. São Paulo: Cajá, 1993.

LAVINAS, Lena. **Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática**. Econômica, V.4, nº 1, p.25-59, junho 2002- impressa em outubro 2003.

LEAL, Giuliana Franco. **A noção de exclusão social em debate: aplicabilidade e implicações para a intervenção prática**. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_42.pdf. Acesso em 27 de abril de 2007.

LESBAUPIN, Ivo (org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999.

LEFEBVRE, Henri. O capital e a propriedade da terra. In: **A Cidade do Capital**. Rio de Janeiro: DPYA, 2001.

LOVISI, Giovanni Marcos. **Avaliação de distúrbios mentais em moradores de albergues públicos das cidades do Rio de Janeiro e de Niterói**. Tese (Doutorado em Saúde Pública) Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro: 2000.

MACHADO, Pedro José. Juiz de Fora: Polarização e Movimentos Migratórios. **Revista Geosul**. Florianópolis, vol. 12, n. 23, p. 121-137, jan.-jun., 1997.

MAGNI, C. T. **Nomadismo Urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora de lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINE, G.; CARVALHO, J. A. e ARIAS, A. R. **Mudanças recentes no padrão demográfico brasileiro e implicações para a agenda social**. Brasília: IPEA, 1994. (Texto para Discussão, n.345)

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Karl. **A origem do capital** (a acumulação primitiva). São Paulo: Global, Coleção Bases, 1977.

_____. **O Capital**. vol. 1. (Livro 1, vol. I e II). 8. ed., trad. de Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Difel, 1982.

_____.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 6. ed., trad. de Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. Petrópolis: Vozes, 1998.

MATTA, Roberto da. **A casa & a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MINAYO, Maria, C. de S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MUÑOZ, Jorge Vicente. **Porque a vida...** Viver é um compromisso. Cadernos de Educação Popular, nº 19. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. **Textos em debate: sobre a população de rua e alguns de seus valores**. Rio de Janeiro: Nova - Pesquisa e Assessoria em Educação, 1994.

_____. **População adulta de rua: uma proposta de metodologia socioeducativa**. Rio de Janeiro: Nova - Pesquisa e Assessoria em Educação, 1997.

_____. & MOTA, Adriana (org.). **População de Rua: Que Cidadania?** Cadernos de Educação Popular, nº 27, Rio de Janeiro: Nova - Pesquisa e Assessoria em Educação, 2003.

NASCIMENTO. Elimar Pinheiro do. Hipóteses Sobre a Nova Exclusão Social: excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: **Cad. CRH**. Nº 21, jul./dez., pp.29-47. Salvador: 1994.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Cinco notas a propósito da "questão social". In **Temporalis**. Ano II, Nº 3, janeiro a junho de 2001, ABEPSS, Brasília.

NEVES, Delma Pessanha. **Mendigo: o trabalhador que não deu certo**. Ciência Hoje, nº4,

jan./fev., pp. 28-36. São Paulo: 1983.

_____. A miséria em espetáculo. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 47, abr., pp. 79-98. São Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA, Miriam Monteiro. **Plano estratégico e diretor de Juiz de Fora: modelos contraditórios ou complementares?** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social em debate”**. Questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 2004.

PAUGAM, Serge. "O debate em torno de um conceito". In: Véras, M. P. B. (Ed). **Por uma sociologia da exclusão social. O debate com Serge Paugam**. São Paulo: Educ, 1999.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. As políticas dos anos 90: crise ou reestruturação? In: **Debates Sociais**. Rio de Janeiro: CBCISS, n.57, p.65-72, 1999.

_____. Questão social, Serviço Social e direitos de cidadania. In **Temporalis**. Ano II, Nº 3, janeiro a junho de 2001, ABEPSS, Brasília.

_____. Perspectivas teóricas sobre a questão social no Serviço Social. In **Temporalis**. Ano IV, Nº 7, 2004, ABEPSS, Brasília.

POCHMANN, Marcio et al. **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Estudo Diagnóstico do Plano Diretor de Juiz de Fora**, 1996. Disponível em: www.pjf.mg.gov.br Acesso em: 25 de maio de 2007.

_____. **Plano Estratégico da Cidade de Juiz de Fora**, 2000. Disponível em: www.pjf.mg.gov.br Acesso em: 25 de maio de 2007.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

RODRIGUES, José Carlos. **O corpo na História**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei (org.). **População de rua Brasil e Canadá**. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. **Vidas de rua**. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. **Vidas de rua, destino de muitos**. Pesquisa documental: conjunto de reportagens jornalísticas publicadas sobre população de rua na cidade de São Paulo de 1970 a 1998. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais (IEE), PUC-SP, 1999. CD-ROM.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A política social na ordem brasileira**. 2ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SARAIVA, Luís Fernando et al. Zona da Mata mineira: subsídios para uma Historiografia. In: **V Congresso Nacional de História Econômica e VI Congresso Internacional de História de Empresas**, 2003, Caxambu. Congresso Brasileiro de História Econômica. Caxambu : ABPHE, 2003.

SERRANO, César Eduardo Gamboa. **Eu mendigo: alguns discursos da mendicância na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

SILVA, M. Lúcia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. Dissertação (Mestrado em Política Social. Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

SNOW, David A. & ANDERSON, Leon. **Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SPOSATI, Aldaíza et. al. **Mapa da exclusão social da cidade de São Paulo – 2000: Dinâmica social dos anos 90**. Disponível em: <http://www.geopro.br/exclusa>. Acesso em: 22 de julho de 2003.

_____. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão. A Urbanização da Sociedade: Reflexões para um Debate Sobre as Novas Formas Espaciais. In: DAMIANI, Amélia Luisa et al. **O Espaço no Fim de Século**. São Paulo: Contexto, 1999.

TELLES, Vera da Silva. **A cidadania inexistente: incivildade e pobreza**. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

TOYOSHIMA, S. H. ; FORTUNATO, Wanderson Luiz Lopes . O desencadeamento da industrialização em São Paulo e Minas Gerais: a diferenciação entre os Municípios de Juiz de Fora e de São Paulo . In: **XI Seminário sobre a Economia Mineira**, 2004, Diamantina. Economia, História, Demografia e Políticas Públicas. Belo Horizonte : CEDEPLAR/UFMG, 2004.

VARANDA. Walter; ADORNO. Rubens Camargo. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para a política de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, n.1, v.13, p.56-69. jan/abr, 2004.

VIEIRA, M. Antonieta da Costa. et al. **População de rua, quem é, como vive, como é vista**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

YACOUB, L. **Flexibilização e participação: novas palavras de ordem do capitalismo**

globalizado? Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2001.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Exclusão e políticas públicas: **dilemas teóricos e alternativas políticas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais [on line], v.12, n.35, São Paulo, fev.1997. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 11 de junho de 2007.

APÊNDICE

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

DISSERTAÇÃO: POPULAÇÃO DE RUA EM JUIZ DE FORA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA QUESTÃO SOCIAL

ORIENTADORA: ELIZETE MARIA MENEGAT

MESTRANDA: VIVIANE SOUZA PEREIRA

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

NOME ESCOLHIDO PARA IDENTIFICAÇÃO:

TEMPO NA RUA:

IDADE:

LOCAL DE NASCIMENTO:

ÚLTIMO LUGAR DE MORADIA ANTES DA RUA:

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA:

HORÁRIO:

EIXOS: PERTENCIMENTO E TRABALHO

PERDA DO PERTENCIMENTO FAMILIAR E COMUNITÁRIO:

Onde você morou antes de vir para a rua? Morava com quem?

Onde você morava era seu ou da sua família? Você e/ou sua família tinham documentos dessa propriedade?

O lugar onde você morava era uma comunidade? E sua família, continua lá?

Por que você saiu do local onde morava?

PERDA DOS VÍNCULOS COM O MERCADO FORMAL E INFORMAL DE TRABALHO

- 1) Você já trabalhou? Como? Tinha carteira assinada?
- 2) E hoje, você tem encontrado emprego? O que faz para sobreviver?
- 3) Se não está trabalhando, está procurando emprego? Se sim, você acha que tem emprego para quem vive na rua? Porque?